

Urames Pires dos Santos

Memórias de um Engenheiro da Cerâmica São Caetano

1ª edição

São Caetano do Sul
Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul
2013



FUNDAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SÃO CAETANO DO SUL

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL

Presidência: Sonia Maria Franco Xavier

Revisão e organização: Paula Fiorotti e Marília Tiveron

Pesquisa histórica e iconográfica: Cristina Toledo de Carvalho

Digitalização de imagens: Auderi Martins

Apoio à pesquisa iconográfica: Jussara Ferreira Muniz
e Paula Sidelnik

Projeto gráfico: Roberta Giotto

Fotografias: Acervo do Centro de Documentação
da Fundação Pró-Memória e arquivo pessoal do autor

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Urames Pires dos
S239m Memórias de um Engenheiro da Cerâmica
São Caetano / Urames Pires dos Santos –
São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória
de São Caetano do Sul, 2013.
160 p.

1. Biografia – Memória 2. História – Memória

CDD.920.98116

S239m

Ficha elaborada por Jussara Ferreira Muniz

Imagem da capa: Painel em litocerâmica policromada, de autoria do espanhol Alberto Garcia Vidal, instalado na entrada da Cerâmica São Caetano na década de 1950. Atualmente, a obra está localizada em uma das praças do Espaço Cerâmica.

ISBN 978-85-86788-32-1





*“A vida é um mar...
A felicidade uma pérola
oculta nesse mar fremente”*

Este livro de memórias é dedicado aos meus filhos, Maria Silvia, Carlos Urames e Elizabeth, e, principalmente a Silvia, minha querida esposa, que me acompanhou nesta jornada durante mais de 70 anos, sempre me incentivando em todas as minhas atividades profissionais e sociais.



Histórias de uma vida de trabalho por São Caetano



Com *Memórias de um Engenheiro da Cerâmica São Caetano*, o projeto editorial da Fundação Pró-Memória chega ao seu vigésimo segundo livro, podendo-se depreender da leitura desta obra que continuamos a cumprir o nosso objetivo de resgatar a história do município por meio de publicações que sejam documentos inéditos.

Este livro autobiográfico traz em suas narrativas uma grande riqueza de informações sobre a cidade de São Caetano do Sul e da época em que Urames Pires dos Santos aqui viveu e trabalhou, desde 1940. O autor relata detalhes, com muita fidelidade, do desenvolvimento da Cerâmica São Caetano S.A., dos aspectos da sociedade e da política local, na época.

Como engenheiro na indústria acima citada, desde o ano de 1946 até início de 1971, descreve suas formas de produção, as pesquisas sobre as matérias-primas e a qualidade dos produtos. Registra as boas relações de trabalho entre os patrões e os operários, filosofia que se tornou referência nos segmentos trabalhistas.

Como político, teve significativa participação no poder legislativo, elegendando-se vereador por dois mandatos (1953 a 1957 e 1958 a 1961) nos governos dos prefeitos Anacleto Campanella e Oswaldo Samuel Massei. Atuando como jornalista manteve, por vários anos, uma coluna semanal sobre filmes e peças teatrais, no *Jornal de São Caetano*, além de contribuir para outros periódicos. Como rotariano, demonstra satisfação pelos trabalhos sociais em que teve oportunidade de participar, conquistando legião de amigos.

Esta história feliz tem seu início no contato de um estudante de Mococa, interior de São Paulo, que, ao vencer um con-

curso literário, consegue encaminhar o seu trabalho ao importante e destacado homem público Roberto Cochrane Simonsen. Ele o atende e passa a ser seu orientador no campo profissional. O apoio de homens de visão a jovens potencialidades intelectuais constitui a melhor receita para o progresso das instituições.

Simonsen, hoje nome de rua em nossa cidade (Avenida Senador Roberto Simonsen), foi presidente da Cerâmica São Caetano S.A., ex-senador da República, professor e autor do livro *História Econômica do Brasil*. Participou da fundação da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foi criador do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional da Indústria (Senai), e é o responsável por esta bonita biografia.

Hoje, o espaço que era ocupado pela Cerâmica São Caetano está totalmente modificado. Vários prédios de apartamentos, um shopping center moderno, casas de alto padrão, bonitos jardins e grandes estacionamentos substituíram o antigo cenário. Da antiga fábrica, apenas algumas marcas ficaram para lembrar um período de grande produção industrial: um forno de queima de ladrilhos, tijolos, telhas e outros materiais cerâmicos, além de um painel de litocerâmica policromada que ornamentava o portão principal de entrada dos funcionários, produzido pelo artista espanhol Alberto Garcia Vidal.

Este livro, além de seu valor histórico e documental para São Caetano do Sul, será uma fonte de pesquisa sobre um período pouco conhecido, o da industrialização desta região. Servirá, também, para muitos moradores da cidade, que trabalharam ou tiveram algum familiar ligado à produção da Cerâmica São Caetano, reviverem histórias de um passado ainda próximo.

Sonia Maria Franco Xavier

Presidente

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL

Apresentação

Sempre gostei de escrever. Desde quando, ainda no curso secundário, frequentava a redação de jornais, aprendendo a rabiscar alguns textos sugeridos pelo editor. Na escola, fazia com facilidade as composições exigidas pela professora de português. No entanto, nunca pensei em escrever um livro e, muito menos, um de caráter biográfico. Quando minha idade já passava dos 80, tive vontade de deixar registrada, para meus descendentes, a história de minha vida.

Meu amigo, o professor José de Souza Martins, que acompanhou quase toda a minha trajetória e possui larga bagagem literária, crivou-me de incentivos para tornar a publicação realidade. Sua opinião era de que minhas carreiras profissional e política, ligadas a Roberto Simonsen e à Cerâmica São Caetano, deveriam conter muitos fatos que mereciam ser documentados.

A professora Sonia Maria Franco Xavier e Glenir Santarnecchi (ex-presidentes da Fundação Pró-Memória), quando ocuparam o cargo, também me instaram a fazê-lo. Periodicamente, meu compadre Mário Porfírio Rodrigues, antigo companheiro de jornada, passou a me cobrar a publicação do livro.

Contaminado por todo esse apoio e incentivo, criei coragem. Fui então buscar no baú de minhas memórias e no emaranhado de meus arquivos, datas e fatos que me pareceram mais interessantes aos futuros leitores.

Consegui montar 12 capítulos. Início contando como conheci Roberto Simonsen, minha convivência com o grande empresário e a importância que teve em minha formação profissional. Revelo as peripécias de meu trabalho na Cerâmica São Caetano, desde quando estagiário até como profissional categorizado. Continuo contando o relacionamento da empresa com as autoridades municipais, o que resultou em minha participação na política de São Caetano do Sul. Não poderia esquecer de minha passagem pelo *Jornal de São Caetano*, bem como de minha atuação como rotariano.

Complemento, contando outros fatos de minha vida profissional e social até os presentes dias. Enfim, tudo que considerei relevante.

Urames Pires dos Santos

Índice

| | |
|--|------------|
| PREFÁCIO | 10 |
| CAPÍTULO 1 Roberto Simonsen | 15 |
| CAPÍTULO 2 A Cerâmica São Caetano S. A. | 32 |
| CAPÍTULO 3 O meu trabalho na Cerâmica São Caetano | 45 |
| CAPÍTULO 4 A Cerâmica depois de Roberto Simonsen | 56 |
| CAPÍTULO 5 Saindo da Cerâmica São Caetano | 74 |
| CAPÍTULO 6 O trabalho na Minebra | 81 |
| CAPÍTULO 7 Meu perfil de jornalista | 99 |
| CAPÍTULO 8 Minha participação política | 109 |
| CAPÍTULO 9 Rotariano por prazer | 129 |
| CAPÍTULO 10 Na Associação Brasileira de Cerâmica | 137 |
| CAPÍTULO 11 Vida familiar | 144 |
| CAPÍTULO 12 Minha infância | 153 |

Prefácio

Histórias pessoais, como a de Urames Pires dos Santos, um engenheiro experiente da indústria cerâmica e da mineração, transcorridas em momentos densos e significativos da história industrial do país, ensinam e revelam. Iluminam esse claro-escuro da história de nossa industrialização, ainda perdida em narrativas não raro limitadas sobre ciclos da história econômica. Ou reduzidas a epopeias pessoais, mais apologia do chamado *self-made-man* e de determinadas fábricas ou empresas do que, propriamente, história dos processos sociais, econômicos e técnicos que deram vitalidade, direção e sentido à industrialização. Pouco sabemos sobre as minúcias técnicas e científicas, mas também humanas, dessa espantosa proeza que foi a de transformar um país perdido nas contradições da economia do café e da cana-de-açúcar, entre o luxo e a incerteza, na prosperidade moderna e radicalmente oposta da indústria de ponta. Revivemos aqui, em curto tempo, o que na Europa e nos Estados Unidos teve extensa e dramática demora.

Roberto Cochrane Simonsen, industrial, fundador e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, historiador, professor de história econômica na Escola Livre de Sociologia e Política, a que ajudou a fundar, e um dos principais ideólogos do nacional-desenvolvimentismo, insistia na importância de que a economia brasileira desse um salto adiante em relação à mentalidade dos ciclos econômicos e assumisse de vez a decisiva possibilidade histórica de se tornar um país industrial. Um país que se libertasse das vicissitudes da economia cafeeira e da dependência da importação no abastecimento de manufaturados e que fizesse a revolução econômica que lhe permitisse deixar de ser economia de produção de artigos de sobremesa

para produzir bens de capital. O futuro estava na indústria e não nas limitações crônicas da chamada vocação agrícola. Simonsen propunha a superação do tradicionalismo de uma economia que tinha os pés ainda fincados na lógica e na dependência da agricultura de exportação e em seus persistentes resíduos da escravidão, fundada mais na mentalidade do proprietário do que na mentalidade do empresário.

Ele mesmo era um dos mais notáveis protagonistas da memorável aventura da transição para o Brasil moderno. Fundou empresas e fez da principal delas, a Cerâmica São Caetano, que por muitas décadas e três gerações foi símbolo da nossa revolução industrial, o centro de suas atividades empresariais e das inovações técnicas, econômicas e sociais que nela e por meio dela realizava. Mas foi, também, símbolo das possibilidades sociais da indústria, na adoção de uma política social de ponta, muito adiante das relações de trabalho que, na indústria, ainda lembravam os tempos do feitor do eito¹. Simonsen foi criativo e ousado, adiante de seu tempo, um demiurgo², sem dúvida.

O projeto de Roberto Simonsen tinha personagens, pessoas com nome e rosto, operários, técnicos, engenheiros que ele recrutava para sua empresa e para a concretização de suas ideias. Formado pela Escola Politécnica de São Paulo, recrutou muitos de seus colaboradores mais criativos e capazes em sua escola de origem. E também em outros institutos da Universidade de São Paulo, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no curso de química e mais tarde no de geologia, ou em seus anexos, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), nascido dentro da Poli. Mas também em instituições como a Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde Urames Pires dos Santos se formou, por orientação e patrocínio do próprio Roberto Simonsen e de seu filho Eduardo. A Cerâmica São Caetano foi, além de uma grande indústria, um grande centro de pesquisa científica e técnica. Ali

¹ Diz-se de encarregado dos trabalhadores escravos que trabalhavam na plantação.

² Divindade ou força criativa que deu forma ao mundo material.

se produzia materiais como os refratários³ para a Usina Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), mas se produzia, também, conhecimento.

Urames Pires dos Santos é, justamente, personagem privilegiada dessa história, porque foi ator e testemunha, colaborador muito próximo e direto de Roberto Simonsen e de seus filhos e sucessores. Um verdadeiro alter-ego do grande industrial. Ainda adolescente, vencedor de um concurso escolar em Mococa (SP) com o trabalho *A química e o Brasil*, quando ainda no curso ginasial, escolhera como patrono de sua inscrição, justamente, Roberto Simonsen. Em seguida, escreveu a Simonsen contando-lhe o que fizera e a vitória que obtivera. O futuro senador da República respondeu-lhe imediatamente e o convidou a que o visitasse quando fosse a São Paulo, cujo escritório passou a frequentar por insistência do anfitrião. Simonsen reconhecia e estimulava talentos, como o de Urames. A partir de então, pessoalmente e através de seu filho Eduardo, passou a orientar e patrocinar os estudos de Urames, que acabaria sendo recrutado como engenheiro da Cerâmica São Caetano e da Companhia Paulista de Mineração (Copami), onde trabalharia por longos anos.

Escrito por insistência de vários amigos, que conheciam seu importante lugar na história da Cerâmica São Caetano e da Copami e a competência de Urames Pires dos Santos como escritor e jornalista, este livro é uma dádiva. Além de sua importância literária e histórica, tem enorme importância documental. Muito bem escrito, livre da secura tão própria dos relatórios técnicos, que constituem a marca e o estilo dos escritos de engenheiros, quase sempre muito econômicos nas palavras, o texto deste livro de memórias flui como conversação inteligente e leve.

O autor não só trabalhou na Cerâmica como morou em São Caetano por longos anos. Diferente dos adventícios interes-

³ Termo atribuído a um grupo de materiais, em sua maioria cerâmicas, capaz de suportar altas temperaturas sem se deformar. Os de sílica contém acima de 93 por cento de SiO₂ (óxido de silício). São encontrados em fornos industriais de laboratórios de pesquisa, caldeiras, fornos domésticos e churrasqueiras.

seiros, que há em todas as partes, Urames envolveu-se profunda e decisivamente na vida da cidade de adoção. Foi vereador por várias vezes, rotariano e ativista de causas sociais que deixaram marcas profundas na história contemporânea do município. O leitor verá essa trajetória generosa e incansável descrita em vários momentos desta obra.

Urames, neste livro, é participante e testemunha de dois momentos decisivos da história econômica brasileira: a da Era Vargas, dos anos 1940 e 1950, que se apresenta através de sua experiência pessoal, nas decisões estratégicas e cotidianas que consolidaram a grande indústria no Brasil, sobretudo na implantação da indústria de refratários tão essencial à siderurgia. Mas também já na fase do regime militar, a da mineração, da pesquisa e busca dos minerais indispensáveis à nova era industrial pós-varguista. Além do mais, tornou-se participante ativo do movimento que, em decorrência da autonomia político-administrativa de 1948, transformou o antigo distrito suburbano na São Caetano do Sul culta e moderna.

Um aspecto essencial das memórias de Urames Pires dos Santos é o de que elas documentam como a indústria moderna engendra e se apossa de uma trama extensa de relações sociais, que vai da produção de mercadorias à produção de biografias, que vai das técnicas da produção industrial às técnicas sociais da política e do poder.

Ler este livro é percorrer, conduzido por um guia competente e testemunha presencial, episódios decisivos do advento da modernidade no Brasil, do qual não se separa a bela história pessoal de Urames Pires dos Santos, as várias personagens que tem sido. Sua prosa tem o encanto lírico de intelectual da produção industrial, rara junção, que mal adivinhamos tanto nas durezas da linha de produção quanto nas asperezas da pesquisa mineral entre seixos e pedras.

José de Souza Martins

Roberto Simonsen

Como
Roberto Simonsen
me conheceu

No início do ano de 1941, os professores da então Escola Normal Oficial de Mococa (escola pública), sob os auspícios da Academia Paulista de Letras, fundaram a Academia de Letras Humberto de Campos.

Nesta época, talvez por exigência do Ministério da Educação, então comandado por Gustavo Capanema, a preocupação dominante era o cultivo das letras e principalmente a exaltação dos autores nacionais. Essa importante missão cabia aos professores de português da região, que procuravam atividades para mostrar o preparo de seus alunos.

Eu estava no quinto ano do curso ginásial. Entusiasta da literatura, resolvi preparar-me para conquistar uma das cadeiras daquela academia escolar. Já havia participado, nos anos anteriores, e, com sucesso, das Maratonas Intelectuais Euclidianas promovidas pela cidade de São José do Rio Pardo (SP), escrevendo sobre Euclides da Cunha.⁴ Para concorrer, pesquisei durante meses diversos assuntos, mas nenhum foi do meu agrado. Então pensei: por que não escrever sobre um tema técnico de interesse nacional? Reli as diversas publicações de caráter patriótico que recebera do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão da ditadura de Getúlio Vargas. Inspirado por elas, decidi escrever sobre a importância da tecnologia na exploração de nossos recursos naturais. Assim surgiu meu trabalho *A química e o*

⁴A Maratona Intelectual Euclidiana fazia parte das homenagens prestadas anualmente por São José do Rio Pardo (SP) a Euclides da Cunha, que, durante sua permanência na cidade para a construção de uma ponte sobre o Rio Pardo, escrevera ali o seu famoso livro *Os Sertões*.

Brasil. Para fazer minha inscrição, deveria escolher um patrono que fosse membro da Academia Paulista de Letras. Examinei a relação, bem como as atividades de cada um de seus membros. Não foi difícil escolher Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948), empresário, economista, fundador da Escola Livre de Sociologia e Política e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Era o nome que mais se relacionaria ao meu trabalho.

Apresentando minha tese, aguardei com apreensão e ansiedade o resultado, que somente veio a meu favor no início de novembro de 1941.

Logo após minha posse como membro da Academia de Letras Humberto de Campos, escrevi a Roberto Simonsen contando minha vitória e a intenção de estudar engenharia química. Para minha surpresa, ele respondeu quase que de imediato, em carta de 1º de dezembro do mesmo ano, congratulando-se comigo e me enviando alguns de seus trabalhos sobre economia.

Depois de alguns dias, recebi dele outra carta, na qual mencionava os cursos de química existentes em São Paulo e seu desejo de conhecer-me para mais detalhes. Agradei e prometi que assim que estivesse na capital iria procurá-lo.

No dia 3 de janeiro de 1942, embarquei na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em vagão de primeira classe,



*Posse do estudante Urames
(o sétimo da esquerda para direita) na
Academia de Letras Humberto de
Campos, pertencente à Escola Normal
Oficial de Mococa. Ano de 1941*

Acervo/Urames Pires dos Santos

com passagem gratuita (meu avô materno era chefe do tráfego da companhia), fiz baldeação em Campinas (SP), para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e cheguei no mesmo dia em São Paulo. Um táxi me deixou na casa dos meus padrinhos de batismo (Carlos Ferraz Buhler e Olívia Tripeno Buhler), na Avenida Angélica, esquina com a Praça Marechal Deodoro. Passei uma noite de grande tensão, com a cabeça cheia de sonhos. Na tarde do dia seguinte, cheguei ao oitavo andar do Edifício Gabriel Gonçalves, na Rua Boa Vista. Iria conhecer Roberto Simonsen. Para surpresa minha, seu secretário, Edmur, recebeu-me com tanta atenção que me pareceu já estar a par do assunto que me trazia ali. Levou-me imediatamente à sala do chefe. Simonsen estava sentado atrás de uma grande mesa em estilo colonial. Levantou-se e me cumprimentou sorrindo. Era um homem alto, de cabelo castanho claro e pele rosada. Com voz pausada e firme foi logo perguntando: “Trouxe seu trabalho?” Sentamo-nos em duas poltronas de couro marrom.

Em uma primeira conversa informal, ele quis saber tudo sobre minha vida, situação financeira, ambições, enfim, qual seria o direcionamento que daria ao meu futuro. Nossa conversa foi interrompida para que atendesse a dois longos telefonemas. Mais tarde, soube que um era de Evaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o outro, de Roberto Mange, responsável pela criação de toda a estrutura do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Leu meu trabalho atentamente, fazendo-me perguntas sobre cada item. Falei sobre minha atividade no jornal *A Gazeta de Mococa*, para o qual escrevia sobre temas de interesse nacional, como a siderurgia, a campanha do alumínio, o milho na alimentação, e outros. Perguntou-me de onde eu tirava inspiração e informações. Respondi que consultava publicações que recebia do DIP. Ele estava curioso para saber como que, em Mococa, uma cidade do interior, os alunos do curso secundário tinham tanto interesse pela literatura, a ponto de organizarem uma Academia de Letras. Expliquei que os professores de português eram excelentes e que inspiravam os alu-

Roberto Simonsen
Rua Rio Tiba, 15, Fund.
São Paulo

São Paulo, 1 de dezembro de 1941.

Ilmo. Sr.
Urames Pires dos Santos,
Rua Estêvão Ribeiro, 29,
Mocóca.

Prezado Sr. Pires dos Santos.

Recebi sua carta de 24 de novembro, em que me comunica ter sido escolhido para uma cadeira na Academia de Letras "Humberto de Campos".

Felicito-o cordialmente por esse fato e muito prazer teria em conhecer a sua tese sobre "A Química e o Brasil". Estou-lhe enviando, em separado, alguns trabalhos meus.

Quanto ao curso que pretende seguir no próximo ano, voltarei à sua presença dentro de alguns dias.

Muito cordialmente, subscrevo-me

patricio e amigo

Em 24 de novembro de 1941, Urames endereçou uma carta a Roberto Simonsen, relatando-lhe o feito de ter sido escolhido para ocupar uma cadeira na Academia de Letras Humberto de Campos, pertencente à Escola Normal Oficial de Mococa, e sua decisão de indicar o famoso industrial como patrono. Em destaque, as duas cartas enviadas por Simonsen em resposta a Urames

Acervo/Urames Pires dos Santos

Roberto Simonsen
Rua Rio Tiba, 15, Fund.
São Paulo

São Paulo, 4 de dezembro de 1941.

Prezado Sr. Pires dos Santos.

Conforme prometi em carta de 1^a do corrente, desejo agora tratar do seu interesse em seguir um curso de química industrial.

Para dar um conselho mais ou menos seguro, precisaria, evidentemente, conhecê-lo melhor, e saber dos estudos que realizou até agora. Sem esses dados, está claro que só poderei dar uma informação de caráter muito geral.

Tanto o curso de quimiotécnica do Mackenzie como os cursos de engenheiro-químico da nossa Universidade e do Mackenzie são bons. O curso da Escola Politécnica oferece a vantagem do estudante ter mais probabilidades de ser, no fim do curso, aproveitado como assistente do I.P.T. - Instituto de Pesquisas Tecnológicas - tomando conhecimento com a realidade prática, num ambiente de primeira ordem, do ponto de vista moral e técnico, e podendo se aperfeiçoar e ingressar na indústria como especialista, o que é uma grande vantagem.

O curso de quimiotécnica, segundo estou informado, não pretende formar engenheiros, mas apenas assistentes de engenheiros; carreira nova, tendo todas as vantagens e desvantagens dessa peculiaridade, mas, creio eu, carreira de futuro.

É o que posso informar, na falta de dados mais pormenorizados.

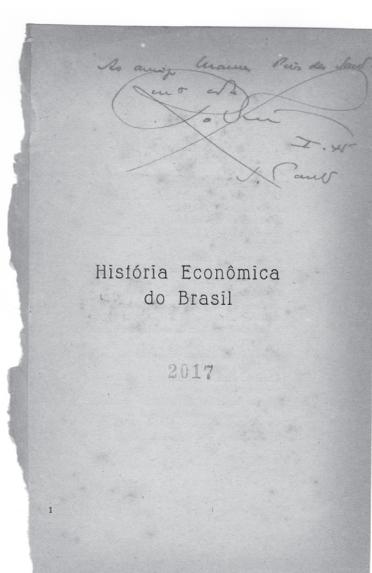
Muito cordialmente, creia-me

amº. obrº.

nos para o gosto pela leitura das grandes obras literárias. Sobre a continuação de meus estudos, contei-lhe que já havia feito minha inscrição para o cursinho pré-vestibular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli). Disse para que, assim que eu fizesse as provas, voltasse a falar com ele, mas de preferência no período da manhã. Ao nos despedirmos, deu-me autografados os dois volumes da sua *História Econômica do Brasil*. Na minha saída, disse sorrindo: “Temos que salvar o Brasil...”

Convivência com Roberto Simonsen

No fim de janeiro do mesmo ano, voltei ao escritório de Roberto Simonsen e, muito cabisbaixo, contei-lhe que não havia sido aprovado no vestibular da Poli. Ele sorriu e disse que esperava por isso, pois, sem um curso preparatório, dificilmente eu lograria um bom resultado. À exceção dos ginásios (como se chamavam na época os cursos da segunda metade do ensino fundamental e o ensino médio) de São Paulo, Santo André, Santos e



*Dedicatória de
Roberto Simonsen
no livro de sua
autoria, História
Econômica do Brasil,
com o qual
presenteou Urames*

Acervo/Urames Pires dos Santos

Campinas, as escolas públicas do interior não possuíam o nível de ensino que permitisse um vestibular direto. Para que eu não perdesse um ano de estudo, recomendou que eu fizesse o cursinho numa escola particular. Indicou-me o Colégio Pan-Americano, que possuía professores da Poli e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (então Instituto Mackenzie), as duas únicas escolas de engenharia existentes na capital. Foi o que fiz.

Nessa época fui morar como pensionista de uma família de antigos conhecidos de Mococa, numa vila da Rua Caraíbas, bem atrás do Estádio Palestra Itália. Éramos 11: um casal, oito filhos e eu. Vivíamos em comunidade. No fim do mês, cada um contribuía com o que podia para o sustento da casa. Como todos trabalhavam, eu ficava com plena liberdade para estudar.

Durante todo o ano mantive contato com Roberto Simonsen, frequentando semanalmente seu escritório e colocando-o a par de minha vida. Nessa oportunidade, conheci de perto a sua preocupação com o futuro do Brasil e principalmente com a vida dos mais necessitados. Entendi seu ponto de vista, muito bem definido em seus livros de caráter social. Falava-me sobre a importância do Senai na formação de técnicos para nossa indústria, ainda embrionária, bem como sobre seu trabalho no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e na Fiesp. Aproveitei para manifestar meu desejo de exercer alguma atividade extraescolar para meu sustento, pois estudava pela manhã e tinha toda a tarde livre. Simonsen sugeriu que eu procurasse o Dr. Cândido Fontoura (Tio Candinho) e me deu uma carta de apresentação. Talvez pudesse ficar nos Laboratórios Fontoura, ainda no Bairro do Brás. Fui muito bem recebido, mas não houve coincidência de horário. O Dr. Cândido perguntou-me o que sabia fazer e eu mostrei interesse em trabalhar em rádio. Encaminhou-me então aos seus filhos, Olavo e Dirceu, para os quais comprara a Rádio Cultura, que mantinha uma belíssima sede na Avenida São João. Também nada foi possível. Contando o ocorrido ao Dr. Roberto, ele me encaminhou a Honório de Sillos e Humberto Dantas, da

Fiesp, encarregando-os de resolverem meu problema.

Fui desta vez recomendado ao jornalista Assis Chateaubriant, proprietário dos *Diários Associados*, que me aceitou como colaborador da Rádio Tupi de São Paulo, cuja sede era na Rua Sete de Abril. Fui admitido no mesmo dia que Jayme Moreira Filho e Pedro Luiz, mais tarde famosos por suas apresentações, um como locutor social e outro esportivo. O meu serviço era distribuir os roteiros dos diversos personagens das radionovelas. Não tinha horário fixo.

No ano seguinte, com a regulamentação do trabalho de jornalista, fiquei também impedido de continuar naquela função. Tomando conhecimento do caso, Roberto Simonsen me chamou e fez a seguinte proposta: eu trabalharia nas férias escolares para a Companhia Paulista de Mineração (Copami), recém-fundada por ele, e receberia mensalmente uma quantia para pagamento de minhas despesas. Aceitei, vibrando de alegria. Apresentou-me, então, ao seu filho Dr. Eduardo Simonsen, presidente da nova empresa, pedindo-lhe que me orientasse nos estudos e no trabalho.

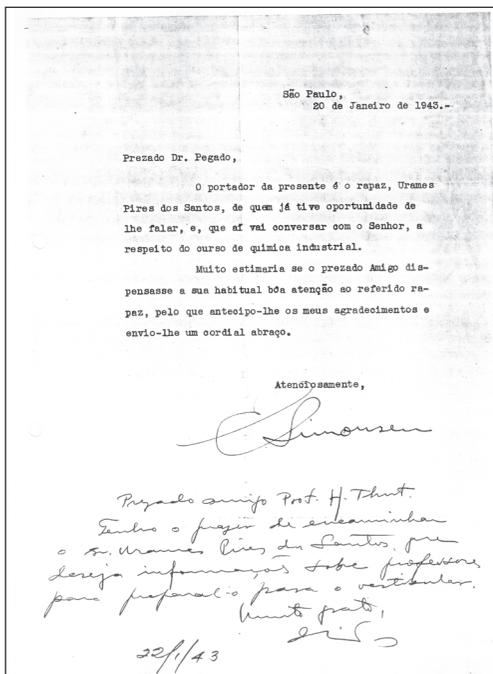
Minha vida na Copami

No fim de cada mês retirava meu salário com Renato Maresti, gerente da Copami, em São Paulo. Nas férias de dezembro de 1943, fui enviado para fazer pesquisas sobre *flint-clay* refratário, argila muito usada nos Estados Unidos, cuja característica principal é ser de pouca contração na queima e de teor elevado de alumina. Viajei bastante pelo interior de São Paulo e Minas Gerais, seguindo orientações de pesquisadores experientes. Trouxe muitas amostras, mas nenhuma correspondeu ao que se desejava. Como até hoje não se tem conhecimento de sua ocorrência, eu penso que era simplesmente um treinamento para meu futuro trabalho.

Ao se aproximar a data do vestibular, Dr. Eduardo sugeriu que eu prestasse exames no então Instituto Mackenzie. Enca-

minhou-me a Henrique Pegado (1893-1974), diretor de engenharia daquela escola, para que ele me orientasse sobre o curso de química industrial que mais atendesse aos interesses da Copami. E, assim, prestei vestibular no Mackenzie, de currículo americano, que ficava, como até hoje, na Rua Maria Antônia, na esquina com a Rua Itambé, no Bairro de Higienópolis. Quando fui saber o resultado não vi meu nome na lista dos 70 aprovados. Desesperado, fui a pé para a cidade, e, na Praça do Correio, tomei um bonde aberto para o Largo da Pompeia. Mas subi no estribo do lado errado, e, quando o bonde fez a volta na praça, bati com o ombro num poste e desmaiei. Acordei na residência de um colega, Nelson Barretto, que me socorrera e chamara seu irmão, que era médico. Foi então que ele me cumprimentou por ter entrado em quarto lugar. Eu estava tão nervoso que procurara meu nome nos últimos colocados e não entre os primeiros. No dia seguinte fui correndo dar a notícia ao Dr. Eduardo e a Roberto Simonsen.

Meu curso no Mackenzie foi tranquilo. Eu sempre ficava entre os primeiros alunos da classe. Entrosei-me facilmente com os colegas, apesar da grande diferença de nível social entre nós. Eram



*Carta de
apresentação de
Urames Pires dos
Santos, datada de 20
de janeiro de 1943,
por meio da qual
Eduardo Simonsen
solicitou ao
Mackenzie
orientação quanto
ao curso que melhor
atendesse aos
interesses da Copami
e do jovem estudante*

Acervo/Urames Pires dos Santos

filhos de industriais e de grandes fazendeiros de café. Ninguém tinha carro, pois estávamos em plena Segunda Guerra Mundial. Vestiam-se muito bem (na época, usávamos paletó e gravata). Era um colégio da elite paulistana. Quase todos os professores eram de origem estrangeira: americanos, ingleses, alemães. Estranhei o sistema educacional por conta do ótimo relacionamento entre alunos e professores, que ficavam à disposição o dia todo, bem como pela liberdade de frequência a que eu não estava acostumado. Participei das eleições do grêmio estudantil, das torcidas nas famosas competições Mac-Med (tradicional maratona entre o Mackenzie e a Faculdade Paulista de Medicina) e toquei guitarra num conjunto de jazz, como propaganda do evento, no programa de Roberto Corte Real, transmitido pela antiga Rádio Kosmos de São Paulo.

No laboratório da Cerâmica São Caetano

O Dr. Eduardo acompanhava de perto a minha atividade, fazendo muitas perguntas e me dando alguns problemas de química para resolver. Como não havia aula aos sábados, ele me aconselhou a frequentar o laboratório da Cerâmica São Caetano (CSC), em São Caetano do Sul, o que comecei a fazer imediatamente. Assim, todo fim de semana, eu tomava um trem de subúrbio na Estação da Luz e descia na Estação de São Caetano. De lá, uma charrete da empresa me conduzia até a fábrica, onde chegava às 8 horas. O chefe do laboratório, Dr. George Spörl, era um químico alemão muito ciente de sua responsabilidade e que adorava o que fazia. Em uma das paredes de sua sala havia um imenso mapa da fábrica, feito em madeira entalhada, com dezenas de furos. Em cada um deles, um tubo de vidro continha amostras de argila. Dr. George fazia questão de contar a todos os visitantes que as amostras haviam

sido colhidas da principal jazida de taguá (espécie de argila de cor avermelhada), após uma sondagem em cada metro quadrado. Elas eram analisadas para que se conhecesse suas características e planificasse a extração. Esse era um dos fatores “da beleza e da qualidade dos ladrilhos São Caetano”, ele explicava.

Fui muito bem recebido pelo químico, que começou me ensinando como lavar os vidros de laboratório, os cuidados preliminares para análise, a pesagem em balança analítica (ainda com pesos, pois não existiam as eletrônicas) e até como dobrar o papel de filtro. Todas as análises eram feitas por via úmida, pois não possuíamos fotômetro de chama, analisador por absorção atômica e muito menos por raio X. No período de quatro meses, cheguei a fazer quase 100 análises entre argilas e calcários. Aprendi muito com ele, o que me resultou em ótimas notas nos exames práticos do Mackenzie.

Meu primeiro serviço (ainda estudante)

Em junho de 1943 (as férias escolares eram nesse mês), quando ainda cursava o 1º ano de química industrial no Mackenzie, surgiu o meu primeiro serviço importante para a Copami: uma curiosa pesquisa no sul do país. O Dr. Eduardo, que acompanhava minha formação profissional, convocara-me para um serviço de identificação do minério magnesita, cuja pesquisa seu diretor, o Dr. Gervásio Alves Pereira, efetuava no Estado de Santa Catarina. Foi preparada para mim uma maleta contendo o equipamento necessário para análise qualitativa imediata e um passaporte (salvo-conduto) para seu transporte, uma vez que, em virtude da guerra com a Alemanha, a região sul estava sendo muito fiscalizada. Isso foi conseguido com o Dr. Honório de Sillos, da Fiesp, que tinha influência junto ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), órgão de inteligência da ditadura.

Numa fria manhã de inverno, tomei um ônibus no Par-

que D. Pedro (ainda não tínhamos rodoviária). Como não existia a Rodovia Régis Bittencourt, o caminho era pelo sul do Estado, passando por Itapetininga, Capão Bonito, Apiaí e Ribeira, atingindo o Estado do Paraná, em Adrianópolis. Depois, passando por Bocaiúva do Sul, cheguei a Curitiba quase ao anoitecer. Foram mais de dez horas de viagem, pois o veículo era a gasogênio (durante a guerra, o diesel e a gasolina eram importados e tinham o seu uso racionado). Os veículos funcionavam a monóxido de carbono, produzido por um equipamento montado na traseira (o gás era gerado a partir da queima de lenha ou carvão vegetal).

Em Curitiba, haviam reservado para mim um apartamento no Braz Hotel, localizado no começo da Rua Quinze de Novembro e considerado o melhor da capital paranaense naquela época. Na manhã seguinte, conforme as instruções, segui para Blumenau (SC) de jardineira (ônibus) por uma estrada de terra que atravessava diversas colônias de alemães. Já no trajeto, deu para notar a grande diferença cultural em relação a outros Estados brasileiros, como a limpeza, a ordem, o gosto pelas flores, mesmo nas camadas de menor poder aquisitivo. Em toda a região, a predominância era de alemães e seus descendentes e o idioma predominante era o germânico. Na chegada, esperava-me um enviado do Dr. Gervásio, chamado Franz, um alemão alto, de olhos azuis e de rosto avermelhado que “arranhava” o português. Nossa condução parou na Rua Quinze de Novembro, a principal de Blumenau, em frente a um hotel cujo fundo dava para o Rio Itajaí. Ali jantamos, comendo muita carne de porco e não deixando de experimentar uma das cervejas produzidas no local. Na manhã seguinte, com meu guia, tomei um trem na Estação Victor Konder (hoje não mais existente), que seguia até a cidade de Rio do Sul, passando por diversos povoados. Descemos na estação de um deles, Lontras, e seguimos para a hospedaria de Oswaldo Schröder, onde nos esperava o Dr. Gervásio, uma pessoa interessante. Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica de São Paulo na mesma turma do Dr. Eduardo e por ele contratado. Vinha de

família rica (seu pai era presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro), um verdadeiro *playboy*. Seu *hobby* era projetar e construir veleiros para competições na Represa de Guarapiranga, em São Paulo. De braços abertos, foi logo me abraçando e dizendo: “Purinames, ainda bem que você chegou!”

Em um dos quartos da hospedaria, montamos um laboratório com almofarizes, peneiras de 100 e de 200 meshes, pipetas de vidro, espátulas, provetas graduadas, copos, alguns tubos de ensaio, frascos com ácido clorídrico e água destilada. Dr. Gervásio havia chegado uma semana antes conduzindo seu carro, um Chrysler 1941, conversível, a gasogênio, mas com um tanque de gasolina camuflado.

O seu sistema para pesquisar magnesita foi *sui generis*. Contratou uma equipe de cinco garimpeiros (homens que conheciam bem a região), deu a cada um deles uma amostra da pedra de magnesita que mandara vir do Ceará e prometeu uma gratificação de dez mil cruzeiros a quem indicasse um local que tivesse pedras semelhantes. As amostras vinham para a pensão, onde eu as analisava. Durante mais de oito dias o resultado deu negativo: as amostras trazidas não eram de magnesita. Dr. Gervásio já estava desiludido quando um dos garimpeiros, conhecido como Açoriano, lhe trouxe duas pedras cuja análise acusou serem de carbonato de magnésio. Foi-lhe pedida uma amostra maior antes de ser verificado o local onde foram encontradas. Dois dias após, o mesmo homem trouxe um saco de pedras que confirmaram a existência do minério procurado. Dr. Gervásio deu-lhe então cinco mil cruzeiros, a metade do combinado, marcando para a manhã seguinte uma viagem ao local, quando pagaria o restante. Imediatamente foi à estação e passou um telegrama (único meio de comunicação na época) para Dr. Eduardo, presidente da Copami, contando o sucesso da pesquisa.

No dia marcado para o conhecimento da ocorrência, levantamo-nos cedo para esperar o descobridor, mas ele não apareceu! Por intermédio do proprietário da hospedaria, Oswaldo

Schröder, soubemos que naquele mesmo dia o tal Açoriano fora visto tomando o trem para Blumenau. Interrogado na polícia, um dos garimpeiros contou que tinham vendido para o fugitivo todas as amostras recebidas, que as reduziu a pedaços menores enchendo um pequeno saco de juta. Estava assim explicado o “êxito” da pesquisa! Dr. Gervásio não se molestou. Saiu para tomar uma cerveja e, na volta, retornou com uma chupeta de criança de tamanho grande que achara como propaganda em uma farmácia. Colocou-a em uma caixa de sapatos, completou o enchimento com areia e fez uma bela embalagem, escrevendo no rótulo “amostra da magnesita encontrada”. Despachou a encomenda com urgência para o escritório da Copami, em São Paulo. Ele pretendia fazer uma brincadeira com Dr. Eduardo, seu grande amigo.

Contou-me mais tarde, Renato Maresti, na época gerente da companhia, que Dr. Eduardo ficou tão entusiasmado que não quis abrir a caixa sem a presença de seu pai, Roberto Simonsen, e seus companheiros da Fiesp. Qual não foi a decepção pela falta de respeito cometida pelo Dr. Gervásio com os demais diretores. Não será preciso dizer que o autor da brincadeira não mais retornou à direção da empresa, sendo substituído pelo Dr. Waldemiro Vieira Marcondes, um engenheiro com mais de 40 anos, amigo pessoal do Dr. Roberto. Alguns anos mais tarde, quando eu já havia me formado e trabalhava na Cerâmica São Caetano, fui procurado pelo Dr. Gervásio, que me convidou para trabalhar na Química Industrial Barra do Piraí, empresa recém-fundada por sua família. É claro que não aceitei.

Novos estágios

Antes do fim de 1943, a família que me hospedava mudou-se para a Rua Turiassu, nº 390, em Perdizes, e eu os acompanhei. No ano seguinte, o estágio na Cerâmica São Caetano, aos sábados, foi interrompido, pois eu já completara 18 anos e teria

de fazer o serviço militar. No dia 30 de novembro, me matriculei na Escola de Instrução Militar, mantida pela Associação Comercial de São Paulo, com sede no Vale do Anhangabaú. As instruções ocorriam durante a semana, à noite, e, aos sábados e domingos, pela manhã. Mesmo assim, o Dr. Eduardo conseguiu um estágio para mim, nas férias do meio do ano, nos laboratórios da Elekeiroz, que ficavam na Barra Funda. Aprendi muito sobre o processo industrial para produção dos ácidos sulfúrico, nítrico e fosfórico, graças à competência do Dr. Álvaro Lara Campos, químico da empresa. O ano de 1944 foi difícil para mim, mas não chegou a ser prejudicial para meus compromissos escolares. Logo no início de 1945, Dr. Roberto achou que eu deveria conhecer os processos siderúrgicos, muito relacionados com os refratários. Consegui com seu amigo, o coronel Edmundo Macedo Soares, que eu passasse um mês na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Foi uma experiência inesquecível: conheci as operações do alto-forno (o primeiro do Brasil), da aciaria⁵, da laminação e da coqueria⁶, com as dezenas de derivados do carvão mineral. O trabalho era duro, mas, à noite, gozava do conforto do Hotel Bela Vista.

Assim que recebi meu diploma do Mackenzie, no final de dezembro de 1945, fui procurar Roberto Simonsen para agradecer tudo o que havia feito por mim. Foi então que ele me perguntou em que área eu pretendia trabalhar, se na petrolífera, na siderúrgica ou na de refratários. Contou-me que, quando houve a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, prometera a Getúlio Vargas investir na construção de uma fábrica moderna de refratários, especificamente para produção de tijolos de sílica, indispensáveis nas abóbadas dos fornos Siemens-Martin. Minha resposta foi clara: eu estava preparado para cerâmica e, portanto, minha escolha seria refratários. Roberto Simonsen disse que, nesse caso, eu seria contratado pela Cerâmica São Caetano. Chamou

⁵ Unidade de uma usina siderúrgica, onde se realiza o processo de fusão e o tratamento do aço líquido.

⁶ Grupos de fornos onde se realiza o processo de coqueificação, que resulta no carvão coque, matéria-prima fundamental na produção de aço.

o Dr. Eduardo e solicitou meu encaminhamento. Este ponderou que era muito importante que eu conhecesse com mais detalhes as matérias-primas usadas em cerâmica e me enviou para um curso no Instituto Geológico e Geográfico do Estado de São Paulo (IGG). Ali fiquei sob orientação do Dr. Benedito Alves Ferreira, de março a maio de 1946. Desde janeiro desse ano, eu já recebia remuneração equivalente a de um engenheiro da Cerâmica São Caetano.

Somente no início do segundo semestre de 1946, o Dr. Eduardo me encaminhou ao seu irmão, Dr. Victor Geraldo Simonsen, então diretor industrial daquela empresa. Combinaram que eu ficaria um ano como observador, antes de assumir o posto que para mim previam. E assim foi feito.

O falecimento de Roberto Simonsen

A última vez que estive com Roberto Simonsen foi no início de maio de 1948, quando fui visitá-lo na Vila Simonsen, em Campos do Jordão (SP). Encontrei-o na biblioteca, mergulhado em publicações sobre a Bélgica e a personalidade de Paul van Zeeland, primeiro-ministro daquele país, a quem teria de homenagear na Academia Brasileira de Letras na semana seguinte. Mal poderia prever que seria seu último ato em vida. No dia 15 de maio daquele ano, ao discursar, foi acometido de um infarto fulminante.

Em 23 de agosto do mesmo ano foram-lhe prestadas diversas homenagens, dentre as quais a da municipalidade de Santo André. O Sr. Antonio Fláquer, prefeito daquele município, ao qual São Caetano ainda pertencia, assinou projeto de lei dando o nome de Avenida Senador Roberto Simonsen à Rua Santo Antônio, a partir da Rua Baraldi. Na Cerâmica São Caetano, foi construída uma herma encimada pelo busto em bronze do homenageado, inaugurada nesse mesmo dia. Estavam presentes, além dos familiares, Armando de Arruda Pereira, presidente da Fiesp e do Ciesp, o prefeito Antonio Fláquer, os vereadores daquele mu-

nicípio, Anacleto Campanella e João Dal'Mas, e diversos outros convidados, além dos funcionários da empresa. O Dr. Roberto Simonsen Filho concedeu ao Sr. J. J. Pereira Braga, um dos mais antigos sócios do homenageado, a honra de descobrir a herma. Nessa ocasião, como representante dos empregados, tive a oportunidade de proferir as seguintes palavras:

“Coube-me a honra de representar aqui a comissão promotora da solenidade a que vamos assistir, bem como os funcionários e colaboradores da empresa. Nesta memorável data em que a Cerâmica São Caetano S. A. completa o seu vigésimo quinto aniversário paira a tristeza em nossa alma enlutada pelo desaparecimento do Dr. Roberto Simonsen, nosso inesquecível chefe e amigo. Aqui estamos para prestar-lhe a mais expressiva homenagem que pudesse brotar da simplicidade dos que trabalham nesta casa. Dentro em pouco será descoberto o busto do eminente senador, e, assim, estará concretizada uma ideia que nasceu livre, espontânea, sincera, no coração de nossa própria comunidade operária. Falar da personalidade de Roberto Simonsen é buscar luz em próspera bonança. Como senador foi, sem dúvida, a maior afirmação da consciência nacional; como homem de letras, nos oferece a *História Econômica do Brasil*, uma das joias de nossa literatura especializada; como homem público, seu gênio político era indiscutível, seu senso administrativo, notável. Possuía o cérebro gigante de pensador e o coração amplo de homem bom. Engenheiro e industrial, divisou desde logo a necessidade de suprir o Brasil com técnicos competentes e operários especializados, a fim de satisfazer as exigências da indústria contemporânea. De seu cérebro fértil nasceu o Senai, cujos frutos já começamos a colher. Como sociólogo, voltou seu pensamento para a vida dos condutores da máquina industrial brasileira; estudou seu nível de vida no que ele tinha de mais puro e real; e na ânsia de proporcionar ao trabalhador a assistência merecida, idealizou o Sesi, cujas finalidades e cujo programa deixa dispensável o nosso qualificativo. Era quase impossível de se imaginar como conseguia exercer

tamanha atividade com extraordinária capacidade de produção. O mais sublime é que o fazia, não em benefício próprio, mas com o pensamento voltado para o bem da coletividade. Comandando assim a marcha de nossa evolução, foi, no campo da consciência nacional, um expoente de sua época e de sua classe. Aqui estará senhores, perpetuado em bronze, não apenas a figura eminente do senador e sociólogo, do intelectual, do financista, aqui estará, antes de tudo, o abnegado apóstolo do trabalho.

Assumindo a presidência desta empresa, veio encontrar uma indústria pequena e mal aparelhada, deficiente. Os anos se passaram e ele, circundado por elementos dos mais capazes, conseguiu elevá-la ao nível das maiores do mundo. Fez planejamento, equipou-a com maquinário moderno e incentivou a produção. Ao lado disso, não se esquecia daqueles que calejaram suas mãos num magnífico trabalho braçal que movimentava o barco, mesmo nas horas das tempestades. Nunca se negou a auxiliar um trabalhador, na sua inabalável vontade de construir uma coletividade feliz, ao lado do bem e da justiça. Porém, a extraordinária atividade que desenvolveu nestes últimos anos contribuiu sem dúvida para o desgaste de seu organismo, e ele morre vítima de sua ação e seu idealismo, no momento preciso em que os clarins da nação mais clamavam pela sua presença. Assim, deixando na terra um exemplo que ficará para as gerações, inicia sua marcha num sinal de benção e de fé. Ele ficará para sempre vivendo em todos os corações, porque era forte como o ideal, sereno como a justiça e eterno como o bem.”



Em nome dos empregados da Cerâmica, o engenheiro Urames discursou no evento em homenagem a Roberto Simonsen, em 23 de agosto de 1948, ocasião da inauguração do busto do empresário numa herma construída nas dependências da fábrica
Acervo/Urames
Pires dos Santos

Capítulo 2

A Cerâmica São Caetano S. A.

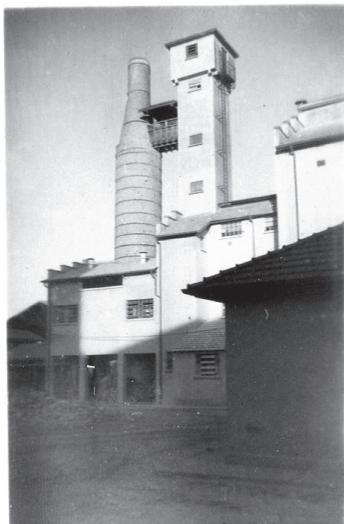
A área industrial da Cerâmica São Caetano ocupava mais de 350 mil metros quadrados. Era cortada no sentido sul-norte pelo tortuoso Ribeirão dos Meninos, que separava as partes situadas em São Caetano e no município de São Paulo. Ligando-as, havia duas pontes de madeira que permitiam o acesso às cocheiras (o transporte de argila até 1946 era feito com carrocinhas puxadas a burro), a um canavial e a uma olaria. Esta era arrendada ao oleiro Pedro Parente e de lá saíram muitos tijolos comuns, utilizados pela fábrica.

O portão principal de entrada era situado na Rua Casemiro de Abreu, nº 4, esquina com a Major Carlo Del Prete. Daí seguia uma larga avenida que, após mais ou menos 100 metros, circundava um altar com a imagem de São Caetano di Thiene, santo padroeiro da cidade. À direita, tínhamos a divisão de refratários e, à esquerda, a divisão de terracota. Na parte central ficavam o escritório técnico, a sala da diretoria, o laboratório, a seção semi-industrial, a contabilidade, as oficinas mecânicas e a carpintaria.

A divisão de terracota produzia telhas dos tipos francês e colonial, tijolos prensados e ladrilhos. Devido ao processo de fabricação e à qualidade da matéria-prima, o taguá, as peças tinham certo brilho e, por isso, eram chamadas de brilhantes. Até o início da década de 1940, o processo de produção desses materiais era bastante primário. Como matéria-prima era usada apenas o taguá, que apresentava boa qualidade. A Cerâmica São

Caetano dispunha de três jazidas próximas da fábrica: o Barreiro Velho (no Sacomã), o Barreiro Novo (onde hoje é a Prefeitura Municipal de São Caetano) e o Barreiro dos Meninos (hoje ocupado pelo Instituto Mauá de Tecnologia). A extração era a céu aberto, feita com auxílio de pás e picaretas, de acordo com plano estabelecido pelo engenheiro de minas, Dr. Theodoro Knetch, acompanhado pelos mestres Justo Martins e José Martins. O material recolhido era transportado para os terreiros de secagem por carrocinhas puxadas a burro (caçambas de 0,5 metro cúbico). Depois de seco, seguia para um grande depósito situado no quarteirão cercado pelas ruas Caramuru (hoje Armando de Arruda Pereira), Eduardo Prado, Pandiá Calógeras e José de França Dias. O material ficava ali guardado para uso no tempo das chuvas. Na fábrica, as operações eram as de moagem, peneiramento, prensagem e queima. As telhas e os tijolos eram queimados em grandes fornos contínuos do tipo *Hoffman*, mas os ladrilhos, que necessitavam de temperatura mais elevada (1.100°C), eram conduzidos a fornos intermitentes do tipo garraão, depois de acondicionados em caixas refratárias. O transporte da matéria-prima no interior da fábrica era feito em vagonetas sobre trilhos *decauville*⁷ e os produtos, em padiolas⁸ conduzidas manualmente.

Desse período, não poderá ser esquecida a grande ideia do gerente da fábrica



*Instalações da
divisão de
refratários, em
foto de 1949*

*Acervo/Urames Pires
dos Santos*

⁷ Sistema de trilhos de via ultra-estreita que ficou conhecido pelo nome de seu inventor, Paul Decauville (1846-1922).

⁸ Carrinho de tabuleiro para transporte manual.

ca, Sidney Simonsen Neto, de aproveitar os ladrilhos quebrados (mais de 25 por cento) para venda como “cacos cerâmicos”. A aceitação do mercado foi tamanha, que chegou-se a recolher parte dos cacos que já estava no aterro.

Na metade da década de 1950 foi introduzida nova tecnologia na divisão de terracota. Os ladrilhos, que já saíam de prensas de fricção com menor espessura, eram colocados em cai-

*Fornos
intermitentes
para
refratários
Acervo/Urames
Pires dos Santos*



xas refratárias mais resistentes (de cordierita⁹) e sua queima tinha melhor controle de temperatura. Foi adquirido um secador contínuo (Buttner) e passaram a utilizar caminhões basculantes no lugar das carrocinhas. Em 1956, foram introduzidos novos melhoramentos na seção de ladrilhos, com a mecanização de todo o sistema de prensagem (prensas Dorst), transporte e queima já em forno túnel (Welko). Com isso, o ciclo de queima, que era de 28 dias, passou a ser de 40 minutos. Um progresso extraordinário. As alterações foram tantas, inclusive funcionais, que influenciaram o estado psicossocial das operárias da seção da escolha (onde os ladrilhos eram classificados por dimensionamento e cor). Algumas chegaram até a desmaiar, sugerindo a presença do demônio na

⁹ Alumínio-silicato de magnésio obtido pela mistura de argila e talco.

seção, conforme revela o professor José de Souza Martins em seu livro *A Aparição do Demônio na Fábrica*.¹⁰ Na década de 1960, já não mais se utilizava o taguá de São Caetano. A fabricação de telhas foi interrompida e os ladrilhos passaram a ser feitos com filitos¹¹ e outras argilas procedentes de vários pontos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Mas, desde 1954, a CSC já havia lançado, utilizando essas matérias-primas, um material de revestimento chamado litocerâmica (quase um grés¹²), fabricado por extrusão. O antigo barracão de taguá foi inteiramente reformado e se converteu no Centro Social Roberto Simonsen para entretenimento e prática de esportes. Foi nesse período que começaram a surgir os materiais de revestimentos esmaltados. Processos italianos e espanhóis permitiam a produção de ladrilhos de grande beleza, variedade de tons e estampas, de fabricação rápida e de baixo custo. A prensagem era automatizada e os fornos contínuos, elétricos. Para acompanhar a nova tecnologia, a CSC importou fornos italianos e também entrou nesse mercado. O responsável pela divisão de terracota era o Dr. Renato Martins de Siqueira. Durante a construção de Brasília, no final da década de 1950 e início de 1960, a venda dos Ladrilhos São Caetano atingiu seu ponto máximo. Foi quando Karen Rodrigues, hoje atriz e viúva de Paulo Autran, aparecia nas revistas apregoando: “Para riscar um ladrilho São Caetano, só outro ladrilho São Caetano”.

Em algumas construções, o aparecimento de manchas esbranquiçadas na superfície desses ladrilhos demandou dos técnicos da CSC inúmeras experiências para evitá-las. Recomendava-se a não colocação de cal na argamassa de assentamento. Mesmo assim, apesar da porosidade ser próxima a zero, a cal livre do próprio cimento às vezes era drenada para a superfície. Na ocasião, a direção da CSC enviou um de seus engenheiros, Anto-

¹⁰ Cf. José de Souza Martins, *A Aparição do Demônio na Fábrica*, Editora 34, São Paulo, 2008.

¹¹ Rocha metassedimentar muito fina, de natureza química e mineralógica, que pode compor até 50 por cento das massas cerâmicas.

¹² Corpo cerâmico de baixa porosidade, similar à porcelana.

nio Fiorito, aos Estados Unidos, para estudar uma argamassa que não trouxesse tal inconveniente. Ele retornou com uma fórmula de argamassa colante que foi lançada com o nome de Argamassa São Caetano. A CSC foi a primeira a lançar esse tipo de cimento no Brasil. Atualmente existem diversas marcas, inclusive uma de propriedade do próprio Antonio Fiorito.

Por natureza, toda indústria cerâmica produz pó. Embora o produto seja formatado úmido, ele exige um preparo prévio de moagem e peneiramento a seco que é gerador de poeira. Na Cerâmica São Caetano sempre houve a preocupação de reduzi-lo ao mínimo, adotando, para isso, equipamentos adequados para sua captação e filtragem. Nas moagens de quartzitos, onde havia geração de pó de sílica, esse controle sempre foi bastante rígido. Todos os operários usavam máscaras protetoras e passavam por exames médicos periódicos a cada três meses.



Pavilhões destinados ao estoque de materiais

Acervo/Urames Pires dos Santos

O lado social da Cerâmica São Caetano

O ambiente na Cerâmica São Caetano era inteiramente voltado para o social. A assistência médica, gratuita e completa, mantinha um ambulatório dotado de médicos de renome como os doutores Silvio Carvalhal, Francisco da Silva Telles, Antonio Ferracci e outros; também um quadro de experientes enfermeiros como Dyonísio Nommelloni Jr., Victor Atolino e Idalina Turato. Contávamos ainda com atendimento em hospitais de primeira linha da capital. Nenhum empregado da Cerâmica São Caetano recorria aos serviços de saúde do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) – atual INSS.

A direção da empresa preocupava-se também com a alimentação de seus empregados. Na fábrica, eles eram atendidos por um amplo e bem organizado refeitório. Para seu lar, a empresa organizara uma cooperativa de consumo que fornecia produtos a preço de custo. Sua administração era feita pelos próprios cooperados. Fui seu presidente durante os anos de 1951 e 1952. Nesse setor, não posso esquecer de reverenciar o trabalho de outros funcionários como Francisco Cruz, o Sr. Silveira e Genésio Alvarenga. O esporte era já uma tradição. O Cerâmica Futebol Clube sempre teve um bom campo para realização de seus jogos e uma cobertura financeira por parte da empresa. Durante dez anos (1952-1962) fui seu presidente, substituindo Geraldo Plates, a quem o clube muito devia de sua organização.

Os empregados da CSC recebiam duas gratificações anuais: uma em dezembro e outra em março, logo após o balanço da firma. Os menores de 18 anos eram homenageados no Dia do Menor Trabalhador com festa e prêmios. Sem alarde, diversos menores recebiam auxílio para os estudos.

A Vila Operária, com residências para mestres, encarregados e funcionários do escritório, fora construída na Rua Armando de Aruda Pereira, entre as ruas Humberto de Campos e a atual Luiz Claudio Capovilla Filho.

Seguindo sempre a filosofia praticada por Roberto Simonsen,

aproximei-me da seção do serviço social, conduzida por duas grandes amigas: Lavínia Cardoso de Mello de Vasconcellos e Nancy Vargas. Precisava acompanhá-las e participar também das atividades sociais, em benefício dos empregados. Para isso, foi fundada a Associação dos Empregados da Cerâmica São Caetano, da qual fui presidente durante dez anos. Como uma das formas de convivência mais íntima com eles, como queria Roberto Simonsen, imaginei a formação de um grupo de teatro.

Quando estudante no Mackenzie, frequentei a Sociedade de Cultura Artística, aprendi a fazer textos para radioteatro na Rádio Tupi de São Paulo e tive aulas de teatro à noite, na Escola de Arte Dramática (EAD), fundada por Alfredo Mesquita, que ficava na Avenida São João, em frente à sede principal dos Correios. Encontrei, já formado, um pequeno núcleo de teatro liderado por Alzira Galifani Guita, esposa de um motorista da empresa. Comecei a estudar a possibilidade de me utilizar desse grupo. Em 1949, por sugestão de Nancy Vargas, produzi um musical no palco da sede do Cerâmica F.C., prédio do antigo Clube Guarani, na Avenida Senador Roberto Simonsen, esquina com a Rua Castro Alves. Pretendia mostrar músicas e costumes das diversas regiões do país, daí o título *Brasil em Revista*. Na parte musical, contei com a colaboração de Olindo Toscano, funcionário da fábrica e músico de muita sensibilidade. A cenografia coube a Dionísio Furlan, chefe da carpintaria. Para o cenário, Nancy conseguiu um pano de fundo idealizado por um jovem pintor, mais tarde famoso, Aldemir Martins. Alzira foi a diretora artística.

Em contato com o corpo cênico do Cerâmica F.C., do qual faziam parte Geraldo Plates, Yone Gamba, José Ondeí, Mercedes Rodrigues e Francisco Russo, notei um potencial para o teatro moderno. O que faltava era convencê-los disso. Foi então que, em diversas palestras, expliquei as vantagens da memorização do texto como a principal responsável pela naturalidade da representação e pela firmeza do diálogo, e que nele, o ator vivia o personagem e não apenas o representava, como acontecia no caso das frases ditadas pelo “ponto”. Walter Mariano, presidente do Centro Juvenil Roberto Simon-

sen, foi o grande incentivador desse teatro. Minha opinião resultou, mais tarde, em 1952, na criação do Corpo Cênico Cerâmica, que estreou o teatro moderno em São Caetano, após longa preparação, que envolveu cursos de dicção, impostação de voz e expressão corporal, além da memorização exigida.



Urames Pires dos Santos (ao centro) juntamente com Nancy Vargas (a segunda, a partir da esquerda), Lavínia Cardoso de Mello (a quarta, a partir da esquerda) e Alzira Galifani (a quinta), diretora do grupo de teatro do Cerâmica Futebol Clube, em foto tirada por ocasião da apresentação do musical Brasil em Revista, em 1949. Na imagem, aparecem também os atores Leoglinger (à esquerda) e Odair Ferraz

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Os Natais da Cerâmica

Entre os festejos que as diversas empresas realizavam em comemoração ao dia de Natal, os da Cerâmica São Caetano se tornaram famosos, quer pela grandiosidade do número de seus participantes, quer pelo espírito de solidariedade que predominava entre patrões e empregados. Desde sua origem, estavam fundamentados na política eminentemente social de Roberto Simonsen, bem como no conceito rotário de Armando de Arruda Pereira.

Em todas as suas comemorações, a presença da cúpula diretiva da empresa contribuía, por certo, para o congraçamento harmonioso de todos os participantes. Era a manifestação de pleno regozijo pela passagem de uma data tão importante para a comunidade cristã.

Assim, sempre no sábado anterior ao 25 de dezembro, reuniam-se na fábrica pais e filhos dos empregados da empresa para viverem momentos de júbilo e alegria. A presença de seus patrões era ansiosamente esperada e festejada. Num ambiente ricamente decorado e com uma belíssima árvore de Natal, eram distribuídos brinquedos, balas e doces aos menores de 14 anos. Como a festa era dirigida especialmente às crianças, não faltava a figura de um Papai Noel, gordo e bonachão, a quem cabia ser a atração principal. Para um evento que envolvia a participação de mais de mil pessoas era preciso uma organização e logística à altura.

O trabalho começava já no início do segundo semestre de cada ano. Lavínia Cardoso de Mello Vasconcellos, responsável pelo Serviço Social, nomeava uma comissão, constituída de funcionários, à qual caberia o planejamento e a preparação de todos os detalhes. Essa comemoração era considerada por todos como a mais significativa do final do ano. Fazia-se um levantamento de todos os filhos dos empregados, separando-os pelas faixas etá-



Distribuição de brinquedos aos filhos dos funcionários da fábrica, durante a sua tradicional festa de Natal. Evento realizado no dia 20 de dezembro de 1952, no barracão onde se fazia a escolha dos ladrilhos
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

rias: abaixo de 4, de 7 a 11, e de 12 a 14 anos de idade, e por sexo. Não se poderia cometer erros no momento da distribuição. Para a escolha dos presentes eram examinados catálogos e preços dos principais fornecedores, sem se esquecer da *Estrela* para os brinquedos, *Pan* para os chocolates, e balas da *Dizioli*.

Um cuidado especial era tomado quanto ao valor de cada brinquedo: não se permitia fazer distinção entre os filhos dos empregados mais humildes e os dos mais graduados. O espírito de justiça predominava. Dr. Victor Geraldo Simonsen, sua esposa Dulce e filhos nunca faltavam a essas magníficas comemorações da data máxima da cristandade e faziam questão de acompanhar pessoalmente toda a distribuição.

As primeiras festas foram realizadas no interior da fábri-

ca, no barracão onde se fazia a escolha dos ladrilhos. Mais tarde, a partir de 25 de dezembro de 1955, passaram a ser feitas no recinto do Centro Social Roberto Simonsen, local mais adequado para a finalidade. A entrega era outro problema equacionado. Cance-las separavam as crianças pela faixa etária e sexo. Cada criança recebia uma sacola de juta contendo o respectivo presente. Era emocionante ver o rosto daquelas crianças ao recebê-las, principal-mente quando as abriam... Todos os Natais eram precedidos de missa campal rezada pelo padre Carlos Fabrini, da Paróquia da Vila São José.

Entre os anos de 1946 e 1951, participei ativamente como um dos membros organizadores. Depois, já com filhos, eles pas-saram a usufruir também da alegria que dominava a criançada. Sem dúvida festas que deixaram saudade...

Um caso curioso

Entre os serviços do escritório da diretoria destacava-se a figura curiosa de Savério Di Gianni, que acrescentava a seu so-brenome “Matarazzo Campanella”. Quando entrei, ele já era fun-



Fachada do prédio do Centro Social Roberto Simonsen. A partir de 1955, tornou-se o espaço oficial das festas de Natal da Cerâmica Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

cionário. De ascendência italiana, semianalfabeto, era esperto, trabalhador e sempre agradava aos superiores. Não sei se por isso, mas o fato é que todos o estimavam e até aproveitavam de sua enorme boa vontade para servir. Descrevo o seguinte fato como demonstração de sua ingenuidade. Quase sempre Di Gianni ia com o motorista Bernardo Lovato à residência do Dr. Victor Geraldo Simonsen na Rua Turquia, em São Paulo. Ele não se conformava com o bronze escurecido da coleção de imagens de Dulce, esposa de Simonsen. Certa vez, foi até lá munido de um frasco de produto para polimento de metais, disposto a limpá-las. Se não fosse descoberto a tempo por uma das empregadas da casa, teria destruído aquele rico patrimônio dos Simonsens. Ele ignorava que era a pátina que comprovava a antiguidade daquelas peças.

No meu convívio com os trabalhadores da Cerâmica encontrei muitos “Savérios”, cuja vontade de servir superava muito sua condição social.

■ As greves

Em 1946, logo após a ditadura Vargas, quando o Brasil retornava à democracia, eram comuns as greves patrocinadas pelos sindicatos operários dominados por elementos da esquerda. Reivindicavam aumentos salariais quase sempre descabidos. Felizmente não atingiam os empregados da Cerâmica São Caetano, que eram avessos às greves, graças ao caráter eminentemente social que regia os princípios da empresa. Mas, em outubro de 1957, os sindicatos decretaram uma greve geral que atingiu São Paulo e todo o ABC. Piqueteiros invadiram a fábrica, obrigando os empregados a abandonarem os serviços. Seria um desastre econômico de grande vulto, visto que os fornos não poderiam ficar desligados. Mas isso não aconteceu, graças ao espírito de cooperativismo de engenheiros, mestres e encarregados, que conseguiram se esconder da façanha dos amotinados estranhos à fábrica e mantiveram acesos os fornos. No fim do mesmo dia, a

Força Policial já havia mantido a ordem e a proteção dos que não aderiam àquela greve. “Joaquinzão”, presidente do Sindicato da Construção Civil, me respeitava não apenas pelo meu cargo de vereador, mas como seguidor de uma política voltada ao bem-estar social dos seus operários na Cerâmica.

No meu período de trabalho na São Caetano (1946-1971), a fábrica chegou a ter perto de 3 mil empregados. Oitenta por cento eram estáveis. Havia pequena rotatividade apenas por parte de empregados novos. Os mais antigos (havia alguns com mais de 30 anos de serviços prestados) vinham de uma tradição familiar de mestres e encarregados que adoravam o serviço que faziam. Não tinham formação escolar (muitos eram semianalfabetos), mas seus conhecimentos práticos de cerâmica vinham de longa experiência, passada de pai para filho. Ligados por parentesco de primeiro e segundo grau, constituíam uma comunidade exemplar. Encontrei, entre eles, muitos profissionais que garantiam a retaguarda da indústria como mecânicos, torneiros, carpinteiros, eletricitas, foguistas, prensistas e moldadores, todos irmanados pelo mesmo ideal: contribuir para o sucesso da empresa. Eles sabiam interpretar as ordens recebidas e aplicá-las ao seu conhecimento tradicional. Os mais antigos às vezes duvidavam das inovações, mas com o tempo passavam a aceitá-las. Em relação a isso, não sei como se comportavam as mulheres, em maior número na divisão de terracota, onde não trabalhei.

O meu trabalho na Cerâmica São Caetano

Em junho de 1946, apresentei-me ao Dr. Victor Geraldo Simonsen, diretor industrial da Cerâmica São Caetano, com uma carta do seu irmão Eduardo. Já o conhecia de nome, devido a meu estágio no laboratório daquela empresa, quando ainda estudante. Explicou-me que, de acordo com o desejo de seu pai, todas as manhãs eu permaneceria na fábrica, ficando o período da tarde para estudos na biblioteca que possuíam. Semanalmente, deveria apresentar um relatório sobre minhas atividades. Dr. Roberto vinha à fábrica normalmente às sextas-feiras, quando fazia questão de conversar comigo. Quando não, convocava-me ao seu escritório de São Paulo. Queria detalhes sobre meu aproveitamento, mas também desejava saber o que pensavam os operários (aos quais chamava de colaboradores) a respeito das atividades sociais da empresa. Ele sempre dizia: “A vida não é apenas um salário, mas as condições humanas de sua vivência”. Em dezembro de 1947, Roberto Simonsen convidou diversos políticos para visitar a fábrica. Lembro-me que, durante o almoço, ele me apresentou a Afonso Arinos de Mello Franco, então deputado estadual, dizendo-lhe que iria me enviar aos Estados Unidos para aperfeiçoamento em refratários. Após seu falecimento, seus filhos esqueceram o desejo e a promessa do pai.

Na fábrica eu vestia macacão e trabalhava quase que ombro a ombro com os encarregados e operários. Nas seções mais

simples, ficava uma semana, nas mais complexas, cheguei a ficar até 30 dias. O meu relacionamento foi surpreendente. Logo nas primeiras semanas conquistei a amizade dos encarregados e mestres que tinham prazer em me ensinar todos os detalhes da produção. Nas entrelinhas pude perceber quanto admiravam a direção da empresa, sobretudo na parte de amparo social. Meu almoço era junto da diretoria e dos engenheiros. Lá sempre estavam Dr. Victor Geraldo Simonsen, Dr. José Sampaio Leite, Dr. Renato Martins de Siqueira, Dr. Felipe José Vicente de Azevedo Franceschini, Sidney Simonsen Neto e, esporadicamente, Clarice de Magalhães Castro, diretora do Grupo Escolar da Cerâmica.

No final da tarde, eu continuava voltando de trem, mas, muitas vezes, de carro com o Dr. Victor, quando nosso horário coincidia. Em dezembro de 1946, deram-me férias, devendo retornar no ano seguinte, já como empregado.

Engenheiro da produção de refratários

Com contrato assinado pelo próprio Dr. Roberto Cochrane Simonsen, presidente da Cerâmica São Caetano S.A., iniciei meu exercício profissional em março de 1947 como engenheiro da produção de refratários. Meu chefe, o Dr. Felipe José Vicente de Azevedo Franceschini, engenheiro civil e químico, de elevado nível cultural, competente, de profundo espírito religioso, era formado pela Escola Politécnica de São Paulo e fizera um estágio no Laboratório de Cerâmica

U. Pires

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de locação de serviços, fica justo e contratado entre a CERÂMICA SÃO CAETANO S/A., firma industrial estabelecida nesta Capital, ao Viduto Boa Vista nº 66 - 6º andar, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, Dr. Roberto Simonsen, daqui em diante denominada, simplesmente, a LOCATÁRIA e Dr. URAMES PIRES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, engenheiro, domiciliado nesta Capital, neste contrato designado como LOCADOR, o seguinte contrato de locação de serviços, regido pelas cláusulas adiante estipuladas que mutuamente aceitaram e outorgam, a saber:

PRIMEIRA - O LOCADOR se obriga a prestar os seus serviços profissionais à LOCATÁRIA, dentro das normas e condições aqui estipuladas, pelo prazo de 3 (três) anos, a ter início a 1 de janeiro de 1947, exercendo na sua fábrica, localizada em São Caetano, as funções de Engenheiro da Produção de Refratários.

SEGUNDA - A LOCATÁRIA pagará ao LOCADOR o ordenado mensal fixo de Cr. \$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) e uma gratificação anual não inferior à Cr. \$ 12.000,00.

TERCEIRA - No exercício de seu cargo de Engenheiro da Produção de Refratários, o LOCADOR, além de cumprir as instruções que receber da Diretoria de LOCATÁRIA, encarregar-se-á, sob a orientação direta do Engenheiro da Divisão de Refratários, das seguintes atividades:

- a) fiscalizar os serviços das seções, desde a seleção da matéria prima, até a escolha do produto manufaturado e entrega ao estoque;
- b) controle do funcionamento das estufas e dos fornos e aproveitamento dos combustíveis, mantendo um registro, em fichas es-

Primeira e última página do contrato celebrado entre a Cerâmica São Caetano e Urames Pires dos Santos em 2 de janeiro de 1947.

Destaque para a assinatura de Roberto Simonsen, diretor-presidente da empresa

Acervo/Urames Pires dos Santos

Art. 5

SEXTA - Anualmente, nas épocas fixadas pela LOCATÁRIA, terá o LOCADOR direito a férias regulamentares;

SEPTIMA - O ordenado do LOCADOR será reajustado caso se verifiquem alterações fundamentais nos salários da fábrica, provenientes de reajustamentos coletivos de caráter generalizados;

NOVA - A falta de execução deste contrato ou de qualquer de suas cláusulas por parte do LOCADOR, torna-lo-á sem efeito e inteiramente nulo, sendo o LOCADOR obrigado a indenizar todos os prejuízos verificados por sua culpa ou negligência, além de responder pela multa de Cr. \$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros). Sendo a LOCATÁRIA a culpada do não cumprimento do contrato ou de qualquer de suas cláusulas pagará ao LOCADOR a multa de Cr. \$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros);

DECIMA - Três meses (3) antes do término deste contrato, as partes poderão examinar, entre si, a conveniência ou não de sua prorrogação respeitadas as disposições de lei;

E, por assim estarem justos e contratados fizeram este instrumento em duas vias, por ambos assinada na presença das testemunhas que também abaixo assinam.

(Isento de selo federal, nos termos do art. 83 da tabela, nota 2a, letra C, do decreto 4.655 de 3/9/1942.)

São Paulo, 2 de janeiro de 1947.

Urames Pires dos Santos

ROBERTO SIMONSEN
DIRETOR-PRÉSIDENTE

do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).¹³ A inteligência de Franceschini fizera-o grande projetista de fornos cerâmicos. São de sua lavra os primeiros fornos encamisados para refratários de alta temperatura (1.400°C), as abóbadas catenárias (que obedecem a uma curvatura que permite sua autossustentação pelas extremidades) e os gabinetes embutidos (sistema para proteção do fogo direto). Muitas abóbadas de fornos para aciaria e vidrarias saíram de sua prancheta para atendimento aos clientes. Franceschini era um apaixonado pelos refratários de sílica. É dele um trabalho publicado em 1947 pela Associação Brasileira de Metais (ABM) intitulado: *Refratários de Sílica e seu emprego nos fornos Siemens-Martin*. Versou sobre esse mesmo tema o seu trabalho de livre-docência na Poli, da qual se tornou professor-titular.¹⁴

Franceschini era um católico fervoroso. Fazia questão de levar-me à missa do Colégio São Luiz todos os domingos. Depois da celebração, sempre tomávamos um achocolatado. Aproveitei para contar que toda minha família era católica apostólica romana e muito ligada à Paróquia de Mococa. Meu tio era o organista e minhas primas cantavam no coro. Eu pertencera à Cruzada Eucarística e depois à Congregação Mariana. Frequentava o Convento dos Franciscanos da Ordem Terceira e cheguei a ser coroinha.

¹³ O IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas – foi fundado em 1899, na Escola Politécnica, no Bairro da Luz, em São Paulo, como Gabinete de Resistência de Materiais, por iniciativa de Ramos de Azevedo. Em 1925, passaria a ser o Laboratório de Ensaio de Materiais e, em 1934, propriamente, o IPT. A Cerâmica São Caetano teve sempre estreitas relações com o instituto e nele recrutou vários de seus engenheiros. Numa certa fase da história da Cerâmica São Caetano, Roberto Simonsen recrutou também no Exército engenheiros militares, convidando-os a pedirem reforma e a ingressarem na vida civil e na indústria. (Cf. Egidio Moreira de Castro e Silva, *Água, Cerâmica, Celulose e os Homens [Memórias – 3º Volume]*, Imprensa Naval, s.l., 1964). Quando major, Egidio fora a pessoa de ligação entre o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, e Roberto Simonsen, incumbido de um grandioso plano de construção de quartéis para o Exército, através da Companhia Construtora de Santos, a primeira empresa de Simonsen. (Cf. Frank D. McCann, *Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro, 1889-1937*, Companhia das Letras, São Paulo, 2007, p. 330-331). Esse projeto foi o motivo da aquisição da praticamente falida Cerâmica São Caetano por Roberto Simonsen. [Nota de José de Souza Martins].

¹⁴ Cf., também, Felipe José Vicente de Azevedo Franceschini, *Alguns revestimentos monolíticos refratários em fornos metalúrgicos*, Tese de Livre Docência, Escola Politécnica-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964. Cf., ainda, Felipe José Vicente de Azevedo Franceschini (orador da turma), *Discurso Proferido na Solenidade de Colação de Grau dos Engenheiros de 1940*, Epusp, São Paulo, 1940. [Nota de José de Souza Martins].

Tudo isso contribuiu para nosso relacionamento profissional e social. Sem dúvida, Franceschini foi meu grande mestre na profissão e na vida.¹⁵

Em 1947, a Cerâmica São Caetano adquiriu um ônibus que servia de condução aos seus engenheiros e gerentes que mo-



Reunião com o engenheiro da divisão de refratários da Cerâmica São Caetano, Felipe José Vicente de Azevedo Franceschini (de capa branca), em 1953. Urames aparece à esquerda de Franceschini

Acervo/Urames Pires dos Santos

¹⁵ O engenheiro Felipe José Vicente de Azevedo Franceschini nasceu em São Paulo, em 17 de junho de 1916, e nessa cidade faleceu em 3 de fevereiro de 2001, sendo sepultado no Cemitério do Santíssimo Sacramento, cemitério católico da Irmandade de São Pedro dos Clérigos fundado por seu avô, o Conde José Vicente de Azevedo, conde romano e prócer do movimento católico conservador da Romanização. O Conde é o autor do famosíssimo hino católico brasileiro “Viva a Mãe de Deus e nossa”. O engenheiro Franceschini era filho de Maria Angelina Vicente de Azevedo Franceschini, filha do Conde, e do maestro Fúrio Franceschini, que foi mestre-de-capela da Catedral de São Paulo por mais de 60 anos. O maestro nasceu em Roma, em 1880, imigrou para o Brasil em 1904 e faleceu em São Paulo, em 14 de abril de 1976. Estudou na Academia de Santa Cecília, em Roma. Deixou mais de 600 composições, cujo acervo foi incorporado ao patrimônio do Instituto de Artes da Unesp – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pelo lado dos Azevedo, o Dr. Franceschini vinha de larga parentela de grandes fazendeiros e barões do café e políticos do Vale do Paraíba. Foram colaterais de seu pai e tios: o Barão da Bocaina, também envolvido na criação da Fábrica de Pólvora de Piquete; o Barão de Santa Eulália; e a Condessa de Moreira Lima. Cf. Maria Angelina Vicente de Azevedo Franceschini *et alii*, *Conde José Vicente de Azevedo, Sua Vida e Sua Obra*, 2ª edição, Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, São Paulo, 1996, p. 36. Pelo parentesco dos Azevedo com os Cochrane, o Dr. Franceschini era parente de Roberto Simonsen. Cf. Aroldo de Azevedo, *Cochranes do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1965, passim. As duas famílias eram, no Império, ligadas ao Partido Conservador. [Nota de José de Souza Martins].

ravam em São Paulo. Nesse mesmo ano comprei meu primeiro carro, um Ford Coupé de 1941, usado (hoje chamado de seminovo), o último modelo fabricado antes da Segunda Guerra Mundial.

De imediato, tive uma boa acolhida por parte dos encarregados, cuja simpatia eu adquirira durante meu estágio no ano anterior. Francisco Cruz era responsável pela UR-1, unidade produtora dos refratários de sílica. Era um verdadeiro *gentleman*, além de ter grande experiência na área, adquirida desde a fundação da fábrica do material. Tinha como seu adjunto o jovem Antonio de Almeida Passos.

Respondia pelas unidades produtoras dos refratários aluminosos e sílico-aluminosos¹⁶ (UR-2 e UR-3), Benedito Saboya. Modesto, extravasava seus conhecimentos práticos de anos a fio no ramo de cerâmica.

O meu contato direto era com os encarregados e seus subordinados. Fazê-los acreditar nas normas ditadas pela teoria não foi tarefa difícil. Ao contrário do que acontecia na divisão de terracota¹⁷, não havia cultura tradicional na qual predominasse o aprendizado de pai para filho marcado de preconceitos contra a tecnologia. Talvez por se tratar de um ramo da cerâmica mais específico, não tínhamos “mestres”, mas chefes e encarregados das seções. Eles depositavam confiança nos ensinamentos que eu lhes transmitia. Nunca dei ordens, pedia a colaboração em nome do engrandecimento da empresa (quantidade e qualidade, o que aprendi com Roberto Simonsen). Udiano, Marcandalli, Indelicato, Benites, Luiz Reis (Lulu) eram os grandes colaboradores e dos quais guardarei eterna lembrança. Com Lulu, o mais antigo, aprendi o controle das queimas e como saber visualizar qual a temperatura. Não foi difícil convencê-lo da precisão da pirometria (processo de medir altas temperaturas).

Para a produção dos refratários era imprescindível a co-

¹⁶ Refratários aluminosos e sílico-aluminosos são produtos cerâmicos constituídos de argila com alta porcentagem de Al₂O₃ (óxido de alumínio).

¹⁷ Em cerâmica, chamam-se de terracota os produtos feitos de argila com alto teor de ferro e que ficam vermelhos após a queima.



O engenheiro da produção de refratários, Urames Pires dos Santos, em sua sala, na Cerâmica São Caetano, em 1947

Acervo/Urames Pires dos Santos

laboração das oficinas mecânicas (então comandadas pelo Dr. Franz Novotni), com Pedro Furlan, Hermes Furlan e Armando Ávila. A manutenção das instalações muito dependia deles, como também a confecção dos estampos¹⁸ para a prensagem. Na carpintaria, Dionísio Furlan, com competência, se esmerava na preparação dos moldes. Um excelente colaborador.

Aos poucos fui supervisionando as misturas, a prensagem, a moldagem, a enforna¹⁹ e a queima, tentando enquadrá-las em termos técnicos atualizados, de acordo com orientação que recebia. No início de 1948, a Cerâmica São Caetano contratou uma firma americana, chamada Harrop, para construir seu primeiro forno túnel para refratários. Durante mais de um ano, acompanhei com Franceschini a montagem e início de funcionamento do equipamento. Muitas vezes dormia na fábrica de tanto que admirava o forno. Para mim, habituado com o trabalho nos fornos intermitentes, o forno túnel se constituía numa grande novidade.

¹⁸ Molde de aço para prensagem.

¹⁹ Vem de enfornar, colocar no forno.



*Urames na zona de queima do primeiro forno túnel
da Cerâmica São Caetano, em 1953*

Acervo/Urames Pires dos Santos

Desde a sua inauguração, que contou com a presença do então presidente Getúlio Vargas, em 26 de novembro de 1941²⁰, a fábrica de refratários da CSC já era uma indústria moderna para a época, mas somente depois de sete anos se tornou totalmente mecanizada, com as prensas automáticas (Boyd), transporte por vagonetas, secagem e queima em forno túnel.

Antes da produção definitiva de qualquer produto, principalmente de refratários, eles eram testados em uma seção semi-

²⁰ O presidente Getúlio Vargas anotou em seu diário a visita à Cerâmica São Caetano: “Dia 26 – Chuva durante todo o dia. Pela manhã, antes de sair, recebo a lavoura de algodão paulista. Visita ao hospital operário do padre Balint, idem à fábrica de produtos refratários Cerâmica São Caetano, de Roberto Simonsen...” (Getúlio Vargas, *Diário*, Volume II (1937-1942), Siciliano/Fundação Getúlio Vargas Editora, Rio de Janeiro, 1995, p. 438). [Nota de José de Souza Martins].

-industrial, conduzida por Florindo e Sacomani, dois jovens técnicos provindos da seção de cerâmica do IPT.

Nessa época todas as pesquisas para o desenvolvimento tecnológico da divisão de refratários eram feitas pelo Laboratório de Cerâmica do IPT, cujo chefe era o Dr. Luciano Barzaghi.²¹ No início da década de 1950, a pedido do Dr. Victor Simonsen, Franceschini e eu fomos convidar Barzaghi para trabalhar na Cerâmica. Com o convite aceito, foi montado um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPD) que atenderia não apenas à divisão de refratário, mas também a de terracota. Durante muito tempo, acompanhei Barzaghi pela fábrica mostrando, passo a passo, todo o seu funcionamento. Mal poderia prever que três anos depois, em

²¹ Luciano Barzaghi integrou a primeira turma do Curso de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi aluno do professor Heinrich Rheinboidt, que havia sido docente da Universidade de Bonn e fora recrutado pelo professor Teodoro Ramos para lecionar na USP. Barzaghi fez parte de uma turma que deu ao Brasil eminentes nomes da química, como se vê neste depoimento de um contemporâneo seu: “Nos primeiros tempos da faculdade as turmas eram muito pequenas. Paulatinamente, o curso do professor Rheinboidt sobressaiu-se, atraindo um número maior de estudantes. Na primeira turma, contava com apenas quatro alunos: Paschoal Senise, Simão Mathias, Luciano Barzaghi e Jandira França. Já na minha turma éramos onze. Senise e Mathias logo se tornaram assistentes e fizeram uma brilhante trajetória na USP. Jandira continuou algum tempo na faculdade como assistente do professor Hauptmann. Barzaghi, formado, foi trabalhar no IPT, na área de cerâmica, sendo considerado um notável especialista nesse campo. Posteriormente, trabalhou em indústrias, como a Cerâmica São Caetano e a de Porto Ferreira.” Cf. “Ernesto Giesbrecht: o desenvolvimento do ensino da Química”, depoimento, *Estudos Avançados*, Volume 8, nº 22, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, setembro/dezembro 1994. Luciano Barzaghi se casaria com sua colega de turma, Jandira França, que seria a primeira pessoa a obter o doutorado em química na USP. Cf. *Jornal de História da Ciência*, nº 2, abril/junho de 2009, p. 6. [Nota de José de Souza Martins].

1953, ele proporia minha saída do refratário.

Com o CPD, começou uma era de grande desenvolvimento tecnológico da Cerâmica São Caetano, não apenas para os produtos de terracota, como dos refratários. Lembramo-nos de quanto melhorou a porcentagem dos ladrilhos de primeira qualidade com a redução da espessura de prensagem e a alteração das ranhuras em sua base. Por outro lado, a introdução de massas para o assentamento dos ladrilhos em substituição às argamassas de cimento evitava as tão comuns manchas brancas que apareciam nas peças. O uso de novas matérias-primas em substituição ao taguá, a nova composição das caixas refratárias que passaram a ser de cordierita, possibilitando sua maior duração, e o uso de argilas em forma de barbotina (argila mantida em suspensão em água por meio de silicato de sódio) permitiam melhor qualidade aos tijolos e peças refratárias. Enfim, muitos outros avanços foram conseguidos graças a um laboratório bem equipado física e quimicamente, contando com elementos capazes como Walter Ferreira e Ayrton Mitidieri, subordinados ao Dr. Barzaghi.

A parte administrativa de minhas funções consistia em receber os pedidos procedentes da área comercial e programar sua produção, distribuindo-os pelas diferentes unidades da fábrica, de acordo com as quantidades e especificações de cada um. No caso de peças especiais, solicitar o preparo dos moldes na carpintaria ou na oficina mecânica. Também era de minha responsabilidade o controle da produção em quantidade e qualidade. Para isso, eu mantinha um contato permanente com os mestres e encarregados, procurando resolver os problemas que normalmente surgiam.

Como rotina, todas as manhãs, o Dr. Franceschini percorria comigo as seções. Dr. Victor, meu diretor industrial, às vezes repetia o mesmo caminho, fazendo-me perguntas. Às sextas-feiras, o período da tarde era destinado a uma reunião com todos os engenheiros da fábrica, quando cada um apresentava ao diretor, verbalmente, as realizações de seu respectivo setor. Nessa oportunidade

eram também analisadas as ideias dos empregados constantes na caixa de sugestões existente nas dependências da fábrica.

Durante meu trabalho na divisão de refratários coube a mim fazer um estudo com uma matéria-prima chamada vermiculita (mineral semelhante à mica). Pretendia-se utilizá-la na produção de refratários isolantes, em substituição aos que fabricávamos, misturando argila e carvão vegetal. Sendo um material muito leve e suportando temperaturas de até 1.300°C, a vermiculita expandida se tornava um excelente material. Depois de conseguirmos bons resultados, o fornecedor nos avisou que sua jazida, em Tatuí (SP), se esgotara. Por falta de previsão, perdemos tempo e dinheiro. Para mim, no entanto, serviu como um bom aprendizado que me ajudaria no futuro.

A Cerâmica depois de Roberto Simonsen

Com o falecimento do senador Roberto Simonsen, assumiu a presidência da Cerâmica São Caetano seu primogênito, Roberto Simonsen Filho, permanecendo Eduardo e Victor na direção comercial e industrial, respectivamente. Era a primeira vez que o Dr. Roberto Simonsen Filho (conhecido como Robertinho) participava da CSC. Desde recém-formado engenheiro, preferiu ter empresa própria, fundando a Sociedade Técnica de Materiais (Soterma) com o engenheiro de minas Othon Barcellos. O Dr. Eduardo, além da Cerâmica, continuava presidente da Companhia Paulista de Mineração e da Sociedade Técnica de Fundições Gerais (Sofunge), empresa especializada na fabricação de rodas de ferro coquilhado para vagões ferroviários. A estrutura social da Cerâmica não foi afetada, pelo menos nos cinco primeiros anos após a morte do senador. Continuei merecendo inteira confiança por parte dos herdeiros, inclusive da viúva Raquel Cardoso Simonsen. Eu mantinha um relacionamento estreito com o Dr. Victor e conseguia dele o apoio para qualquer atividade minha na área social. Eu gozava de certos privilégios, como sair mais cedo às sextas-feiras e entrar mais tarde às segundas, simplesmente para visitar meus pais em Campinas, onde também morava minha namorada. No final de 1948, quando fiquei noivo, Dr. Victor manifestou seu desejo de que eu, assim que me casasse, viesse morar em São Caetano, perto da fábrica. A Cerâmica construiria

uma casa a meu gosto e me daria toda a mordomia. Fomos juntos escolher o local, um bosque próximo ao Barreiro Novo, no final da Rua Espírito Santo, onde hoje é o Espaço Verde Chico Mendes. Uma semana mais tarde trouxe minha noiva, Silvia, para conhecer o local e, de comum acordo, aceitamos a oferta.

Com orientação do Dr. Victor, o engenheiro Valdemiro de Jesus Villela, responsável pelas construções da Cerâmica São Caetano, projetou e construiu a casa, seguindo um croqui que forneci.

Os privilégios que eu tinha como empregado sempre foram motivo de ciúme por parte de funcionários mais antigos, inclusive de membros da família Simonsen.

No dia 2 de setembro de 1950, em Campinas, casei-me com Silvia Avesani Arruda, filha de Maria Tereza Avesani Arruda e de Silvio Dias de Arruda, então biólogo do Instituto Adolpho Lutz, naquela cidade. Meus padrinhos foram Dr. Waldemiro Vieira Marcondes e sua esposa Mathilde (ele era diretor da Companhia Paulista de Mineração). Nossa viagem de núpcias foi um cruzeiro marítimo, visitando o Uruguai e a Argentina.

Sempre fui um protegido na São Caetano. Por determinação do Dr. Victor, somente voltaria a trabalhar quando já pudesse ser instalado em minha residência definitiva, o que aconteceu 45 dias depois. A casa para mim construída era, na época, uma das mais modernas e confortáveis da cidade. Além disso, tínhamos algumas mordomias oferecidas pela empresa como água, luz, guarda, charreteiro e jardineiro (a Cerâmica mantinha um serviço de charretes para condução). Morar perto da fábrica era mais um conforto pessoal a ser considerado.

Nessa época, São Caetano já havia conquistado sua autonomia político-administrativa. Seu primeiro prefeito foi o Dr. Ângelo Raphael Pellegrino, amigo de Roberto Simonsen e sócio da Cerâmica São Caetano. Seguindo orientação do Dr. Victor, eu deveria me aproximar dos poderes constituídos da cidade e oferecer ampla cooperação da empresa, principalmente na solução

A casa que serviu de residência para a família de Urames, entre 1950 e 1971. Localizava-se em um bosque próximo ao barreiro de onde a Cerâmica extraía matéria-prima para a fabricação de seus produtos (hoje, no local, situa-se o Espaço Verde Chico Mendes)

*Acervo/Urames
Pires dos Santos*



dos problemas sociais. Assim, acompanhei muitas vezes o Dr. Pellegrino em visita às vilas Cerâmica e São José, verificando as dificuldades de seus moradores.

Pela Cerâmica fiz, em 1952, três ciclos de um curso de treinamento de pessoal, chamado TWI, utilizado pelos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. No início de 1953, completei o curso de administração de empresas do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), também a pedido da empresa. A Cerâmica São Caetano sempre se preocupou com o aperfeiçoamento profissional de seus engenheiros. Em 1968, contratou uma equipe de professores da Universidade de São Paulo para dar um curso de engenharia de produção, do qual pude participar.

Na década de 1950, começaram a surgir diversas pequenas indústrias de refratários sílico-aluminosos (feitos com argila de baixo teor de alumina). Eles atendiam perfeitamente ao uso em caldeiras, chaminés, fornos de padaria, secadores de materiais diversos, fornos metalúrgicos e cerâmicos em geral, enfim, tudo que não exigisse baixa porosidade, alta resistência mecânica

e temperaturas acima de 1.200°C. Como o seu custo de fabricação era baixo faziam concorrência aos refratários São Caetano da mesma categoria. Tentei convencer meus superiores de que deveríamos ter também um produto concorrente, sem elevar o seu custo com uma alta tecnologia. Foi então lançado o que chamávamos de sílico-aluminoso “A”. Embora, no seu preparo, se utilizasse uma argila de menor teor de alumina, não conseguimos reduzir o custo quanto à sua qualidade, por exigências do CPD, então comandado pelo Dr. Luciano Barzaghi.

Em minha atuação como engenheiro de produção de refratários, responsável pelo faturamento da fábrica, quase sempre discordava das reprovações acusadas pelo Controle de Qualidade. Muitas peças descartadas poderiam perfeitamente ser vendidas com desconto, para uso em locais de menor responsabilidade.

Talvez por esse motivo, tivessem convencido o Dr. Victor a me destituir deste cargo. Isso aconteceu em maio de 1953 com a justificativa de que eu, eleito vereador, não teria tempo para dedicação integral às necessidades da função. Indicaram para meu lugar o engenheiro Antonio Virgílio Isoldi.

Meu substituto ficou poucos meses. Outros passaram pelo mesmo cargo, até que acertaram com a admissão do engenheiro Silvio Cervellini. Em toda essa história, Dr. Franceschini, engenheiro da divisão e meu chefe, não se manifestara.

Em 1954, atravessamos um período de racionamento de energia, sendo a Cerâmica obrigada a utilizar uma usina diesel-elétrica. Ela foi construída na entrada da fábrica e ostentava, em sua parede externa, um magnífico mural em litocerâmica policromada, elaborado pelo artista plástico espanhol Alberto Garcia Vidal.

Engenheiro de matérias-primas

Assim que deixei a divisão de refratários, o Dr. Victor propôs a criação do departamento de matérias-primas, do qual

eu seria o titular. O objetivo inicial era o de controlar o abastecimento das matérias-primas minerais, então fornecidas pela empresa do grupo, minha velha conhecida Copami. Comecei num escritório de madeira junto da portaria, bem ao lado da seção semi-industrial. Fiz uma relação de todas as matérias-primas utilizadas na fábrica, o consumo estatístico e as especificações de cada uma. Estabeleci o critério de amostragem por caminhão e seu encaminhamento para o laboratório. Caberia a mim fazer as reclamações quanto à quantidade e qualidade junto à chefia da Copami.

Como nosso contato era permanente, o Dr. Waldemiro Vieira Marcondes, diretor daquela empresa desde meu tempo de estudante, cedeu-me uma sala ao lado da sua, logo na entrada da fábrica. Depois de um ano propus ao Dr. Victor substituir a amostragem na chegada à fábrica por um controle direto nas jazidas. Ali seriam feitos grandes depósitos, de onde, mediante sondagem, retiraríamos as amostras para análise. O sistema permitiria correções no local, antes de serem transportadas. A diretoria aceitou o sistema, desde que eu me responsabilizasse por seu cumprimento. O Dr. Marcondes tinha como braço direito o engenheiro Cid Muniz Barreto, um apaixonado pela mineração, excelente pesquisador, enfim, a alma da companhia.

Quando, em 1956, o Dr. Marcondes foi dirigir o departamento de patrimônio da Cerâmica São Caetano, em São Paulo, o Dr. Cid assumiu seu posto como assistente da diretoria. Desde logo ficamos amigos, e trabalhamos juntos durante oito anos. As jazidas que administrava ficavam no Estado de São Paulo (Guarulhos, Mogi das Cruzes, Jundiaí, Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus e Itapeva), Minas Gerais (Uberaba) e Rio de Janeiro (Barra do Piraí). No início de meu trabalho, visitei com ele todas elas. Depois ia apenas com motorista para fazer a inspeção de rotina. Quando a viagem era agradável e coincidia com fins de semana, minha esposa me acompanhava. Tinha liberdade total quanto a minha frequência à fábrica. Certa vez, o Dr. Cid me per-

guntou se eu poderia fazer uma pesquisa na Bahia. Deveria verificar a existência de cianita na Serra das Almas, entre Boquira e Rio de Contas, naquele Estado. Tratava-se de um material fibroso de alta alumina, muito útil em refratários. Aceitei, pois era uma oportunidade para conhecer aquela região do país e aprender novas técnicas de pesquisa.

■ O padre Macário

Pela Viação Aérea de São Paulo (Vasp), fui até Vitória da Conquista, no sul da Bahia. Ali me aguardava um guia que me conduziu por 500 quilômetros em estrada de terra até Boquira. A viagem foi longa e cansativa, mas para mim tudo era novidade. Passamos pela cidade de Brumado, onde tomamos um lanche (café bem fraquinho e bolo de fubá, costume do lugar). Seguimos por mais 200 quilômetros, passando por Paramirim, mas somente fomos almoçar em Macaúbas. Então tive de experimentar uma cachaça da região, comer arroz com umbu e carne de cabrito. Ali ficava a Usina da Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda, beneficiadora de galena (minério de chumbo). Mais 30 quilômetros e chegamos a Boquira, onde morava o padre Macário. Esse curioso personagem não mais pertencia à ordem religiosa. Casara-se com a filha de um rico fazendeiro, detentor de áreas de grande reserva mineral. Encravada no sopé da montanha, sua residência era luxuosa, com piscina e paredes recobertas de pedras semipreciosas. Estava oferecendo uma área com cianita à empresa que eu representava. Dispensou o motorista e me ofereceu um rico jantar à base de carne de porco regado a vinho tinto. Na manhã seguinte, montados em jegues, subimos a serra. Durante todo o dia, e sob um sol intenso, verifiquei as ocorrências do citado mineral, e preparei meu relatório. Não foi difícil: a cianita aflorava em toda a extensão da montanha, mostrando seus magníficos cristais azulados. Minha missão estava terminada. Faltava agora à Copami realizar o estudo da sua viabilidade econômica, conside-

rando principalmente o custo de seu transporte até São Caetano. Para meu retorno, o padre Macário conseguiu-me carona em um avião monomotor da Plumbum, que me levou direto a Salvador. O avião voava baixo. Durante duas horas sobrevoamos a Chapada Diamantina, uma paisagem que eu jamais havia imaginado. Após um fim de semana nas praias soteropolitanas, voltei para casa.

Era constante a minha peregrinação pelas jazidas para fiscalização do sistema de amostragem dos depósitos. Na ocasião em que a área de Guarulhos foi desapropriada para construção do Aeroporto de Cumbica, tivemos um imenso trabalho para coordenar o transporte de mais de 20 mil toneladas daquela matéria-prima para a fábrica. Era todo o material que até então havia sido extraído. Chegava ao fim 27-B, uma argila clara, pouco plástica, com teor médio de alumina.

A grande reserva de matéria-prima para o refratário sílico-aluminoso, principalmente a de melhor qualidade, provinha da jazida de Jundiapéba, entre Suzano e Mogi das Cruzes. A área pertencia à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo que cedeu, mediante contrato, os direitos de lavra à Copami. Ali tínhamos a argila 45-A, em dois tipos, a clara e a escura. A primeira era usada como ligante e a segunda, no preparo de chamote (argila previamente calcinada). O Dr. Cid mecanizou toda a extração com guinchos, ponte de descarga e vagonetas sobre trilhos *decauville*. Era uma facilidade para a homogeneização dos depósitos. Mesmo numa época em que ninguém falava em ecologia, o Dr. Cid se preocupava com o gerenciamento ambiental. Programava a extração do minério em curvas de nível adequadas, patamares bem definidos, evitando qualquer degradação do meio ambiente. As cavas eram recobertas e o terreno, ajardinado. Além de bons encarregados, ele dispunha de dois grandes auxiliares: Julio Tatzuki e Marcelino Rogulski. A parte mecânica era de responsabilidade de um engenheiro francês chamado Louis Gutin. A partir de 1960, contou com a colaboração do geólogo Paschoal Giardullo e, depois de 1961, também de mais um geólogo, José Julio de Castro

Carneiro. Uma das jazidas que mais me agradava visitar era a de Barra do Piraí (RJ), pela característica do local. Ficava na estrada entre Piraí e Barra do Piraí, margeando a belíssima represa do Rio Piraí. No local extraíamos o A-416, uma leucita branca (argila de morro com elevado teor de álcalis, usada como fundente). Sempre que passava por Resende (RJ), visitava uma propriedade da Cerâmica São Caetano entre a Rodovia Dutra e o Rio Paraíba do Sul, onde o encarregado me exibia com orgulho uma placa com os dizeres “Futura Usina Roberto”. Era um sonho de Roberto Simonsen construir ali uma fábrica de refratários, bem mais perto de Volta Redonda, sede da Companhia Siderúrgica Nacional, grande consumidora daquele material.

Antes da descoberta da jazida de Barra do Piraí, comprávamos a leucita da Mineração Curimbaba, de Poços de Caldas (MG). Era matéria-prima importante para a fabricação de materiais de revestimento (a litocerâmica, por exemplo). Periodicamente, eu verificava os depósitos homogeneizados, providenciando sua amostragem e análise. Somente depois de aprovado, autorizava seu transporte para São Caetano. Nesse período fiquei muito ligado a Benedito Curimbaba e seu filho Arnaldo, que se tornaram, mais tarde, proprietários da Elfusa, uma indústria de eletrofundidos.

A argila de Uberaba

Uma argila de grande valor para nossa fábrica de refratários era a procedente de Uberaba (MG), pois possibilitava a produção de tijolos e peças de alto teor de alumina, chamados mulil. Essa argila fora descoberta por um engenheiro químico residente na cidade mineira, no final da década de 1940. A área de sua ocorrência era bastante grande, estendendo-se pelo planalto do triângulo mineiro, desde Uberaba até Uberlândia, bem ao lado do leito da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que atravessava o chapadão.

Depois de estabelecido acordo com os fazendeiros proprietários do solo, o Dr. Roberto Simonsen mandou colher amostras nas áreas de Buriti, Palestina e Ely (nome das estações próximas) e encaminhou-as a uma empresa norte-americana para estudos. O resultado foi excelente. Constatou-se ser um mineral-argila, denominado gibsitita, que calcinado em baixa temperatura apresentava um teor de alumina superior a 71 por cento.

Coube a mim a primeira experiência com essa matéria-prima. Tentamos a utilização de um pequeno forno rotativo que existia na fábrica, mas não conseguimos bom resultado em virtude do comprimento desse forno ser insuficiente para uma calcinação completa. Utilizando a Olaria do Parente, produzimos tijolos que foram queimados a 800°C, obtendo bons resultados. A partir daí, chegamos à conclusão de que o material deveria ser calcinado em fornos intermitentes a serem construídos na jazida. Assim, também seria evitado o transporte de toda a matéria orgânica contida naquela argila.

O Dr. Cid conseguiu, na cidade de Tambaú (SP), uma equipe de pedreiros especializados em fornos do tipo que desejávamos e combinou a construção dos dois primeiros na jazida do Ely, onde o material era de melhor qualidade. Fui diversas vezes com o Dr. Cid visitar as instalações. A primeira viagem me surpreendeu bastante. Saímos de Uberaba e subimos em direção ao chapadão. Como não havia estrada, nosso veículo tinha de contornar os covaais (montículos que acidentam o planalto central do Brasil). O terreno era árido, absolutamente plano, com vegetação rasteira típica do cerrado. Em virtude da impermeabilidade do solo, quando chovia ficava intransitável, dada à grande quantidade de água empossada. Durante todo o trajeto era constante a presença de siriemas. Elas andavam aos pares. No verão também era grande a presença de codornas e perdizes. O Dr. Cid me mostrava as palmeiras buritis, explicando que elas indicavam a presença de argila aluminosa no solo. As instalações no Ely foram melhoradas a cada ano. Ali se construíram casas para os

empregados, uma pequena barragem para fornecimento de água e uma confortável residência para os engenheiros e geólogos que constantemente lá estavam. O gerente daquela unidade era Gerson Limeira. Ele residia em Uberaba, mas passava a semana toda na área. A argila calcinada era ensacada e despachada por estrada de ferro. Da Mogiana para a Companhia Paulista, a baldeação era feita em Campinas devido a diferença de bitola. Os vagões, então carregados, iam até a estação de São Caetano do Sul pela Santos-Jundiaí (antiga SPR). De lá até a fábrica, o transporte era feito por caminhões. A importância do material era tanta que compensava todo esse trabalho de custo elevado.

Ainda na década de 1960, a argila de alta qualidade *in natura* começou a esgotar. A grande quantidade existente continha muita areia (sílica), o que baixava o teor de alumina. Para reduzi-la, foi adotado um sistema de lavagem semelhante ao usado para caulim (argila branca). A argila passava por um agitador com água e silicato de sódio (este para manter em suspensão a parte argilosa) e era despejada em terreiros pavimentados com diferença de nível decrescente do primeiro ao último. O material aluminoso, em suspensão, passava de um nível para o outro, sendo acidulado para a deposição da argila. Ficava sem a sílica, pois esta permanecia no terreiro anterior (processo de decantação). Depois de sua semissecagem, o material era marombado (extrudido) para formação dos briquetes, e estes, enfiados e calcinados.

Como é fácil deduzir, o custo da argila de Uberaba subiu ainda mais. Após muito estudo, a equipe técnica da Cerâmica contratou os serviços do engenheiro Vicente de Paulo Pereira, que introduziu um sistema de centrifugação da argila. Em virtude de seu êxito, o projeto constituiu-se, durante muito tempo, em segredo industrial.

Paschoal Giardullo

Em 1959, o aumento e a diversidade de matérias-primas exigidas pela CSC sobrecarregavam os serviços da Copami, responsável pelo seu abastecimento, principalmente no setor de pesquisa. Coincidentemente, em julho daquele ano fui procurado por Daniel Giardullo, diretor da Fazenda da prefeitura municipal, na gestão do prefeito Dr. Ângelo Raphael Pellegrino. Ele me contou que seu filho Paschoal estava se formando na USP como geólogo e que ele gostaria de vê-lo trabalhando na Cerâmica São Caetano. Lembrei-me do jovem, que quase sempre estava na Câmara, apreciando meus trabalhos, e me prontifiquei a atendê-lo. Depois de uma conversa com Paschoal, apresentei-o ao Dr. Cid. Não foi preciso esperar muito. Graças ao seu preparo e a visualização de seu futuro, Paschoal foi logo contratado como estagiário, e, assim que se formou, em 1960, passou a integrar o corpo técnico da empresa.

O serviço de pesquisa era intenso, abrangendo os municípios mineiros de Capelinha, Matheus Leme, Pará de Minas, diversos locais da Bahia e do sul do Estado de São Paulo. Com a necessidade de contratação de outro geólogo, a escolha recaiu sobre José Julio de Castro Carneiro, apresentado por Paschoal.

Em 1955, a Cerâmica São Caetano construiu mais três casas próximas à minha: uma foi cedida ao Dr. Valdemiro Villela, outra a Nelson Sotto Maior, engenheiro da divisão de terracota, e a terceira, ao engenheiro Ivan Dutra, recém-contratado para refratários. Mais tarde ocupou a mesma casa um engenheiro eletricista que pouco ficou. Nessa ocasião, o Dr. Cid e eu convencemos o Dr. Victor de que era muito importante que a casa vaga fosse cedida ao geólogo Paschoal Giardullo, o que aconteceu em 1962. Cabe lembrar que os engenheiros mais antigos jamais aceitaram morar em São Caetano, à exceção do alemão Franz Novotni, responsável pelo escritório técnico e pela oficina mecânica, que morava junto à fábrica desde a década de 1940.

Novas matérias-primas

Como a Cerâmica São Caetano precisava de novas matérias-primas, além das argilas de uso habitual, a Copami propôs a utilização, pela primeira vez no Brasil, de filitos, cujas jazidas havia descoberto. Esse foi o caso dos filitos de Santana do Parnaíba (SP), de cor vermelha (66-A), e de Pirapora do Bom Jesus (SP), de cor cinza (74 -B). Para verificar essas jazidas, como ainda não existia a Rodovia Castelo Branco, o caminho era passar por São Paulo, Osasco, Carapicuíba e Barueri até atingirmos os km 66 e 74 da atual Estrada dos Romeiros (SP-312).

Mais tarde surgiram os filitos de Itapeva (SP): um refratário e outro fundente. Para substituição do taguá de São Caetano, foi descoberto um material terciário com características bem próximas as da matéria-prima original, batizado como 85-A. Sua jazida ficava no município de Jundiá (SP), na estrada para Jarinu (SP).

Meu trabalho não era difícil, mas exigia atenção e controle, pela diversidade de matérias-primas cuja qualidade eu deveria fiscalizar. Com o crescimento da Copami, a Cerâmica construiu um prédio para abrigar seus escritórios, dentro de sua área industrial. Um ano depois teve de ampliá-lo. Ali também ficava a minha sala, até 1961, quando o Dr. Victor mandou construir um escritório exclusivo para mim no centro da fábrica. Foram comigo o meu auxiliar direto, Jasmiro, e minha secretária, Magali. Além das matérias-primas fornecidas pela Copami, a Cerâmica adquiria outras, de terceiros, como: bentonita, minério de ferro, minério de manganês, magnesita, cal hidratada especial, talco, tanino, vixil (lino-sulfonato de cálcio), óxido de alumínio, óxido de titânio, silicato de sódio e CMC (carboxil-metil-celulose). Esses materiais exigiam controle de estoque e de qualidade. Por isso, a diretoria tirou-os da responsabilidade do almoxarifado geral, passando-os para a gerência de meu departamento.

Assim que recebidas na fábrica, as matérias-primas na-

turais eram depositadas em camadas horizontais numa área de 1.200 metros quadrados, até a altura de dois metros. Em seguida era feita uma sondagem, por meio de furos em cada metro quadrado. Encaminhávamos ao laboratório o material recolhido de cada furo com um esquema mostrando sua localização. A análise, além da composição, indicava o grau de homogeneidade do depósito. Somente após receber o resultado é que liberávamos o material para uso. A retirada era feita em cortes verticais. Para visualizar as operações, em uma das paredes de minha sala implantei um mapa com todos os locais onde se preparavam os depósitos. A identificação era feita por meio de cartões sobrepostos com o nome da matéria-prima, o número do depósito e uma indicação, com alfinetes coloridos, de sua posição naquele dia: em preparo (amarelo), liberado (verde) e interditado (vermelho). Pelo nome e número do depósito localizava-se imediatamente a quantidade disponível em uma ficha onde o lançamento das entradas e saídas era diário. Na época não dispúnhamos de computador nem de recursos visuais, contávamos apenas com uma máquina de escrever e outra de calcular, o resto era lápis, papel e carbono.

No início, tivemos muita dificuldade para convencer os mestres e encarregados da necessidade de emitirem requisições ao nosso escritório, que centralizava o resultado das análises. Foi preciso conseguir ordem da diretoria para que a contabilidade não aceitasse nenhuma entrada ou saída de matéria-prima cuja nota ou requisição não tivesse o carimbo de nosso departamento.

Para controle do que deveria vir das jazidas em cada mês, emitíamos cartões classificados que eram entregues diretamente aos transportadores. Tendo em vista os bons resultados desse trabalho, em junho de 1969, o Dr. Victor me nomeou chefe da seção de controle de materiais, abrangendo tudo o que era adquirido pela fábrica. Até minha saída da empresa, em abril de 1971, o sistema funcionou muito bem.

■ A Magnesita

Ao construir sua fábrica de refratários em 1940, Roberto Simonsen, então presidente da Fiesp, sabia que os refratários básicos (de dolomita e magnesita) seriam de suma importância para a indústria do aço. Por isso, tinha determinado a seu filho, o Dr. Eduardo, diretor da recém-criada Copami, que intensificasse a pesquisa dessas matérias-primas. Já nessa época uma empresa de Belo Horizonte, que passaria se a chamar Magnesita S.A., havia descoberto uma grande reserva do minério junto de sua jazida de talco, em Brumado (BA). Como mencionei no capítulo em que relatei meu primeiro serviço para a Copami, ainda estudante, essa pesquisa foi realizada sem sucesso no sul do Brasil. Tentando contemporizar e suprir o mercado paulista, a CSC adquiriria o minério da Mineração Chaves, do Ceará, ao qual adicionava óxido de ferro. Cid Muniz Barreto orientou a pesquisa em região oposta, no norte do país. Depois de muitas tentativas infrutíferas, acompanhadas pelo engenheiro Silvio de Queiroz Matoso, a empresa conseguiu, em março de 1961, resultados positivos em amostras que lhe foram enviadas pelo garimpeiro Job Ferreira Braga. A ocorrência era em Castela, município de Santo Sé (BA), a 15 quilômetros das margens do Rio São Francisco. O geólogo Paschoal Giardullo foi o primeiro a analisar as amostras e constatar sua veracidade. Coube ao departamento jurídico da companhia, liderado pelo Dr. Francisco Lotufo, o acerto com os posseiros dos terrenos. Paschoal e José Julio de Castro Carneiro cuidaram das medidas legais junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). Eles se revezavam no trabalho da jazida até que, no ano seguinte, a tarefa passou a ser comandada somente por José Julio. Iniciadas as operações de extração, o minério seguia por estrada de rodagem até Juazeiro, onde, de um grande depósito alugado pela CSC, ia para São Caetano. Outra alternativa utilizada era o transporte de barco até Pirapora (MG) e de lá, por rodovia, até a fábrica. As primeiras calcinações do

minério foram feitas em São Caetano, enquanto se projetava uma usina mais próxima do local. Para isso, as diretorias da Copami e da CSC resolveram fundar uma nova empresa, a Cominag, entregando sua direção ao engenheiro Décio Sandoli Casadei, recém-contratado pela companhia. Dois anos mais tarde, o Dr. Cid, desgostoso com esse fato e, principalmente, com uma campanha que faziam contra sua liberdade administrativa e financeira, abandonou a companhia (“pegou o chapéu e foi embora”). A diretoria da Cerâmica São Caetano havia contratado um gerente para a Copami: o Sr. Augusto Filipe Aragão, que viera da Price Waterhouse, e a quem caberia uma auditoria na empresa. Segundo Aragão, o Dr. Cid, usando os recursos da companhia, registrava em nome de amigos, jazidas de matérias-primas pelas quais a empresa não tinha interesse. Cid alegava que sempre consultava a diretoria a respeito, mas isso foi ignorado. Um desses casos foi o das areias de São Vicente, de Biritiba Ussu (distrito de Mogi das Cruzes) e de Descalvado que deram origem à Mineração Jundú, empresa da qual Dr. Cid foi proprietário durante muitos anos e que hoje pertence ao Grupo Saint Gobain. O Sr. Aragão ficou na Copami até 19 de novembro de 1970, quando faleceu.

A Fazenda Campo Verde

Quando, no início da década de 1950, foi descoberta a jazida de Jundiáí, o Dr. Marcondes e o Dr. Cid levaram o Dr. Victor para conhecê-la. Ele não deu muita atenção às explicações de ordem geológica, mas ficou encantado com a área que não tinha minério. Ela apresentava uma topografia exuberante cortada por um riacho de águas claras que vertiam de uma pequena queda de três ou quatro metros. Antes de voltarem para São Paulo, o Dr. Victor pediu que toda aquela faixa de terra fosse reservada para o lazer de sua família e amigos. Assim nasceu a Fazenda Campo Verde, seu lugar preferido para descanso nos fins de semana. O

Dr. Victor e sua segunda esposa, Dulce Ribeiro Simonsen, sabiam aproveitar o dinheiro que tinham. Viajavam todos os anos para a Europa, em belíssimos transatlânticos. Cannes (França) e Cortina D'Ampezzo (Itália) eram seus destinos preferidos. Ele era um apaixonado por música, apreciava do jazz americano aos clássicos europeus. Adquiria discos de todas as gravadoras. Diziam os jornais da época que ele possuía a maior discoteca de toda a América do Sul. Entre seus amigos estavam músicos, artistas, poetas, colunistas sociais, costureiros famosos e pessoas de destaque na sociedade paulistana.

Com o engenheiro Villela, pessoal da fábrica e da Copami, o Dr. Victor começou a estruturar sua fazenda. Mandou construir a casa, embelezou a pequena queda d'água, edificou um pavilhão de música, nos moldes do que mantinha anexo à sua residência da Rua Turquia, em São Paulo, dotando-o, inclusive, de instrumentos musicais como piano, violino e outros. A via de entrada da fazenda ficava entre uma colina e o curso do riacho. No alto construiu um pequeno forte com pedras, onde mantinha hasteado o Pavilhão Nacional, quando a família estava presente.

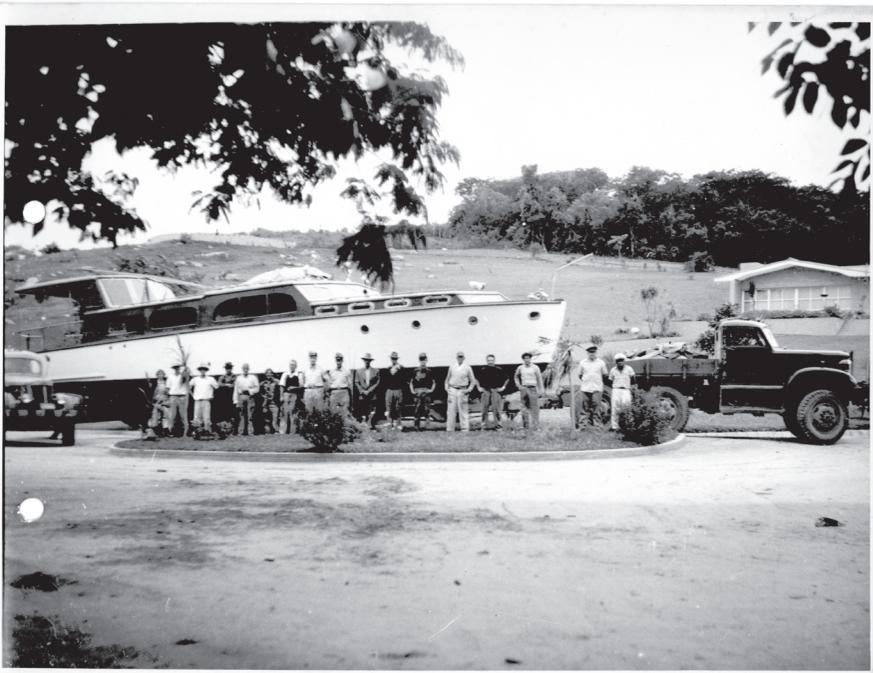
Minha função exigia que eu fosse àquela jazida com frequência. Por isso, o Dr. Victor me encarregou de administrar também a sua propriedade. Como primeiro passo mandou transferir um empregado da fábrica e sua esposa para serem os caseiros, o que coube a Zoroastro Rocha e Alice. Logo depois, me foi solicitado contratar um técnico para resolver o problema da televisão. Em virtude da topografia do terreno e dos poucos recursos técnicos da época, a recepção da imagem era péssima. Diversos profissionais lá estiveram, chegando à conclusão de que em apenas um local, no alto de uma colina, longe da casa, isso seria possível. Ficamos preocupados em comunicar o resultado ao Dr. Victor, mas ele não se importou, dizendo que iria construir lá uma sala para televisão. E isso foi feito.

Dulce era ecologicamente correta. Adorava flores e plantas exóticas, não admitia nem a poda de árvores sem sua autori-

zação. Numa colina que poderia ser vista de sua casa, pediu ao Dr. Marcondes que providenciasse a formação de um pasto e adquirisse no Rio Grande do Sul pelo menos uma dúzia de carneiros (o Dr. Marcondes, diretor da Copami, tinha sido um grande fazendeiro no Vale do Paraíba). Isso feito, mandou que o local tivesse boa iluminação para que, à noite, pudesse apreciar os belíssimos animais pastando. Contou-nos o caseiro que, certa vez, ela sugeriu que os carneiros fossem lavados com água sanitária para que seus pelos ficassem mais claros. Em outra ocasião, pediu que fossem adquiridos muitos pássaros para serem soltos num bosque ao lado da casa. Quando o Dr. Marcondes e eu tentamos convencê-la de que os pássaros fugiriam, ela resolveu o assunto mandando cobrir mais de mil metros quadrados com tela, o que resultou numa grande gaiola.

O Dr. Victor não se conformava em somente ter um riacho em sua fazenda. Pediu-me a contratação de um engenheiro especialista em barragens, pois queria uma represa. Assim levei para lá o Dr. Serafim Orlandi, professor do Mackenzie, que se encarregou de um projeto e da construção de uma barragem, que seria de terra recoberta com pedras. A topografia do terreno permitia a cobertura com água de uma área de 500 x 100 metros, mas a profundidade média não passava de um metro e meio. Dr. Victor não concordava com isso, pois queria usar um barco, com quilha, que ganhara em Santos, e que precisava de maior profundidade. Por mais que técnicos discordassem, mandou cavar o fundo até o necessário. Ele resolveria o problema do assoreamento natural mandando, anualmente, fazer uma dragagem do material depositado. Depois de um ano, a represa ficou pronta. Seu barco ficava estacionado não muito longe da margem e, para lá, ele levava de lancha os amigos para suas festas.

Na fazenda havia alguns cavalos e vacas. O Dr. Villela, engenheiro da Cerâmica, se encarregou do projeto de um belo estábulo. Contou-me ele que, ao examinar o estudo, Dulce pediu que fosse reservado um espaço para o bar, para o caso de se que-



*Chegada do
barco de
Victor
Simonsen
à Fazenda
Campo Verde,
em Jundiá,
interior de
São Paulo, em
dezembro de
1956*

*Acervo/Urames
Pires dos Santos*

rer tomar leite com conhaque.

Certa vez, o casal solicitou a compra de uma vaca que produzisse muito leite. A peso de ouro adquiriram uma da raça holandesa, muito mansa e de primeiríssima linhagem. Tudo ia bem, até que, em um fim de semana, eles levaram os amigos e suas crianças para assistirem à tirada do leite. Tal era a algazarra que a vaca se negou a tal. Foi difícil, na segunda-feira, o Dr. Marcondes explicar ao Dr. Victor que o animal, nervoso, não solta o leite.

Se conto todos esses casos pitorescos que presenciei na Fazenda Campo Verde é para mostrar a excentricidade de seus proprietários, tão comum na sociedade paulistana da época. A propriedade ficou famosa por suas festas e reuniões de figuras importantes. As pianistas Guiomar Novaes e Magdalena Tagliaferro foram suas hóspedes. Lembro-me ainda de quando o famoso costureiro Dener, após seu casamento com Maria Estela Splendori, passou lá sua lua de mel. Durante anos, minha maior preocupação era que tudo estivesse em ordem naquele recanto paradisíaco, para que o Dr. Victor ficasse bem-humorado durante a semana, na fábrica.

Saindo da Cerâmica São Caetano

Ainda hoje reflito se acertei ou não saindo da Cerâmica São Caetano, em abril de 1971. Devo minha formação social e profissional a esta empresa. Foi Roberto Simonsen, seu proprietário, o responsável pela minha vida, justamente no período mais crítico da juventude. Seu gesto de nobreza jamais será esquecido. Lembro-me de quantas vezes fui assediado por concorrentes de sua empresa, com propostas mirabolantes, às quais nunca dei a menor importância.

O meu relacionamento com os membros da família Simonsen era muito estreito, o que me permitia saber muita coisa, ainda desconhecida, da cúpula da Cerâmica São Caetano. Desde o segundo semestre de 1969, no refúgio da Fazenda Campo Verde, os comentários eram de que a empresa estava no vermelho. Os compromissos eram muito grandes em virtude de empréstimos consignados para atualização tecnológica da fábrica nos anos anteriores. Seu resultado, no entanto, não permitia saldá-los a tempo. O único recurso, segundo diziam, era transferir o controle acionário para outro grupo empresarial. Pensava-se inclusive em empresas norte-americanas. Por esse tempo, eu já vinha me decepcionando com a paulatina, mas constante, mudança na política social da fábrica em todos os setores. No intuito de profissionalizar a empresa, abandonaram o sistema humanitário de tratamento dos empregados mais antigos e experientes, tornando

mais rigorosos os controles funcionais, deixando de lado a confiança nos que antigamente eram considerados “colaboradores” e não simples operários. A queda no faturamento obrigou a diretoria a contratar consultorias externas para a reengenharia de métodos e processos, sem que se obtivesse resultado. À medida que a situação piorava, maior era a falta de confiança na honestidade de seus funcionários, até mesmo dos mais graduados.

A meu ver, diversos foram os fatores que levaram a Cerâmica São Caetano ao declínio. No setor de ladrilhos, outras fábricas, modernas e bem localizadas (em Santa Catarina e São Paulo), produziam belíssimos materiais para revestimento, de menor custo e de maior aceitação pelo mercado. A Cerâmica São Caetano tentou acompanhá-las, inclusive montando uma nova e moderna fábrica em Suzano (SP), mas infelizmente não teve sucesso.

No setor de refratários, do qual foi líder entre os anos de 1940 e 1950, a redução radical do consumo e os novos tipos então utilizados pelas siderúrgicas reduziram o faturamento da empresa. Contribuiu para isso a evolução tecnológica desses consumidores, que passaram a utilizar materiais de alta alumina, em vez dos de sílica (especialidade da São Caetano), nas abóbadas dos fornos Siemens-Martin e elétricos. O grande consumo passou para os refratários de magnesita e de carbetos de silício em cuja fabricação a São Caetano ainda engatinhava. Realmente foi uma absoluta falta de visão empresarial, o que não teria acontecido na época de seu fundador. Os refratários sílico-aluminosos, em cujo potencial de qualidade a CSC era superior ao de seus concorrentes, não tinham preço de venda competitivo.

Tanto no setor de materiais de revestimento como no de refratários, o custo do transporte de suas matérias-primas e da administração sempre suplantaram os de indústrias similares. Basta lembrar que, enquanto uma dessas empresas possuía um, ou no máximo dois engenheiros, a Cerâmica São Caetano, além dos seis diretores, dispunha de nove profissionais com curso universitário.

O que mais me desencantou, no entanto, foi que, à medida que os negócios decresciam, cortavam-se as regalias dos seus empregados, ou melhor, era esquecida a política social de Roberto Simonsen. Os antigos “colaboradores” passaram a ser apenas empregados, sem a menor consideração pelo trabalho que faziam pela empresa. Basta lembrar que as gratificações, antes entregues pessoalmente pela diretoria, agora não passavam de simples acréscimos nos respectivos holerites, sem a menor palavra de incentivo.

De qualquer forma eu não poderia esquecer o passado e ser empregado da concorrência. Ficaria no barco até o fim. Mas, no começo de 1971, recebi de um amigo a oportunidade de, com maior salário, trabalhar como gerente industrial de uma famosa fábrica de chocolates, em São Bernardo do Campo. Nessa época eu já sabia que as negociações para venda da CSC estavam bem adiantadas. Foi difícil comunicar minha demissão ao Dr. Victor e ao Dr. Eduardo. Contei-lhes que pretendia sair da Cerâmica, mas que não trabalharia em nenhuma firma do ramo. Meu novo emprego seria na Dulcora, produtora de balas e chocolates. Ambos tentaram fazer com que eu desistisse da ideia, dizendo que ainda era prematura a venda da fábrica e, mesmo que isso acontecesse, eu seria aproveitado. Segundo soube por amigos comuns, eles chegaram a pensar que eu fosse ligado ao Dr. Cid e iria para a Mineração Jundú, empresa em franca expansão. Comprei um apartamento em São Paulo e devolvi a casa da Cerâmica seis meses depois.

Na fábrica de chocolates Dulcora

Mário Porfírio Rodrigues, meu amigo e compadre, companheiro do Rotary Club de São Caetano do Sul, era diretor superintendente da Chocolate Dulcora S.A., empresa do Grupo Gardano, situada em São Bernardo do Campo, bem próximo da Rodovia Anchieta. Foi ele o responsável por minha saída da

Cerâmica São Caetano. O presidente da empresa, Ezio Gardano, também era rotariano. Seu irmão, Paulo Gardano, respondia pela direção comercial. Ângelo Gardano era o diretor técnico. Trabalhavam ainda na empresa seus filhos Mario e Paulo e o engenheiro Marcos Gardano, filho de Ângelo, como responsável pelos projetos e manutenção da fábrica. Como se vê, uma empresa 100 por cento familiar. Paulo Gardano era muito agradável. Conversávamos muito sobre jazz americano, pelo qual éramos apaixonados, e trocávamos fitas cassete semanalmente.

Comecei o meu novo serviço no dia 4 de maio de 1971. Cabia a mim comandar uma equipe quase toda constituída por mulheres jovens. Acostumado a trabalhar com homens, foi para mim um grande impacto. Tive de moldar meu método de comando, tanto no comportamento como nas palavras e ordens. Lidar com o comportamento feminino fazia parte de meu trabalho, mas logo verifiquei que as mulheres, em determinadas funções, eram melhores que os homens: mais produtivas, mais ordeiras e mais obedientes aos regulamentos. Tínhamos dois bons chefes de seção: Calil (chocolates) e Álvaro (balas). Toda a manutenção era de responsabilidade de Ribamar, um excelente mecânico, mas que estava sempre de cara amarrada e de difícil comunicação. Como responsável pela produção, coube a mim conquistar sua amizade e atenção em benefício da empresa. Levei pouco tempo para isso, graças à minha habilidade política e social. Assim que as operárias se sentiram mais à vontade em nosso relacionamento, resolveram fazer uma brincadeira: deram-me um bombom de chocolate com licor e me perguntaram qual o melhor modo para introduzir nele o líquido. Pensei logo em um sistema de injeção. Foi quando deram risada e me explicaram que o licor é formado dentro do bombom pela decomposição de um aglomerado de açúcar e essência envolvidos pelo chocolate. Realmente para mim, ceramista, uma novidade.

As instalações da Dulcora eram modernas e bem automatizadas, principalmente a nova fábrica de chocolate. Os processos

eram bem semelhantes aos que eu conhecia: mistura, moagem, cozimento, prensagem ou extrusão, resfriamento, escolha e embalagem. Para a produção dos famosos *drops* “embrulhadinhos um a um”, as matérias-primas eram glicose de milho e essências diversas (hortelã, laranja, limão, anis e outras). O cozimento era feito em autoclaves, a prensagem e embrulhamento, em máquinas automatizadas. Os chocolates tinham como matérias-primas principais: açúcar, leite em pó, massa e manteiga de cacau, dosados e refinados em moderno equipamento importado da Itália. O cozimento era feito em “conchas” aquecidas a vapor até se atingir o ponto necessário à extrusão, onde o chocolate era formatado. Em seguida o resfriamento em túnel, numa temperatura abaixo de 20°C, e a embalagem.

No caso dos bombons, a técnica era mais artesanal. De uma “concha” de tamanho menor, onde eram adicionados a essência e outros ingredientes, a massa era despejada em formas de plástico ou de metal para adquirirem o formato desejado. Toda a formulação dependia dos conhecimentos de Ângelo Gardano, que trazia a experiência de anos de tradição da família. Apaixonado pelo controle de qualidade, aproximei-me do químico responsável pelo laboratório, Dr. Itacy. Com ele aprendi muito sobre essa minha nova atividade, como a influência da proporção entre a massa e a manteiga de cacau, da lecitina e da gordura hidrogenada e outros adicionais. Responsável pela produção, introduzi vários critérios para controle de cada máquina, tempo de parada para manutenção, estoques de segurança para matérias-primas e embalagens. Recebia da seção de vendas a previsão para cada produto e com ela estabelecia a programação em vista do estoque no armazém.

Minha rotina pessoal mudou. Morando em São Paulo, a mais de 20 quilômetros da fábrica, perdi o conforto do almoço diário com a família, sujeitando-me a um lanche ou à frivolidade de um restaurante de São Bernardo do Campo, bem diferente do emprego anterior, em que morava praticamente ao lado do servi-

ço. Com a saída do diretor Mário Rodrigues, em março de 1972, por desentendimento administrativo com os donos da empresa, enfrentei vários problemas com a falta de matérias-primas e de embalagens. Foi então que percebi que a empresa ia mal financeiramente. Na época das “vacas gordas”, os herdeiros de Carlo Mario Gardano, fundador da empresa, gastaram acima dos limites para deleite e vaidade pessoal, esquecendo o enorme compromisso financeiro que haviam assumido durante a construção da fábrica nova de chocolate. Em 1973, até para o pagamento dos empregados tiveram de vender produtos abaixo do preço normal. Assustado, procurei o amigo Antenor de Braga Farias, então gerente do Banco do Brasil, em São Bernardo do Campo. Ele se mostrou surpreso com minha saída da Cerâmica São Caetano para trabalhar numa empresa quase insolvente há mais de três anos. “Se tivesse pedido meu conselho, você jamais teria aceitado o convite do Mário”, disse ele.

No entanto, mais uma vez fui abençoado por Deus. Um amigo que fizera durante a vida com os Simonsens procurou-me na Dulcora. Era Lauro Morandi, proprietário da Minebra – Minérios Brasileiros, Mineração e Industrialização Ltda. Ele havia adquirido um forno para expansão de vermiculita e pretendia desenvolver produtos com esse mineral. Ele sabia que nos idos de 1952, na Cerâmica São Caetano, eu havia trabalhado com essa matéria-prima na fabricação de tijolos isolantes. Oferecia-me uma parceria na venda do produto, mediante minha colaboração técnica para sua fabricação. Aceitei a proposta e elaboramos um contrato. Em alguns sábados fui a suas instalações, no centro de Barueri (SP), e fiquei conhecendo sua vermiculita expandida. Fiz a formulação para transformá-la em tijolos e placas isolantes, recomendei o sistema de formatação e estabeleci normas para controle de qualidade, a fim de manter a especificação desejada. Mesmo trabalhando na Dulcora, fui dando assessoria à Minebra, recebendo comissão pela venda dos tijolos de vermiculita. Durante todo o ano de 1973, Lauro Morandi não se conformava que,

com minha experiência em minérios industriais, ficasse fazendo chocolate. No fim desse ano trouxe-me uma proposta. O Dr. Octávio Cavalcante Lacombe, presidente da Paranapanema S.A., uma grande mineradora de São Paulo, havia adquirido o controle da Minebra e gostaria que eu fosse trabalhar com eles. Aceitei de pronto.

Fatos que não podem ser esquecidos

Em 1957, participei da instalação da Delegacia do Ciesp em São Caetano do Sul, da qual fui conselheiro até 1970, representando a Cerâmica São Caetano S.A.

Em 1960, a convite de João José Lorenzini, jovem e promissor engenheiro civil, de tradicional família sul-sancaetanense, ajudei na fundação da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC, com sede em Santo André. De 1960 a 1996, fui conselheiro do Hospital São Caetano, e, de 1964 a 1970, ocupei a presidência da Associação Santa Luzia de Amparo aos Cegos de São Caetano do Sul. Em 1967, fiz o curso de segurança nacional promovido pela Associação dos Ex-alunos da Escola Superior de Guerra (Adesg), em Santo André. Em 1974, minha esposa fez o curso de projetista na Protec, passando a contribuir com seu trabalho na Serviplan Comercial e Construtora Ltda, de cuja fundação participei. Em agosto de 1980, fui contratado pelo Senai para dar aulas a empreiteiros da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) sobre assentamento de refratários em fornos siderúrgicos. Em 1983, fiz em um curso de economia política na Universidade de Brasília, por correspondência. No final do ano de 1984, a convite de Oscar Garbelotto, proferi uma palestra no Instituto Municipal de Ensino de São Caetano do Sul (Imes) sobre siderurgia. Como colaborador da Fundação Pró-Memória, fui presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de São Caetano do Sul, de março de 2005 a dezembro de 2008.

O meu trabalho na Minebra

No dia 4 de maio de 1974, fui apresentado a Octávio Cavalcante Lacombe na sede da Paranapanema, no décimo andar do edifício de mesmo nome, localizado na Rua Haddock Lobo, nº 578, em São Paulo. Ele desejava que, como complemento de minha atuação no setor de vermiculita, eu fizesse uma remodelação completa da sua empresa Minebra, transformando-a de simples moagem de minérios em beneficiadora de minerais industriais. Era preciso adequar a qualidade de seus produtos às exigências das modernas fábricas de tintas, plásticos e lonas de freio, que estavam em fase de crescimento no Brasil. Seu desejo vinha ao encontro daquilo que eu gostava de fazer.

Barueri, onde ficava a Minebra, era uma cidade bem suburbana. Sua primeira prefeitura, depois de sua emancipação político-administrativa, datava de 1949, como a de São Caetano do Sul, mas, em 1974, seu desenvolvimento ainda era embrionário. Sem calçamento, sem esgoto e com pequena rede de distribuição de água, faltavam todos os serviços básicos de um urbanismo racional. Seu território era extenso (64,2 quilômetros quadrados), e ainda arrastava Carapicuíba (34,9 quilômetros quadrados), que somente se tornou município em 1964. Em toda a região o número de empresas industriais era reduzido. A partir da construção da Rodovia Presidente Castelo Branco (1963) é que se iniciou a alteração do perfil socioeconômico de Barueri. Mas seu *boom*

industrial surgiu bem depois de 1980, com novos assentamentos populacionais e o crescimento do bairro nobre chamado Alphaville, com sua nova realidade social.

Adquirindo a Minebra (1972), a Paranapanema manteve seu fundador, Lauro Morandi, como diretor responsável por aquela unidade. Do seu estafe, constaram Mário Poloni, no controle financeiro, Antonio Gehlen, como geólogo, e um gerente de vendas, todos no escritório de São Paulo. Na fábrica, em Barueri, ficaram Newton Rocha, gerente, Nilson Fonseca, químico, e Otávio Nascimbene, contador. Para que eu pudesse ter ascendência sobre essa equipe foi combinado que meu cargo seria o de assistente da diretoria.

A fábrica ocupava uma área de 10 mil metros quadrados no centro de Barueri, ao lado dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Já possuía uma instalação moderna de britagem, ensilagem (armazenagem em silos) e moagem de minérios, toda mecanizada no sistema Raymond. Mantinha uma instalação precária para flotação de grafite e um reator (forno) para expansão de vermiculita. Este fora adquirido de uma antiga fábrica, construída por alguns italianos, em Tatuí, na década de 1950. Para sua operação veio como técnico Vicente Viscilia, sócio da extinta empresa. A vermiculita é um mineral-argila de características físicas semelhantes às da mica (malacacheta) que, após um choque térmico a temperaturas elevadas, se expande, tornando-se extremamente leve. É inífuga, inodora, não irrita a pele e os pulmões. Seu ponto de amolecimento é acima de 1.300°C. O produto expandido tem inúmeras aplicações na construção civil, na indústria e na agricultura. Nos Estados Unidos e na Europa, seu uso data de mais de meio século. Cabia a mim desenvolver produtos que se adequassem àquelas três áreas. Seguindo normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da *The Vermiculite Association*

*Inc.*²², preparamos flocos de vermiculita expandida, os quais denominamos vermifloc, em quatro faixas granulométricas, que corresponderiam a quatro densidades diferentes: de 90 a 140 kg/m³.

Quanto menor sua densidade, maior é o seu poder de isolamento. Na construção civil, são preparadas argamassas com vermifloc que podem servir como isolante termo-acústico em paredes e lajes de cobertura, de agregado leve para concreto estrutural e como miolo de divisórias e portas corta-fogo. Para atender às exigências de mercado, passamos a fornecer também a argamassa pronta que denominávamos vermimassa. Com finalidade industrial, a Minebra já produzia tijolos isolantes, vermibloc, para temperaturas até 1200° C, de acordo com minha assessoria, que vinha dos tempos da Dulcora. A mistura era preparada em uma espécie de betoneira, a formatação, em prensas manuais e o controle, por volume. Na agricultura brasileira, o consumo da vermiculita ainda era incipiente, apesar de suas qualidades como condicionadora de solos e carga para nutrientes, pois tem uma elevada capacidade de retenção de água. Nos três setores, os produtos de vermiculita precisavam ser demonstrados por extensa publicidade, palestras em congressos, em faculdades e exposições. No início de 1975, enviamos amostras de todos os nossos produtos para análise no IPT. Com base nesses estudos, preparei o primeiro Catálogo de Vermiculita, renovado e ampliado nos anos de 1980 e 1990. Ele continha todos os dados necessários ao uso dos diversos produtos, com tabelas e fórmulas para cálculo dos isolamentos desejados.

Foi somente após 1970 que o Brasil acordou para a realidade de que as reservas de petróleo não eram inesgotáveis. Em face do seu crescente consumo pelos países em desenvolvimento, tornava-se urgente a busca de fontes energéticas alternativas. De 1950 a 1977, o consumo brasileiro de petróleo saltou de seis

²² *The Vermiculite Association Inc.* é uma entidade com sede em Chicago (EUA), que reúne produtores e usuários de vermiculita de todo o mundo. Seus associados se reúnem, anualmente, para discussão dos problemas apresentados. Posteriormente, publicam as medidas aprovadas. Participei de duas delas como representante da Minebra, uma em Madrid e outra em Paris.

para 57 milhões de metros cúbicos. Com a elevação constante do preço internacional do barril do minério, estimava-se que, em 1979, nossas importações ultrapassariam a casa dos 4,5 bilhões de dólares. Nessa época a produção da Petrobras era ainda pequena, satisfazendo apenas parte do consumo nacional.

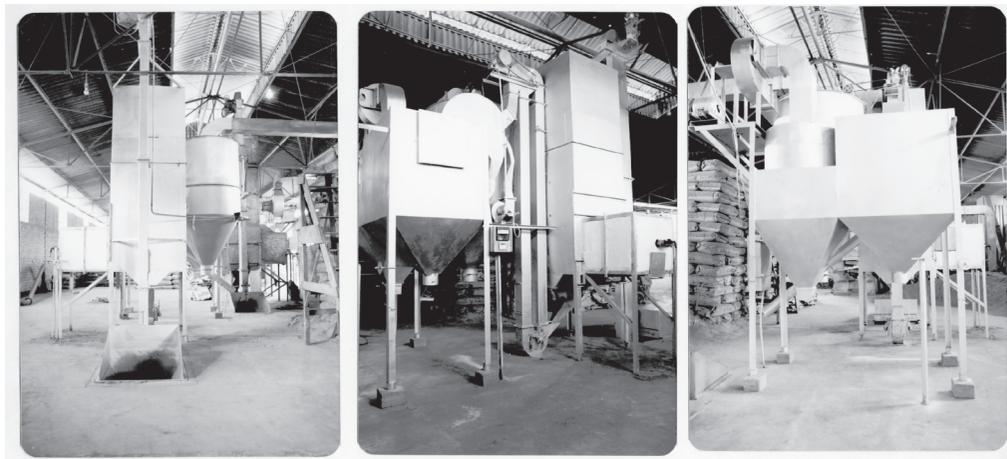
Em 1977, o governo federal desencadeou uma intensa campanha pela economia de petróleo. Encontros, seminários, palestras, artigos em jornal, todos conclamavam os industriais a adotarem medidas visando à redução de seu consumo. A mais imediata seria a de um “melhor isolamento” em todas as fontes produtoras de calor. Surgiu então uma gama de materiais e produtos com maior ou menor poder de isolamento, de acordo com o setor onde seria aplicado. Lã de rocha, lã de vidro, fibra cerâmica, sílica diatomácea, refratários isolantes, cinasita, amianto, vermiculita e até cimento expandido foram os mais cogitados. A importância do isolamento era tanta que, assistindo a uma palestra de um coronel do Exército, alto funcionário da Petrobras, pude ouvir dele: “Procurem sempre isolar bem as tubulações. Se faltar isolante use até mesmo ‘bosta de vaca’, que obterão ótimo resultado”. Realmente é uma verdade.

Em junho de 1978, a convite da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), estive em Recife (PE), fazendo uma palestra sobre o assunto. Apresentei as vantagens do uso dos produtos de vermiculita no isolamento de fornos e estufas, pois, além da qualidade, eram de baixo custo e de fácil aplicação. Eu retornaria à Sudene em julho de 1980, quando houve a realização do I Encontro de Vermiculita, em Recife.

Participando da Primeira Semana Tecnológica de Cerâmica, promovida pelo Senai de São Caetano do Sul, no período de 19 a 23 de novembro de 1979, apresentei meu trabalho, então publicado: *A economia de combustível mediante a escolha de um bom isolante*.²³

²³ Cf. Urames Pires dos Santos, *A economia de combustível mediante a escolha de um bom isolante*, Escola Senai Armando de Arruda Pereira, São Caetano do Sul, 1979. [Nota de José de Souza Martins, extraída do Catálogo da Biblioteca da Universidade de Aveiro, Portugal].

Como eram praticamente desconhecidas, na época, as qualidades da vermiculita no uso em construções, como protetora contra incêndio ou simplesmente isolante, tornou-se necessário um intenso trabalho de sua divulgação entre engenheiros e arquitetos, o que foi feito entre os anos de 1978 e 1981.



Em diferentes ângulos, o reator para expansão da vermiculita, na Minebra, em Barueri (SP). Foto de 1978

Acervo/Urames Pires dos Santos

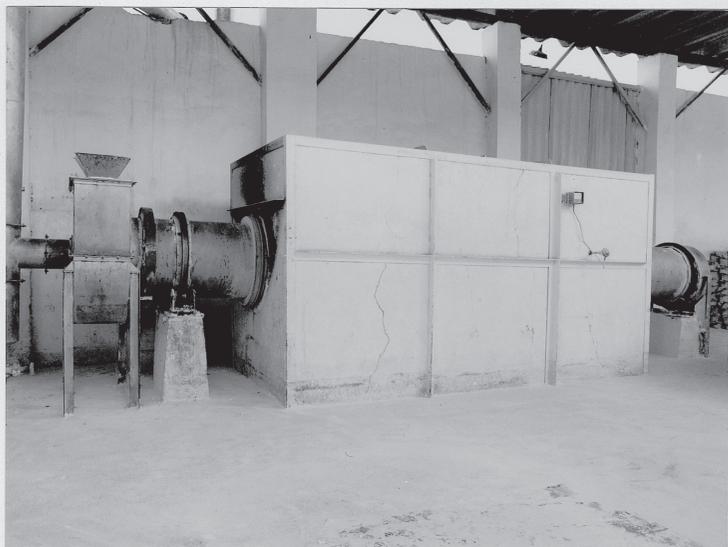
Eu contava, nessa divulgação, com a ajuda de empresas concorrentes no setor como a Eucatex – Mineração do Nordeste, de Paulistana (PI), e da União Brasileira de Mineração (UBM), de Santa Luzia (PB). Esta última tinha até um programa para exportação do minério apenas beneficiado. Havia ainda outros pequenos fornecedores como a Vermiculita Ltda., de Belo Horizonte (MG), que expandia vermiculita de terceiros, e a Minertec, com jazida bem próxima a da Minebra, em São Luiz de Montes Belos (GO).

A Minebra havia iniciado a extração da vermiculita nesse município goiano em 1971, passando depois para o de Sancler-

lândia, na mesma região. O minério era retirado de pequenas elevações, quase à flor da terra, e conduzido a uma instalação para lavagem e classificação por meio de jatos de água sobre peneiras. Em seguida, em caminhões, o minério classificado seguia para a unidade de Barueri. Ali era expandido, por aquecimento, para adquirir as propriedades inerentes ao material.

Os serviços estavam assim distribuídos: na extração, o geólogo Antonio Gehlen, e na administração geral, Newton Rocha. Cabia a mim, desde 1976, a construção dos fornos e fornalhas, bem como a tecnologia operacional. Cumpre-me lembrar que, durante os anos os quais prestei serviços à Paranapanema, na Minebra ou fora dela, contei com a colaboração de um encarregado de obras, Carlos Sobral, que consegui transformar em excelente construtor de fornos, fornalhas e afins. Com a frequente crise de combustíveis líquidos, tivemos de projetar e construir muitas fornalhas para queima de lenha em vez de óleo (o conceito na época era outro). Dada a natureza da indústria, tínhamos de contar com a colaboração de bons mecânicos. Nesse setor estávamos bem servidos: Zelão, mais velho, cuidava da mecânica pesada e Adelino Del Mono, mais jovem e mais culto na profissão, ligava-se à parte sofisticada dos equipamentos. Graças a eles e ao engenheiro Nilson conseguimos automatizar a flotação do grafite e da barita (mineral de sulfato de bário). Coube a mim, então, o projeto de dois secadores rotativos de chama indireta para aquelas operações.

Além do meu trabalho técnico e comercial, também tomava providências para a reestruturação da empresa: novos pavilhões, oficinas, vestiários, laboratório, refeitório e sanitários em todas as seções. Antes de termos o calçamento interno, as ruas da fábrica tinham de ser molhadas para evitar a poeira provocada pela passagem dos caminhões. A Minebra era uma fábrica de pó, mas seus moinhos eram capsulados, reduzindo-o ao mínimo. Beneficiávamos as seguintes *commodities*: calcita, dolomita, talco, barita e grafite. Deixá-las em condições de uso nas fábricas de tin-



*Instalações
do setor de
produção e
secagem de
barita na
Minebra, em
Barueri*

*Acervo/Urames
Pires dos Santos*

tas, borracha, plásticos e lonas de freio estava na dependência da tecnologia da Minebra. Cabia a mim planejar o seu controle. A primeira coisa que fiz foi separar a administração da produção da do controle de qualidade, que ficava sob a responsabilidade de Nilson Fonseca. Nada sairia da fábrica sem sua aprovação. Como normalmente acontece, sempre havia discussões sobre a qualidade dos lotes, pois o interesse da produção era faturar.

No primeiro ano de frequência diária à fábrica, um fator chamou-me a atenção: eram comuns, embora pequenos, os acidentes que afetavam a saúde de nossos operários. Uma ferramenta que escapava das mãos de um mecânico de manutenção, um saco pesado que caía sobre o pé de outro, enfim, quase todos os dias tínhamos de encaminhar alguém para o seguro. A Minebra não dispunha de ambulatório. Para tentar resolver o problema, consegui com o Sesi a instalação na fábrica de um Curso de Prevenção de Acidentes do Trabalho, e restabeleci a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Falei com Lazzaro Macedo, chefe do departamento pessoal, estudamos o regulamento e convocamos os operários. A eles foi explicada a importância da comissão e seu funcionamento. Foram então escolhidos quatro membros, de seções diferentes, e Lazzaro foi eleito presidente para o primeiro ano. No início, tínhamos uma reunião semanal, mais tarde ela passou a ser mensal. Nessas reuniões eram discutidas e sugeridas à diretoria medidas necessárias para se evitar acidentes. No início, os operários ficaram receosos de dar sugestões, depois, com mais confiança, apresentaram brilhantes ideias que resultaram em diversas modificações nas prensas, nos fornos e nos secadores. Eles assumiram a fiscalização no uso de máscaras contra pó, de luvas e capacetes, cuja tendência do trabalhador era ignorá-las.

■ Almeida Campos

A Minebra era proprietária, desde 1974, de uma extensa área no chapadão de Uberaba, próxima da Estação de Almeida Campos, então operada pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje, Vale). De acordo com o geólogo Antonio Gehlen, ali se encontravam argilas altamente aluminosas pertencentes à mesma faixa das existentes no Ely, propriedade da Cerâmica São Caetano, bem como de outras áreas, tanto da Indústria Brasileira de Refratários (Ibar) como da Refratários Tony. Suas características eram similares. Essas argilas, quando calcinadas a baixa temperatura, tinham elevado poder de absorção. Baseado em minha experiência no setor, Lauro Morandi, em janeiro de 1976, encarregou-me de providenciar, junto à jazida, a construção de fornos intermitentes, semelhantes aos fornos para telhas, que eu conhecia. Para comandar as operações, que envolviam inclusive o processo de extrusão, fui procurar Didico, antigo encarregado da São Caeta-

*Área da Almeida Campos (MG),
propriedade da Minebra, em foto de 1980*
Acervo/Urames Pires dos Santos



no, em Uberaba. Nos dois primeiros anos produzíamos material absorvente para inseticidas e agrotóxicos. Mais tarde, para a produção de sulfato de alumínio.

Tomando conhecimento da qualidade dessas argilas, principalmente de seu teor de alumina, o Dr. Octávio Lacombe, presidente da Paranapanema, mandou fazer um estudo na Alemanha para seu aproveitamento em refratários. De posse dos resultados e aconselhado por Eliezer Baptista, seu amigo e então presidente da Vale do Rio Doce, idealizou a produção de um clínquer (argila calcinada a alta temperatura) de alumina, visando seu fornecimento a indústrias alemãs. A matéria-prima iria, pelos trens da Vale, de Almeida Campos a Vitória (ES), onde seria calcinada e exportada. Acompanhado do Dr. Hanisseck, experiente engenheiro tcheco, fiz então minha primeira viagem à Alemanha, em maio de 1982. Em Frankfurt, um motorista nos conduziu a Colônia, onde nos hospedamos no Hotel Don, logo em frente à famosa Catedral de Colônia. No caminho, estranhei a alta velocidade empreendida pelo motorista (70 milhas ou mais de 100 quilômetros por hora), mas ele nos explicou que nas *autobhans* (autoestradas alemãs) era essa a velocidade convencional. Na manhã seguinte, nos levaram à cidade de Krefeld, onde visitamos uma importante fábrica de refratários, possivelmente interessada em nossa matéria-prima. Fiquei deslumbrado. Nunca tinha visto uma cerâmica tão limpa, de alta produtividade e com reduzida equipe de pessoal. Em um pavilhão de 300 metros de comprimento, havia dois fornos túneis a gás, com mais de 100 metros de comprimento cada um, alimentados por tijolos e peças, produzidos em enormes prensas automáticas. Apenas quatro pessoas acompanhavam diretamente os equipamentos, que eram monitorados de uma cabine de comando. As matérias-primas utilizadas eram fornecidas por terceiros, inclusive importadas, já dentro das especificações para uso. Dos silos onde eram acondicionadas, partiam para os misturadores, após dosagem programada por computador. De volta ao hotel tivemos a oportunidade de jantar

com o Dr. Octávio Lacombe e o Dr. Eliezer Baptista, relatando nossas observações e ressaltando a importância de termos um material com rígido controle de qualidade.

Na manhã seguinte, o dia foi livre, quando aproveitei para dar um giro pela cidade, apreciar os seus encantos, não me esquecendo de visitar sua catedral famosa. Sabia poucas palavras em alemão, mas tive a sorte de encontrar dois funcionários do hotel, que eram portugueses, o que muito me ajudou. O Rio Reno passava ao lado. Em seu porto, apreciei a partida de barcos para passeio pelo Vale do Reno, famoso pelos vinhos produzidos. Prometi a mim mesmo que faria aquela mesma viagem com minha esposa, Sílvia, o que realmente aconteceu em junho de 1994, durante minha terceira viagem à Europa. No dia seguinte, fomos todos para o Aeroporto de Frankfurt. Dr. Octávio seguiu para o sul da França, onde um amigo o convidara para um cruzeiro pelo Mediterrâneo. O Dr. Eliezer foi para a Bélgica defender interesses da Vale, e Hanisseck, para a Tchecoslováquia (hoje República Tcheca), visitar parentes. Eu preferi seguir para Paris, onde passei três dias, antes de retornar ao Brasil.

Na Minebra, coloquei meu diretor, Sr. Lauro, a par da viagem e ele me contou que já tinha ordens para que eu programasse um embarque de 50 toneladas da argila de Almeida Campos para a unidade da Vale do Rio Doce, em Vitória. Assim que isso foi feito, recebi um convite do engenheiro Schetino, braço direito do Dr. Eliezer na Vale, para que fosse ao local conhecer os portos e verificar as condições de embarque do material. Nessa oportunidade me foi mostrado todo o controle da Estrada de Ferro da Vale do Rio Doce, por meio de um painel eletrônico que mostrava todo o percurso seguido pelos vagões, inclusive um com a carga despachada de nossa jazida. Na Alemanha, o Dr. Octávio já havia contratado uma empresa que se responsabilizaria pela montagem da pelotização (processo de compressão ou moldagem) e da calcinação em alta temperatura, processos exigidos para o preparo do clínquer de alumina. O projeto teve de ser interrompido em

1994, após o falecimento do Dr. Octávio Lacombe em um acidente de carro na Rodovia Castelo Branco. Seus herdeiros, que antes nunca tinham participado das atividades do pai, tentaram continuar os empreendimentos através da profissionalização da Paranapanema. Mas, depois de alguns meses, optaram pela venda do controle acionário de todas as suas empresas.

A história de Pitinga

Na década de 1980, com o êxito do setor da construção de estradas de rodagem, principalmente no Estado do Paraná, a Paranapanema entrou para o ramo de mineração. Explorava jazidas de ouro e cassiterita (minério de estanho) nos Estados de Mato Grosso e Amazonas. Para fundição do estanho, montou, em 1982, uma unidade em Pirapora do Bom Jesus chamada Mamoré Mineração e Metalurgia. Pouco antes, os engenheiros da empresa descobriram uma enorme ocorrência de cassiterita em plena floresta, na região nordeste do Estado do Amazonas, junto ao Rio Pitinga. A partir de uma pequena balsa instalada sobre o rio, a Paranapanema, extraía, com draga, a areia quartzosa rica em cassiterita. O minério era de aluvião, de custo de extração tão baixo que compensava seu transporte até São Paulo para sua transformação no estanho, de elevado valor internacional.

Logo no início de 1985, estive na jazida a pedido do Dr. Octávio para verificar o resultado do uso da vermiculita na lavoura que formara para uso de seus empregados. Fui a Manaus acompanhado por um engenheiro agrônomo. De lá, seguimos para a jazida em um pequeno avião, pertencente à Mineração Taboca (empresa da Paranapanema, que operava em Pitinga). Sobrevoamos a floresta amazônica por mais ou menos duas horas, descendo em uma clareira no meio da mata. Depois fomos conduzidos ao acampamento central, onde ficamos hospedados. Ali moravam geólogos, engenheiros de minas, médicos, químicos, de

ambos os sexos, todos solteiros e procedentes de diversas partes do país. Um alambrado de três metros de altura mantinha a área protegida do ataque de animais durante a noite.

Fiquei assim conhecendo um pouco da mata amazônica, me surpreendendo com a altura de suas árvores e o tamanho das jaguatiricas. Do acampamento até a fazenda, percorremos cerca de 30 quilômetros. Vimos uma extraordinária horta que se espalhava por centenas de metros quadrados em estufas cobertas de plástico, protegendo as hortaliças e o viveiro de mudas. Onde havia sido aplicada a vermiculita, o resultado era surpreendente. No dia seguinte, fiquei à disposição de um químico que me levou para conhecer as duas primeiras unidades, para extração da cassiterita, e o laboratório de campo, para controle de qualidade. Retornando de Pitinga (hoje pertencente ao município de Presidente Figueiredo), passei dois dias em Manaus, aproveitando para conhecer as atrações turísticas do local. Dois anos mais tarde, em 1987, o Dr. Octávio pediu que eu projetasse e construísse duas fornalhas a lenha para substituir as de óleo no aquecimento dos secadores de minério. Ele fez questão que eu me hospedasse na casa que mandara construir, com piscina e todo o conforto, onde costumava receber ministros e deputados.

Assim, pela segunda vez, fui a Pitinga.

Estava tudo completamente diferente tal o número de construções já ali existentes. Na extração da cassiterita, as pequenas dragas foram substituídas por quatro maiores e mais modernas. Foi construída uma grande usina central de beneficiamento, onde era separada a zirconita (silicato de zircônio), um dos contaminantes nobres da cassiterita da região. Em pouco tempo, Pitinga tornou-se uma cidade em plena mata, com dezenas de casas para moradia dos funcionários, clubes esportivos, retransmissora de TV, delegacia de polícia, banco e uma grande fazenda para fornecimento de alimentos à população local. A área ficava junto a uma reserva indígena, à qual, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), pagavam-se *royalties*. As tribos viviam confor-

tavelmente com tudo o que a empresa lhes fornecia.

Em 1989, meus serviços foram novamente requisitados em Pitinga. A empresa de engenharia que estava construindo a rede de esgoto para toda a cidade montara no local uma cerâmica para produção de manilhas de barro vidrado. Desejavam minha opinião sobre o tipo de argila mais adequado para produzi-las. Pitinga tinha um clima *sui generis*, pois, durante o dia, o calor era insuportável, atingindo 40°C na época do verão. À tarde, chovia muito e, à noite, o frio era cortante, chegando a 5°C. O Dr. Octá-

*Maquinário empregado no beneficiamento
da cassiterita em Pitinga (AM)*

Acervo/Urames Pires dos Santos



vio desejava que todas as casas tivessem proteção termoacústica com placas de vermiculita. Achamos conveniente fabricá-las próximo das obras e, para isso, coube a mim tomar todas as providências.

No dia 8 de maio de 1981, eu havia me aposentado pelo INSS, mas continuava ligado à Paranapanema por um contrato mantido com minha empresa, a Serviplan Consultoria.

A quarta e última vez que retornei a Pitinga foi em 1990, para acompanhar um projeto de resfriador para cassiterita, após sua saída dos fornos de secagem. Na ocasião, observei um grande estoque de zirconita no local, mas sem possibilidade de uso porque possuía índices de radioatividade além do permitido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Lauro Morandi havia tentado a exportação de algumas toneladas desse minério para o México, mas, por sua radioatividade, o material foi recusado, retornando ao Brasil, com prejuízo para a empresa. No en-

Depósito de zirconita, em Pitinga

Acervo/Urames Pires dos Santos



tanto, Morandi não desistiu. Contratou a GMB Consultoria que, com tecnologia fornecida pelo professor doutor José Octavio Armani Paschoal e pelo engenheiro Gladstone Motta Bustamante, projetou uma usina piloto, em Barueri, para transformar o silicato de zircônio em óxido de zircônio, já livre de qualquer radioatividade. Essa usina, no entanto, foi encampada pelo CNEN, que a transferiu para Poços de Caldas. Como se tratava de um material

de muito valor, a Paranapanema continuou, através da Minebra, a programar seu beneficiamento em Araçariguama, na Rodovia Castelo Branco (km 52). Ficou responsável pelo projeto o engenheiro Nilson Lopes da Fonseca que, em abril de 1994, foi a Jacksonville, na Flórida (EUA), estudar o processo. Mesmo com todas as dificuldades inerentes ao minério, a construção e a entrada em operação da nova fábrica continuaram até 1997, quando houve a mudança do controle acionário da Paranapanema. Nessa ocasião, a Minebra encerrou suas atividades.

Desliguei-me do grupo em dezembro de 1996, continuando como consultor na área de vermiculita e argilas para diversas outras empresas. Tentei convencer Antonio Lacombe, um dos herdeiros de Octávio Lacombe, a aproveitar a experiência e os clientes da Minebra no setor de minerais industriais e montar uma nova empresa, mas não consegui.

■ Rubens Furlan

Desde 1974, quando comecei a ir à fábrica em Barueri, fiz amizade com um jovem taxista que prestava serviços à empresa. Inteligente, de prosa cativante, tinha uma esperança enorme no futuro. Na época disseram-me que ele chegara a ser funcionário da Minebra, sendo estimado por todos os companheiros de serviço. Eu gostava de viajar em seu carro e ouvir dele seu otimismo pelo progresso da cidade, até então muito modesta. Seu nome hoje é bastante conhecido: Rubens Furlan. Entrou desde cedo para a política, conseguindo eleger-se vereador em Barueri para a legislatura 1977-1982. Foi presidente da Câmara Municipal em 1979 e 1981, quando concluiu o curso de Direito. O seu trabalho incessante pelo município, sua personalidade invulgar e seu carisma valeram-lhe ser eleito prefeito municipal de Barueri em 1983. Foi nessa época o início do extraordinário progresso da cidade, que hoje está entre as melhores do Brasil. Daí em diante, sua carreira política e pessoal o consagrou. Foi deputado esta-

dual, deputado federal e foi eleito prefeito da cidade para quatro mandatos, tendo o último terminado em 2012. Nunca posso me esquecer de Rubens Furlan, pois sempre me ajudou e me apoiou em todas as minhas realizações pela Minebra.

O convite da Eucatex

A Eucatex S.A., produtora de chapas para forro termo-acústico e portas corta-fogo, mantinha algum relacionamento com a Minebra, apesar de serem concorrentes no setor de vermiculita. Periodicamente, na década de 1990, eu era convidado para almoçar com sua diretoria, em sua sede da Avenida Francisco Matarazzo, em São Paulo. Morandi gostava da minha presença. Nesses encontros faziam-me muitas perguntas sobre a operação da Minebra, tanto na extração quanto no beneficiamento da vermiculita. Estavam sempre interessados em saber quais os nossos projetos com relação a diferentes aplicações daquela matéria-prima. Como era natural, eu falava muito, mas não dizia nada.

Certa vez, após o almoço, um de seus engenheiros me levou para conhecer a fábrica, por sinal, muito bem estruturada. Retornando ao escritório me fez uma proposta para que eu trabalhasse com eles, recebendo o dobro de meu salário na Minebra (não sei como sabiam qual era). Fiquei de pensar no assunto. Na manhã seguinte contei o fato ao meu diretor, Lauro Morandi. Ele achou interessante e pediu-me que desse corda para ver o que eles desejavam.

Decorrida uma semana, recebo um convite para ser apresentado ao Dr. Roberto Maluf, então presidente daquela empresa. Para lá fui, sendo muito bem recebido não só por ele, mas por toda a equipe. Após o almoço, nova reunião com o engenheiro portador do convite, que me disse quanto me pagariam pelos meus serviços, o que, realmente, se não era o dobro, pelo menos representava apreciável aumento. Passamos então aos detalhes.

Eu seria um empregado comum, com carteira assinada, crachá, cartão de ponto, horário de trabalho e obediência a uma hierarquia profissional. Almoçaria com os demais funcionários e não com a cúpula da empresa. Perguntei o que desejavam de mim e o interlocutor foi franco: “Desejamos produzir tijolos refratários isolantes com vermiculita e o senhor foi recomendado pelo professor da USP Dr. Felipe Franceschini como autoridade nessa área” (Franceschini fora meu chefe na Cerâmica São Caetano). Minha resposta foi simples: agradecia muito a oferta, mas não deixaria a Minebra.

Quando contei o ocorrido a Lauro Morandi, meu diretor e amigo desde os tempos da Cerâmica São Caetano, demos muita risada pela falta de tato na abordagem que eu havia sofrido. Desconheciam que eu, em toda a vida profissional, nunca havia usado cartão de ponto, sempre almoçava com os diretores, com o privilégio de pertencer à cúpula das empresas para as quais trabalhei.

A partir de 2008, com mais de 83 anos de idade, considerei encerrada minha atividade profissional, mas não abandonei a área da cerâmica. Integrei a Comissão de Cerâmica Artística da Associação Brasileira de Cerâmica como conselheiro, participando das reuniões, ajudando na preparação de cursos, simpósios, exposições de arte e concursos de design. Como secretário executivo da revista *Mão na Massa*, especializada em arte cerâmica, mantenho contato com artistas plásticos de todo o Brasil. Sou coautor da publicação *Nosso Livro de Cerâmica*, com Paschoal e Caio Giardullo.²⁴

²⁴ Cf. Caio Giardullo, Paschoal Giardullo e Urames Pires dos Santos, *O Nosso Livro de Cerâmica – Introdução à técnica de cerâmica artística*, São Paulo, 2005.

Meu perfil de jornalista

Paixão
pelo cinema

Desde minha infância, frequentei salas de cinema. Em Mococa, não perdia as matinês do Cine Central, onde me deliciava com as séries de *Flash Gordon*, *Tarzan*, *Rin Tin Tin* e aventuras de faroeste. Shirley Temple, Mickey Rooney, Buster Keaton eram artistas que admirava. Mais tarde, já com 16 anos, ao assistir *Tempos Modernos* e *O Grande Ditador*, de Charles Chaplin, e principalmente seus filmes mudos, percebi a importância do cinema como veículo de comunicação. Mais tarde, *Cidadão Kane* e *A Guerra dos Mundos*, de Orson Welles, viriam completar minha expectativa. Por outro lado, encantavam-me os musicais da Metro-Goldwin Meyer (MGM), com Esther Williams e a orquestra de Xavier Cugat. Nessa época as grandes produtoras cinematográficas já haviam se fixado em Hollywood, bairro de Los Angeles (EUA). Disputavam o mercado a Universal, a 20th Century Fox, a Paramount, a MGM, a Warner Bros., a RKO e a Columbia. A Art Films preferia a distribuição de filmes europeus. Nesse período, a cinematografia passou por diversos avanços tecnológicos. Fazia parte do ritual das sessões a exibição do cinejornal *Amplavisão*, produzido por Primo Carbonari, e um trailer, antes do filme principal. No período do Estado Novo (1937-1945), era obrigatória a apresentação do *Jornal Nacional*, com notícias do Brasil.

A ida para São Paulo, a fim de completar minha formação profissional, possibilitou-me assistir às grandes produções, em salas com melhor aparelhamento de projeção e de som. Gostaria de lem-

brar que, antes de 1953, todos os filmes apresentados no Brasil eram em branco e preto. Depois surgiram o technicolor e outros sistemas de filmagem a cores.

A importância do cinema era tanta que, para se frequentar uma sala exibidora, obrigava-se o uso de paletó e calçado de couro. Normalmente eu ia ao Cine Santa Cecília, próximo da Praça Marechal Deodoro, e às vezes ao Cine Odeon, na Avenida Consolação. Estive na inauguração do Cine Metro, na Avenida São João, bem como nas dos cines Art Palácio, Ipiranga, Marabá e Marrocos. Este último foi um dos grandes cinemas construídos na capital e que, em fevereiro de 1954, foi sede do 1º Festival Internacional de Cinema do Brasil.

Era meu hábito ler todas as críticas feitas por Paulo Emilio Sales Gomes em *O Estado de São Paulo* e ouvir diariamente o programa de cinema da Rádio Tupi Difusora. Os comentaristas eram Octavio Gabus Mendes, Jaime Moreira Filho e Walter George Durst. Os dois primeiros, mais ponderados, o último, rigoroso em sua apreciação. Relacionei-me com os três, mas minha intimidade foi maior com Mendes (pai de Cassiano Gabus Mendes e avô dos hoje atores da TV Globo Cássio e Tato Gabus). Com ele, aprendi tudo o que sei sobre cinema. Dizia-me: “Cinema é uma sucessão de imagens em movimento que descrevem as situações vividas pelos seus personagens. Tecnicamente, ele fixa uma relação imagem-movimento, complementada pela plástica e pelo ritmo”. Segundo ele, sob esse aspecto, o simples teatro fotografado não definia um bom filme. Ensinou-me como analisar suas diversas partes, desde o posicionamento da câmera, as tomadas, a importância da angulação e do enquadramento, os diversos planos, seus movimentos na vertical e na horizontal, a iluminação, enfim, detalhes que o público pouco sabe observar. Ele completava: “O cenário, a escolha dos atores e, principalmente, o trabalho de direção devem ser considerados, pois como arte, o cinema é a expressão da cultura de um povo nos diversos estágios da civilização. Através dos tempos, ela retrata a história da humanidade, por isso a boa ou má escolha do argumento e de como o diretor soube passar a mensagem ao espectador, devem ser observados com atenção”. Por seu incentivo,

em 1944, escrevi meu primeiro comentário para o jornal *A Defesa*, de Campinas, sobre o filme *O Bom Pastor*, com Bing Crosby, ganhador de sete Oscars, incluindo o de melhor filme. Mendes acompanhou e orientou meus trabalhos nos dois anos seguintes, mostrando-me a diferença entre o comentário e a crítica cinematográfica. Aconselhou-me a começar fazendo comentários, onde se atende mais ao interesse do espectador comum, que deseja um filme agradável. A crítica implicaria em conhecimentos mais profundos, que eu ainda não possuía. Exibindo filmes antigos, mostrou-me a diferença de concepção entre diretores americanos como John Ford e William Wilder, os franceses Jean Renoir e François Truffaut e os italianos Roberto Rossellini e Federico Fellini.

O Jornal de São Caetano

Eu gostava de escrever artigos para o *Acimarec*, jornalzinho interno da Cerâmica São Caetano, idealizado por Álvaro de Moraes Magalhães, um dos gerentes da área comercial.²⁵ Em agosto de 1951, Antonio Barbosa da Silva, funcionário dos escritórios, lendo minha crônica sobre os filmes *A Presença de Anita* e *Suzana e o Presidente*²⁶, sugeriu que eu escrevesse também para o *Jornal de São Caetano*.

Mendes apresentou-me a Mário Porfírio Rodrigues que era um dos proprietários do periódico, ao lado de Luiz Rodrigues Neves e Walter Tomé. Levei-lhe minha coleção de artigos, que escrevera para outros jornais, como *A Gazeta de Mococa* e *A Defesa*. Considerando alguma experiência que eu possuía em cinema e teatro, foi combinado que minha coluna semanal seria sobre esse assunto. E assim foi nos nove anos seguintes.

Quando, a partir 1º de setembro de 1951, comecei a escrever para o *Jornal de São Caetano*, procurei analisar os filmes sob o ponto

²⁵ O jornal *Acimarec* acabaria se transformando na revista interna *Acimarec*, impressa em papel couchê e distribuída gratuitamente aos empregados da Cerâmica São Caetano. [Nota de José de Souza Martins].

²⁶ Ambos foram produzidos pela Maristela, companhia cinematográfica que Mario Civelli fundara no Jaçanã, em São Paulo.

de vista de sua boa ou má receptividade pelo espectador comum. A maioria desejava um filme alegre ou dramático, mas com um final que os deixassem descontraídos após a exibição. Os filmes considerados hoje de qualidade, por serem *cult*, não tinham aceitação. Daí o sucesso das películas americanas e italianas, em detrimento das francesas ou alemãs. Aos poucos fui incluindo em meus comentários algumas observações sobre a direção, a fotografia, a iluminação e o desempenho dos artistas.

Enquanto os leitores cada vez mais apreciavam os meus textos, alguns proprietários de cinema não compreendiam bem a minha proposta. Como eu assistia aos filmes no seu lançamento na capital e os comentários precediam sua exibição em São Caetano do Sul, achavam que meu artigo poderia prejudicar a frequência aos cinemas da cidade.

Como a coluna abrangia cinema e teatro, comecei a dar preferência à arte cênica e aos filmes nacionais, minha antiga paixão. Desde 1943, quando Severiano Ribeiro fundou, no Rio de Janeiro, a Atlântida Cinematográfica, interessei-me pelo desenvolvimento do cinema nacional. Sabia das dificuldades de importação do filme virgem, do elevado custo do equipamento e da falta de pessoal habilitado. Ribeiro lançou mão dos shows do Cassino da Urca, usou personagens do teatro de revista e do rádio e explorou cenas dos carnavais cariocas. Com esse material, produziu agradáveis chanchadas. Oscarito, Eliana, Grande Otelo, Renata Fronzi, Cyll Farney e tantos outros traziam muita alegria ao grande público. Apesar de todos os seus defeitos técnicos e artísticos, já era um bom começo.

Sete anos mais tarde, em São Paulo, surge um mecenas das artes. Era Franco Zampari, um engenheiro italiano que se formara com Francisco Matarazzo Sobrinho (o Ciccillo) e fora trabalhar para ele numa metalúrgica em São Bernardo do Campo. Com o sucesso da empresa Metalma, Zampari ganhou dinheiro bastante para realizar seu sonho: dotar o Brasil de um teatro moderno. Foram contratados importantes diretores da Itália, surgindo então, em São Paulo, a Sociedade Brasileira de Teatro e o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Acompanhei de perto todas as suas apresentações e tive oportunidade

Cinema e Teatro

Reprodução do texto inaugural da seção Cinema e Teatro, do Jornal de São Caetano, publicada na edição de 1º de setembro de 1951. O responsável pela referida seção, Urames Pires dos Santos, na ocasião, apresentou aos leitores a proposta de tal espaço e o seu compromisso de registrar as atividades teatrais desenvolvidas na cidade e divulgar notícias concernentes à indústria cinematográfica nacional

*Crédito/Jornal de São Caetano, São Caetano do Sul, ano VI, nº 197, p. 3, 1º set. 1951
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*

Ampliando o âmbito de suas atividades, sempre conjugadas ao direto interesse do leitor em particular e também da coletividade, o «JORNAL DE S. CAETANO» apresenta sua nova especializada secção. — **CINEMA E TEATRO.**

Coube-nos a honra de responder por este canto de página, e, como tal, esperamos fazê-lo a contento.

Constarão de nosso programa: comentários sôbre os principais filmes lançados em São Caetano; registro de todas as atividades artístico - teatrais aqui desenvolvidas; divulgação de notícias sôbre a nova indústria cinematográfica nacional; disseminação de conhecimentos sôbre essas duas grandes artes; enfim, tudo o que possa servir de incentivo para a formação de ambiente artístico em nossa terra.

Nesse trabalho, veremos a obra com objetividade, jamais criticando a programação, mas sim a produção em sua fonte de origem. Seremos imparciais em nosso julgamento; deixaremos de lado o ponto de vista pessoal, e, livres de qualquer paixão, faremos crítica real e construtiva. Continuaremos, pois, dentro dos princípios que

nos nortearam em onze anos de imprensa.

O cinema e o teatro não deverão ser encarados apenas como divertimento, mas, acima de tudo, como arte, pois assim é que se relaciona ao índice cultural de um povo. Convem lembrar o rápido progresso dessa arte no Brasil, nestes dois últimos anos, sobretudo em S. Paulo, tida como cidade industrial alheia aos sentimentos humanos, e hoje considerada como a capital artística do País. A qualidade do teatro que se faz na terra bandeirante já se ouviu mesmo fora de nossas fronteiras.

Logo virá o dia em que também S. Caetano terá o seu grupo permanente de teatro. E quando isso acontecer, aqui estaremos para dar-lhe incentivo, apóio e apreciação.

Nunca é tarde para lembrar que o teatro bem orientado é uma escola de cultura: ele permite que se forme em cada um de seus integrantes todas as personagens: autor, ator, diretor, cenógrafo, crítico, e a mais importante de todas: a do espectador.

URAMES P. SANTOS

de opinar sobre elas. Era o teatro da elite paulistana, sendo sustentado por Zampari, Cicillo e outros elementos da alta sociedade. Como não era autossustentável, estava destinado a sucumbir, nos deixando, no entanto, um rico legado cultural e artístico.

Praticamente na mesma época, Franco Zampari fundou a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em São Bernardo do Cam-

po. Contratou Alberto Cavalcanti, cineasta de grande fama na Europa, que veio acompanhado de experientes técnicos do cinema inglês. A intenção era produzir filmes de qualidade, equiparáveis aos americanos e que pudessem ser exibidos em outros países. De 1950 a 1954, foram produzidos 18 filmes de alto padrão técnico. Assisti a todos e pude comentar os principais em minha coluna. Alguns tiveram grande sucesso de bilheteria, como *Sinhá Moça* (premiado em quatro festivais internacionais) e *Tico-Tico no Fubá*.

Mas a Vera Cruz era um verdadeiro sorvedouro de dinheiro. Com o fim da capacidade financeira de Zampari, acabou sendo encampada pelo Banco do Estado de São Paulo, seu maior credor. Abílio Pereira de Almeida, grande colaborador da Vera Cruz, foi nomeado seu diretor. Ele criou a Brasil Filmes para tentar escapar da distribuidora Columbia, que absorvia a maior parte da arrecadação dos filmes. Infelizmente não conseguiu evitar que, um pouco mais tarde, chegasse ao fim aquele sonho. Os irmãos Khouri, liderados por Walter, adquirindo ações do grupo minoritário, ainda tentaram salvar o empreendimento, mas os grandes estúdios de São Bernardo acabaram mesmo sendo alugados para gravações da TV Excelsior. A Vera Cruz passava de produtora a locadora. Diversos foram os motivos que a conduziram a isso: conceitual, funcional e administrativo, cuja análise não faz parte do objetivo deste livro. O que devemos reconhecer é que foi lá o nascimento de grandes atores, técnicos e diretores que serviram, mais tarde, ao desenvolvimento da cinematografia nacional. O Cinema Novo, que se opunha ao modelo Vera Cruz, produzido em locação e com cenas mais próximas da realidade, trouxe uma nova esperança de afirmação do cinema brasileiro no mercado.

Em setembro de 1951, noticiei no *Jornal de São Caetano* que a Empresa Cinematográfica Sul, circuito exibidor que incluía os cines Marabá e Ritz, de São Paulo, assumira a direção dos cines Max e Primax, da família Lorenzini, em São Caetano do Sul, com promessa da apresentação de filmes de classe “A”, bem como uma sessão infantil aos domingos pela manhã.

Em abril de 1952, tive o prazer de comentar o decreto federal

que obrigava os cinemas a exibirem dez por cento de filmes nacionais. Era o fim de uma longa campanha a favor do filme brasileiro. Quanto ao teatro, obrigava a lei, uma peça de autor nacional para cada três de autor estrangeiro. A partir de 15 de março desse mesmo ano, minha coluna ganhou novo cabeçalho: uma bela ilustração criada pelo artista plástico Jayme da Costa Patrão.

Os cines Max e Primax voltaram para seus antigos proprietários, a família Lorenzini, em outubro de 1953. A inauguração do Cine Vitória, da família Dal'Mas, nesse mesmo ano, foi uma esperança de assistirmos sempre a filmes de primeira em São Caetano, o que não aconteceu. Certa vez, perguntei o motivo a João Dal'Mas, um dos proprietários. Ele me explicou que a escolha dos filmes não dependia do exibidor e que tudo era controlado pelas distribuidoras. O contrato envolvia o negócio somente por pacote: um bom filme para três ou quatro de segunda linha. É o que chamavam de operação casada.

O desenvolvimento do teatro amador, tanto em São Caetano do Sul como na região do ABC, sempre mereceu minha atenção. Sabia considerar os limites de sua atuação, procurando incentivá-lo em todos os aspectos.

Em setembro de 1951, o Grupo Cênico do Cerâmica Futebol Clube fez sua estreia com a apresentação de uma peça de Amaral Gurgel chamada *Os Transviados*, sob a responsabilidade de Geraldo Plates e direção de Alzira Galifani. O Grupo de Teatro Amador do Clube Comercial, o Teatro Amador do Sesi, o Corpo Cênico do Círculo Operário, o Teatro Experimental de Comédia, o Teatro Novo do Clube Municipal, o Teatro Amador de Santo André, o Teatro Paroquial Padre Alexandre Grigoli (que sucedeu ao Teatro da Igreja Sagrada Família, do Padre Ezio Gislimberti), o Teatro do Centro Acadêmico e tantos outros, que na época surgiram em São Caetano, foram motivo de meus comentários animadores.

A fundação da Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul (Acascs) no ano de 1957 foi o que mais contribuiu para dotar a cidade de um teatro moderno e de qualidade. Como nossa coluna era abrangente, escrevemos também sobre outros assuntos, como o

valor do coral desta nova associação e do talento de seu mentor, Roberto Manzo (autor da música do Hino de São Caetano do Sul). A apresentação da Banda Musical Infantil, do professor Paulo Reale, na festa comemorativa do Jubileu da Irmã Julieta de Lourdes, diretora do Instituto Nossa Senhora da Glória, no dia 8 de março de 1958, também mereceu meus comentários.

■ A Vanguarda

Em 1956, Mário Porfírio Rodrigues passou o *Jornal de São Caetano* para o grupo político de Oswaldo Samuel Massei. Continuei escrevendo por mais quatro anos, até que os novos proprietários deixaram de ter interesse pela coluna. Fiquei dois anos sem escrever para jornais, até que em fevereiro de 1962, Nevino Roco, companheiro do Rotary Club de São Bernardo do Campo, me ofereceu as páginas de seu jornal *A Vanguarda*. Como não havia fax e nem computador, os textos eram enviados pelo correio, o que sempre atrasava, apesar da cidade ser tão perto. Comecei a dar preferência aos comentários dos filmes que seriam exibidos pelos cinemas Anchieta e São Bernardo, localizados no município. Constatei que os problemas continuavam os mesmos: enquanto em São Paulo se apresentavam filmes de primeira grandeza, no interior isso era raro. Como parte do público do ABC frequentava os cinemas e teatros da capital, justificava-se a minha coluna.

Nessa ocasião já existiam em São Paulo, além do TBC, os teatros Bela Vista, Maria Della Costa, Oficina, Leopoldo Fróes, Cacilda Becker, Natal, Record (antigo Cine Odeon) e o de Arena. Em matéria de televisão, foi a época de ouro dos grandes festivais de Música Popular Brasileira da TV Record. Em São Caetano, Jayme da Costa Patrão, Mário Dal'Mas e Milton Andrade criaram o grupo A Turma, cujas representações teatrais fizeram sucesso.

Um dos momentos que mais me entusiasmaram na época foi quando comentei o filme *O Pagador de Promessas*, da Cinedistri, de São Paulo, produzido por Oswaldo Massaini. Dirigido por Anselmo Duarte, ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1962. Seus

técnicos e seu diretor “nasceram” na antiga Vera Cruz.

Em janeiro de 1971, mudei-me para São Paulo, deixando de escrever para *A Vanguarda*.

■ O Diário de Osasco

Quatro anos mais tarde, quando já trabalhava na Minebra, tive a oportunidade de dar uma entrevista sobre a empresa ao *Diário de Osasco*, tradicional órgão de imprensa da região. Tomando conhecimento de que eu escrevera sobre cinema e teatro em jornais do ABC, seus editores insistiram para que eu tivesse uma coluna em seu jornal. A título de colaboração, aceitei. O periódico tinha grande tiragem e uma boa cobertura política. No entanto, seus leitores tinham um grau de aceitação muito diferente dos de São Caetano e de São Bernardo: adoravam televisão em detrimento do cinema e teatro. Assim, tive de moldar meus comentários a seu gosto. Minha coluna, que durou três anos, abrangia cinema, teatro e TV.

■ O Sancaetanense Jornal

Em março de 1983, Mário Porfírio Rodrigues, assumindo a direção do *Sancaetanense Jornal*, de São Caetano do Sul, me convidou para escrever a seção *Cinema – Teatro – Televisão*. Foram mais cinco anos dedicados ao jornalismo. Nesse período tive a oportunidade de comentar bons filmes, pois a indústria de Hollywood tentava recuperar seu prestígio dos anos 1940. A televisão tinha sofrido alguns percalços: a Tupi-Difusora, dos *Diários Associados*, tinha sido fechada em 18 de julho de 1980 e a Excelsior, falido em 1970. Em compensação, a Globo, em franco progresso, apresentava programas de qualidade, mantendo um teleteatro, mais tarde substituído pela telenovela. No dia 19 de agosto de 1981 foi inaugurado o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), liderado por Sílvio Santos. A Manchete surgiu em 5 de junho de 1983, com promessa de revolucionar a televisão brasileira, concorrendo com a Globo.

O surgimento de mais um semanário em S. Caetano do Sul, principalmente nos moldes a que se propõe o "SANCAETANENSE JORNAL", é sempre motivo de júbilo porquanto é um indicador seguro do grau de politização desta comunidade, em todos os setores. Porisso, foi com satisfação que recebemos e aceitamos o convite para assinarmos a sua coluna de "Cinema, Teatro e Televisão", setor a que há muitos anos nos temos dedicado, em diversos órgãos da imprensa paulista.

Voltamos assim aos leitores da região do A.B.C. apresentando os nossos comentários sobre o que de melhor ou pior for oferecido pelas três manifestações artísticas tão importantes como meios de comunicação.

O nosso critério será sempre o mesmo, onde prevalecerá o bom senso e o equilíbrio entre a técnica e o objetivo do evento como diversão. Consideramos essencial que uma realização artística vá de encontro ao que o público deseje, seja no texto como no desempenho dos atores ou nos efeitos de imagem e de som.

Infelizmente, ainda hoje em nossos principais centros, como S. Paulo e Rio de Janeiro, a quantidade de manifestações artísticas em cinema, teatro e televisão se sobrepõe à qualidade. Há uma verdadeira proliferação de textos pobres e apresentações mediocres que nada transmitem ao espectador. Os grandes autores nacionais se eclipsaram; dos novos que tanto recla-

mavam da censura, ainda nada temos visto de extraordinário, agora que a tudo, ou quase tudo, se permite. Enfim, teremos aqui um campo vastíssimo para considerações e análise.

O ano de 1983 desponta promissor para as promoções de alto nível, apesar da tão comentada e vivida recessão econômica. Aliás, é um fato já constatado de que nas guerras e crises a ciência e as artes mais se destacam. Hollywood por exemplo, teve seu apogeu nas décadas de 30 e 40. Na mesma época, Londres e Paris atraíam o mundo com seus espetáculos deslumbrantes.

Aqui entre nós as expectativas são muito boas, se considerarmos as promessas dos novos governantes de que as artes de um modo geral receberão o apoio material de que tanto necessitam. Aliás, justiça seja feita aos responsáveis pelas promoções culturais, tanto na capital como no interior do Estado, que acabam de deixar os seus cargos. Caminhamos muito, principalmente nestes dois últimos anos.

E agora, voltando nossa atenção para S. Caetano do Sul aí está, firme como um rochedo, a nossa Fundação das Artes, cujo trabalho persistente e cauteloso vem contribuindo para o desenvolvimento artístico da região.

Ainda há pouco vimos em "Lola Moreno" um teatro musicado que reflete o esforço, a tenacidade e o amor pela arte de todos que participaram de sua realização.

Urames Pires dos Santos levou também seus conhecimentos a respeito das manifestações nas áreas de cinema e teatro para o Sancaetanense Jornal. Sua colaboração iniciou-se na edição de 19 de março de 1983, estendendo-se até maio de 1988. Reprodução do primeiro texto assinado por ele na coluna Cinema - Teatro - Televisão do mencionado jornal

Crédito/Sancaetanense Jornal, São Caetano do Sul, ano II, nº 10, p. 6, 19 mar. 1983

Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Quanto à arte teatral, em São Caetano acompanhei a carreira de Carlinhos Lira e os espetáculos da Fundação das Artes. Jayme da Costa Patrão, Mario Dal'Mas e Carlos Rivani faziam sucesso com seu conjunto de teatro Labore. Também tive a oportunidade de prestigiar os espetáculos de balé, tanto da Escola Municipal de Bailado de São Caetano do Sul, como os da escola da bailarina Sandra Amaral. O coral Capela D'Aurea, criado pelo maestro Roberto Manzo, então presidente da Fundação das Artes, era uma das expressões culturais da cidade.

No dia 14 de maio de 1988, escrevi minha última crônica na coluna *Cinema - Teatro - Televisão*. Atualmente tenho colaborado com alguns artigos para a revista *Raízes*, editada pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

Minha participação política

Nos primeiros meses de 1952, os políticos de São Caetano do Sul começaram a trabalhar para eleição de um novo prefeito e dos vereadores para a segunda legislatura. Oswaldo Samuel Massei, morador de nosso bairro e antigo jogador do Cerâmica F.C., candidatou-se a prefeito. Éramos muito ligados e ele admirava meu relacionamento com os empregados da Cerâmica São Caetano. Ele desejava que eu me candidatasse a vereador por seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Diante de minha recusa, ele procurou o Dr. Victor, diretor da empresa. Não sei o que conversaram, mas o fato é que fui chamado por meu diretor, que me fez ver a importância de ter um funcionário graduado contribuindo para o desenvolvimento da cidade. Segundo me explicou, havia na época um temor, por parte da classe empresarial, de que o país fosse dominado pelos comunistas. Esses movimentos, geralmente, se iniciavam nas cidades onde o número de operários era maior. São Caetano do Sul, um município novo, com vereadores ainda inexperientes em matéria de política, facilmente seria contaminado por teorias espúrias. Por outro lado, a Cerâmica, como uma das maiores empresas da cidade, possuía muitos interesses na região, precisando manter um bom relacionamento com a municipalidade. Eu poderia prestar enormes serviços à empresa, como ligação entre ela e os poderes constituídos do município.

Lembrou-me Dr. Victor que na política, às vezes, tem-se de fazer concessões para obter o desejado. Citou seu pai, Roberto Simonsen, que muitas vezes teve de abrir mão de certos princípios para obtenção de melhores resultados para a empresa e para o país. Suas palavras me convenceram. Assim, comecei a participar das reuniões do partido, onde fui recebido com reservas pelos demais candidatos, pois eles sabiam das grandes possibilidades da minha eleição. Minha candidatura foi acolhida com alegria pelos meus subordinados e colegas de trabalho. Logo de início, reuni diversos deles em minha casa para discutirmos o plano de governo (Marcandali, Benites, Furlan, Martorelli, Indelicato, Ávila e tantos outros). A cada reunião o número deles se multiplicava. Nos fins de semana, acompanhava Massei e discursava nos clubes e comícios. Enquanto os demais candidatos se preocupavam, demagogicamente, com promessas impossíveis, eu me dedicava a explicar o que poderia ser feito no âmbito municipal, distinguindo as funções do vereador das dos deputados estadual e federal. O eleitorado desconhecia completamente a organização política do Brasil. Para mim, como iniciante, foi um período de sacrifício, mas ao mesmo tempo proveitoso. Adquiri maturidade e conhecimento das necessidades da população. No dia da eleição, aluguei alguns carros e ofereci condução aos eleitores, de acordo com a lei eleitoral daquela época. Em 7 de dezembro de 1952 fui eleito como um dos 21 vereadores que iriam compor a Câmara Municipal de São Caetano do Sul. Oswaldo Samuel Massei não conseguira se eleger como prefeito, perdendo para Anacleto Campanella, líder autonomista e candidato da oposição. Ermando Demambro, outro funcionário da Cerâmica, também conseguiu se eleger pelo PTB.

Iniciando o trabalho legislativo

No dia 4 de abril de 1953, tomei posse como vereador

na Câmara Municipal. Era a segunda legislatura do município²⁷ e fora instalada no terceiro andar do Edifício Vitória, na Rua Santo Antônio, na esquina com a Rua Baraldi. Éramos seis vereadores do PTB, cinco do Partido Social Progressista (PSP), quatro da União Democrática Nacional (UDN), dois do Partido Trabalhista Nacional (PTN), dois do Partido Socialista Brasileiro (PSB), um do Partido Democrata Cristão (PDC) e um do Partido Republicano (PR). Entre todos, apenas cinco tinham sido reeleitos.

Eu desconhecia completamente o regimento da Câmara, que obedecia à Lei Orgânica dos Municípios, mas aprendi, já nas primeiras semanas, todos os trâmites dos processos e o ritual a ser seguido. Tínhamos um experiente funcionário, Paulo Pimenta, diretor da Câmara, e três assessores, liderados pelo Dr. Moacyr Rodrigues, que davam assistência aos vereadores. Por minha formação universitária, pouco utilizei seus trabalhos. Falar na tribuna (muitos chamavam de púlpito) foi fácil para mim, pois desde a juventude gostava de discursos. Custei a me acostumar com o tratamento de “Vossa Excelência” ao me dirigir aos companheiros. A luta pela presidência da Câmara entre os partidos, até dentro do mesmo grupo, era intensa. Soube então da sua importância na condução dos processos, no encaminhamento dos projetos de lei às comissões, nas prioridades para votação em plenário e do interesse do chefe do Executivo no seu procedimento. Então, surgiam os conchavos e os acordos feitos às escondidas.

Eu sabia que meu partido era de oposição e que deveria ser contra todas as propostas provenientes do Poder Executivo. Como represália, Anacleto Campanella não atenderia às nossas reivindicações. Por interesse da empresa que eu representava, a

²⁷ A segunda legislatura do município (1953-1957) foi constituída pelos seguintes vereadores: Adriano Duarte (PTN), Alfredo Rodrigues (PTB), Ângelo Cianfarani (PTB), Antônio Moreno Rodrigues (PTB), Concetto Constantino (PTB), David Bechara (PSB), Ermando Demambro (PTB), Jaime da Silva Reis (PSP), João Cambaúva (UDN), José Cavalheiro (PTN), José Marum Saab (PSP), Lúriston Garcia (PR), Luiz Dias da Silva (PSP), Luiz Rodrigues Neves (UDN), Nestor Borges (PDC), Olga Montanari de Mello (UDN), Orlando Souza (PSP), Oswaldo Giampietro (UDN), Octávio Tegão (PSP), Rubem Darré (PSB) e Urames Pires dos Santos (PTB). ASCENCIO, Yolanda. *Meio século de Legislativo em São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.

Cerâmica São Caetano, não podia ficar contra o prefeito. Então, fiz ver aos meus colegas vereadores que uma oposição pura e simples não era conveniente, pois se o nosso município necessitava de tudo, tínhamos de aprovar qualquer projeto do Executivo que beneficiasse a cidade e os seus cidadãos. O máximo que poderíamos discutir eram as suas prioridades. Um desses casos foi o da construção de guias e sarjetas em todos os bairros. Houve muita reclamação porque o seu custo seria rateado entre os proprietários das residências marginais. Ao mesmo tempo, queriam a pavimentação. Custei a convencer os vereadores contrários de que seria impossível pensar-se em pavimentar uma rua sem a definição de seu perfil por guias e sarjetas. Felizmente, como engenheiro, obtive a confiança de todos.

Outro caso interessante foi referente à implantação de um viveiro de mudas próximo da Estrada das Lágrimas. Eram contrários, mas todos nós queríamos o plantio de árvores na cidade. O assunto se encerrou com minha proposta para a criação de um horto florestal.

Durante os primeiros dois anos, o meu principal trabalho foi o de convencer os colegas a evitar uma oposição descabida e sistemática. Com isso conquistei o respeito dos órgãos técnicos da prefeitura e especialmente do prefeito, que passaram a apoiar quase todas as minhas proposições. Em março de 1954, fui nomeado subprefeito das vilas São José e Cerâmica (hoje bairros). Nessa época São Caetano necessitava de tudo em matéria de urbanização. Nos primeiros quatro anos após a autonomia, o prefeito Dr. Ângelo Raphael Pellegrino ocupou grande parte de seu tempo cuidando da estrutura municipal, visando ao desenvolvimento da cidade. Foi um trabalho básico importante para realizações futuras. No meu trabalho parlamentar, procurei, em meio a dezenas de indicações, projetos e proposições, destacar os problemas de urbanização da cidade, do ensino público, do abastecimento de água potável, da extensão da rede elétrica, da construção de emissários de esgoto e águas pluviais, da solução para

o problema do lixo urbano, da retificação de córregos. Enfim, de uma série de obras que não se esgotariam naqueles primeiros quatro anos de minha legislatura. Muita coisa foi alcançada e realizada a partir de 1957.

Meu trabalho não se limitava ao simples envio das indicações. Eu as acompanhava pessoalmente, ajudando na realização do que propunha. Muito embora, sabendo da impossibilidade de um atendimento imediato, abordamos a necessidade de ser feito um levantamento cadastral e um código de obras para a cidade, evitando que ela se desenvolvesse desordenadamente. Um problema sério era o da captação de esgoto e águas pluviais. Sugeri um entendimento com a Repartição de Águas e Esgotos do Estado de São Paulo (RAE), pedindo prioridade para a construção da 6ª Estação de Tratamento de Águas Residuais na confluência do Rio Tamanduaté com o Ribeirão dos Meninos. Já no primeiro ano me deparei com a necessidade de retificação dos córregos marginais, para o que pretendia dirigir meus melhores esforços. Tanto assim que sugeri um estudo para a retificação do Ribeirão dos Meninos, no qual trabalhei nos anos seguintes. Ainda no setor da saúde pública, um dos assuntos que desde logo me preocupou foi o recolhimento e o destino do lixo urbano. As pequenas dimensões do município e a ausência de zona rural exigiam o seu transporte por longas distâncias para despejo em outros municípios, o que comprometia muito o orçamento municipal.

Do meu ponto de vista deveria ser estudado seu aproveitamento industrial. Voltei ao assunto diversas vezes nos anos subsequentes como integrante de um grupo municipal para estudo do lixo. Estava apaixonado pela solução racional e técnica do problema, chegando mesmo a preparar um completo dossiê com dados estatísticos que mostravam sua importância. Paralelamente, desenvolvi um programa de esclarecimento público, com palestras no Rotary Club e publicações de artigos no *Jornal de São Caetano*.

Nessa época a ligação por rodovia entre São Caetano e São Paulo era muito deficiente. Para atender aos interesses de

nossos moradores, entramos em contato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para conseguir o alargamento da estrada que ligava os dois municípios, então a principal via de acesso à capital. Outro problema sério era a deficiência no abastecimento de água potável, tanto industrial como residencial. Grande parte do fornecimento era feito por caminhões-pipa procedentes de Santo André ou de São Paulo e em número insuficiente para o volume desejado. Nessa ocasião propusemos que fossem refeitos os estudos de um antigo projeto de Santo André: o aproveitamento da água da represa de Rudge Ramos, junto ao Sítio de Lauro Gomes. Como até 1955 nada tinha sido resolvido, para contemporizar sugeri a abertura de poços artesianos em diversos bairros, a exemplo do que tinha sido feito pela General Motors e pela Cerâmica São Caetano (aproveitamento do aquífero Guarani).

O problema somente foi devidamente equacionado quando estabelecido um convênio entre as prefeituras de Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo. Uma comissão especial, da qual fiz parte, criou um novo sistema de abastecimento de água para os três municípios, construindo-se a Estação de Captação e Tratamento de Água da Represa Billings, às margens da Rodovia Anchieta. Anos depois de seu funcionamento, a instalação foi absorvida pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que assumiu o controle dos serviços de água e esgoto de toda a região metropolitana. Antes do final de 1953, surgiu uma questão que afetava a Cerâmica São Caetano, onde eu trabalhava. A empresa precisava derrubar a velha casa onde funcionava o Grupo Escolar da Cerâmica, para que pudesse ser retirada a argila tipo taguá, matéria-prima essencial para a fabricação de seus ladrilhos. A fim de evitar discussões na Câmara, sobretudo de vereadores reacionários, fiz ver a eles que a empresa dispunha de um decreto de lavra, expedido pelo governo federal, proprietário do subsolo, que a autorizava a extrair a argila sem qualquer interferência municipal. Prometi que conseguiria daquela empresa a doação de um terreno na Estrada das Lágri-

mas, onde a municipalidade poderia construir um novo prédio com materiais também fornecidos pela Cerâmica. Durante sua construção, os alunos frequentariam o Grupo Escolar da Vila São José, para o qual propus a criação de mais duas classes. Foi uma vitória espetacular. Dois anos mais tarde, em 18 de fevereiro de 1956, o prefeito Anacleto Campanella inaugurava o edifício do Grupo Escolar Senador Roberto Simonsen, cabendo a mim falar na ocasião, em nome da família do homenageado.

Não poderia me descuidar da parte cultural da cidade. Preocupava-me com um espaço onde pudéssemos receber grandes oradores e artistas. Fui, então, o primeiro a propor a criação de um auditório municipal. Com a construção do prédio do então Colégio Estadual Cel. Bonifácio de Carvalho (hoje Escola Estadual), foi incluída a criação do Teatro Santos Dumont, que atendeu durante muito tempo ao que desejávamos. Éramos uma equipe muito unida, procurando nos ajudar em todos os projetos de relevância. Na Comissão de Educação e Cultura tive o prazer de ser o relator do projeto de lei que criou a biblioteca municipal, e na Comissão de Finanças e Orçamento, do projeto de lei criador do Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES, hoje Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS), colaborando com seu mentor, vereador Oswaldo Giampietro, da UDN. No fim do ano de 1954, atravessávamos um período de crise de energia elétrica. Mesmo as ligações domiciliares eram proibidas por uma portaria do Conselho de Águas e Energia Elétrica. Assim que soubemos de sua revogação pela lei 495, solicitamos urgência no seu cumprimento pela municipalidade de São Caetano, sendo então beneficiada quase uma centena de casas.

Muitos sul-sancaetanenses haviam participado da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para homenageá-los propus a construção do Monumento aos Expedicionários, na confluência da Avenida Goiás com a Rua Alegre. A proposta tornou-se realidade somente três anos mais tarde, graças à colaboração do Rotary Club de São Caetano do Sul.



Inauguração do prédio do Grupo Escolar Senador Roberto Simonsen, no dia 18 de fevereiro de 1956. O vereador Urames Pires dos Santos aparece ao lado da diretora da escola, Clarice de Magalhães Castro
Acervo/Urames Pires dos Santos

Após o falecimento do engenheiro Armando de Arruda Pereira (em 18 de março de 1955), ex-presidente do Rotary Internacional, político e sócio da Cerâmica São Caetano (da qual foi diretor industrial até 1942), apresentei um projeto de lei dando seu nome à Rua Caramuru, que marginava aquela empresa, ligando as vilas Cerâmica e São José.

Desde o tempo em que São Caetano era bairro periférico de Santo André havia construções clandestinas, que continuaram mesmo depois da autonomia. Isso dificultava o planejamento urbano, além de constituírem empecilho a obras de interesse social. Com outros vereadores, apresentei projeto de lei que permitia regularizá-las, contornando o problema. Como São Caetano possuía poucas áreas livres, faziam-se necessárias muitas desapropriações para que a municipalidade pudesse realizar obras educacionais. Nesse sentido apresentei projeto de lei estabelecendo regras para sua execução.

Em 1956, propus a construção do edifício principal da Escola Senai Armando de Arruda Pereira, destinada ao ensino técnico de cerâmica. No final daquele ano, candidatei-me à reeleição, pois gostaria de continuar os trabalhos já iniciados.

Diversos partidos me ofereceram sua legenda. Escolhi a do PSP. Apesar de uma grande campanha contrária, promovida por elementos de esquerda, consegui, pela segunda vez, uma cadeira de vereador na terceira legislatura da Câmara Municipal. Nessa época não era permitida a reeleição para prefeito e Anacleto Campanella não conseguiu eleger seu sucessor. Desta vez, Oswaldo Samuel Massei foi eleito pelo PDC como chefe do Executivo.

Novamente vereador

Na eleição de 1957, houve 50 por cento de renovação entre os vereadores. Éramos agora: quatro do PDC, quatro da UDN, três do PSP, três do PTB, dois do PTN, dois do PR, dois do Partido Social Trabalhista (PST) e um do Partido Republicano Progressista (PRP). Também naquela época o eleitor escolhia o candidato de seu agrado ou amizade, sem se preocupar com a linha de atuação de seu partido. Por isso, apenas os de esquerda poderiam fazer pequena oposição, os demais se preocupavam com os interesses da cidade. Tanto assim que, na formação da mesa para 1957/1961²⁸, foram eleitos Concetto Constantino (PTN) para presidente e eu vice, de partidos opostos, graças a acordos bilaterais.

Meu entrosamento com o Executivo na terceira legislatura foi mais tranquilo. Eu precisava colaborar com Massei, meu velho companheiro da eleição passada. Fiz uma revisão de tudo o que eu tinha proposto na legislatura anterior e destaquei como os mais

²⁸ No período 1957-1961, correspondente ao da terceira legislatura, os vereadores que estiveram à frente do legislativo local foram: Altamiro Dias da Motta (PDC), Anacleto Pires (PTB), Antônio Bovolento (UDN), Antônio Rodrigues Cordeiro (PDC), Armindo Ortega Martins (PTB), Concetto Constantino (PTN), Fábio Michelin Ventura (PDC), Glauco Perrella (PRP), Hermógenes Walter Braido (PDC), Jaime da Silva Reis (PR), João Anhô (PTN), João Cambaúva (UDN), José Marum Saab (PSP), Láuriston Garcia (PR), Luiz Rodrigues Neves (UDN), Nilo Ribeiro de Figueiredo (PST), Olga Montanari de Mello (PTB), Orlando Souza (PSP), Oswaldo Giampietro (UDN), Silas Rodrigues (PST) e Urames Pires dos Santos (PSP). ASCENCIO, Yolanda. Op. cit.

importantes a retificação do Ribeirão dos Meninos, o alargamento e a iluminação da Avenida Almirante Delamare (este dependia da Prefeitura Municipal de São Paulo), bem como uma solução para o problema do lixo urbano. Era preciso trabalhar com Massei para solucioná-los.



Em março de 1958, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu o governador do Piauí, General Jacob Manoel G. de Almendra, que aparece discursando. Na ocasião, Urames Pires dos Santos (ao centro) estava à frente da presidência do legislativo local. Foram identificados: Altamiro Dias da Motta (primeiro, a partir da esquerda), João Cambaúva (o quarto a partir da esquerda), Odilon de Souza Mello (o último, à direita) e Paulo de Oliveira Pimenta, diretor administrativo da Câmara (em pé, ao fundo)
Acervo/Urames Pires dos Santos

A retificação do Ribeirão dos Meninos

Todas as vezes em que, chegando a São Caetano pela Avenida Delamare, tomamos a direita e percorremos a Avenida Guido Aliberti, que hoje tem o seu trecho duplicado e ajardinado, vem-nos à lembrança como era toda a várzea do Ribeirão dos Meninos até meados de 1957.

Na década de 1950, a divisa do recém-criado município de São Caetano do Sul com São Paulo constituía-se em um córrego tortuoso, com pouca água nos períodos de estiagem e um sem número de alagados na época da chuva. Para as indústrias ribeirinhas que dele se serviam, tanto para o uso da água quanto para o despejo dos rejeitos, as enchentes tornavam-se pesadelos, porque as perdas eram incalculáveis. A Cerâmica São Caetano, que dispunha da maior testada para o córrego, estendendo-se desde a Rua São Paulo até a Rua Barão de Mauá, ocupando ambas as

margens, mantinha duas pontes de madeira para o acesso à sua cocheira e à olaria, conhecida como Olaria do Parente. Muitas vezes, essas pontes foram arrastadas pelas águas. A empresa ainda utilizava caçambas de tração animal para o transporte interno de sua matéria-prima, o taguá.

Desde a conquista da autonomia de São Caetano, em outubro de 1948, até a instalação do primeiro período administrativo, em abril de 1949, a solução dos problemas relativos à várzea dos Meninos constava na pauta dos trabalhos. O Dr. Ângelo Raphael Pellegrino, primeiro prefeito da cidade, chegou a reunir, por diversas vezes, os representantes das indústrias da margem do Ribeirão dos Meninos para traçar planos destinados à sua retificação.

Ele conseguiu, do Instituto de Engenharia de São Paulo, um estudo elaborado pelo engenheiro Plínio de Queiroz, profissional conceituado e um estudioso dos problemas de saneamento. Nele constava a urbanização de toda a bacia do Meninos, desde o leito da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí até a divisa com o Bairro de Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo.

O projeto previa, além da retificação do Ribeirão dos Meninos, a construção de duas avenidas marginais, sendo uma do lado de São Paulo e a outra do lado de São Caetano, bem como um emissário de esgoto, paralelo ao curso. No projeto constava ainda uma faixa destinada a um desvio ferroviário que, partindo da estação de São Caetano, seguiria margeando o ribeirão, passaria sob a Rodovia Anchieta, atingindo o futuro parque industrial de São Bernardo do Campo. No entanto, para um município novo, que enfrentava toda uma série de problemas nos setores de educação, saúde, pavimentação, água e esgoto, seria impossível encarar a urbanização da várzea do Meninos como prioridade.

No segundo período administrativo (1953-1957), o então prefeito Anacleto Campanella recebeu, em setembro de 1953, indicação da Câmara Municipal, pedindo urgência nos trabalhos de retificação do Ribeirão dos Meninos.

A referida indicação, constante do processo 1.223/53, enfatizava a necessidade de demarcar os limites de São Caetano do Sul com o município de São Paulo. A íntegra do documento era a seguinte:

“Considerando os inúmeros benefícios que trará para São Caetano do Sul o saneamento da várzea do Ribeirão dos Meninos; considerando que esse saneamento somente será possível com a retificação daquele leito de água; considerando a urgente necessidade dessa retificação para que aquele curso d’água venha suportar o volume de líquido proveniente do sistema de esgoto projetado para os bairros Monte Alegre, Cerâmica e Vila São José; considerando que o Instituto Geológico e Geográfico somente procederá à nova demarcação de nossos limites com São Paulo depois desse serviço ser executado pela municipalidade mais interessada, que é a nossa; considerando que a 6ª Estação de Tratamento de Águas Poluídas a ser executada pelo Governo do Estado somente será realidade quando de nossa parte tivermos retificado o ribeirão; considerando que esse serviço também possibilitará a construção da indispensável avenida marginal; considerando que a prefeitura de São Bernardo do Campo já realizou serviços que lhe competiam no trecho em que o Ribeirão dos Meninos atravessa o seu território; considerando o extraordinário desenvolvimento comercial e industrial que advirá na

Bilhete

BENEFICIOS DA RETIFICAÇÃO

Todos estão lembrados de que à menor chuva que caísse sobre nossa cidade, verificavam-se grandes inundações nas proximidades da rua São Paulo. Muitas e muitas vezes aquela via pública tornava-se intransitável, na época das chuvas, porque as águas do rio dos Meninos cobriam-na completamente no seu trecho inicial situado na buíada, junto àquele curso de água.

Hoje tal não acontece. A retificação do rio trouxe mais esse benefício. As águas depois das fortes chuvas, escoam-se rapidamente. Foi o que se viu na última terça-feira. Entre 12 e 13 horas daquele dia, forte aguaceiro caiu sobre a cidade. E nenhuma inundação, nenhuma anormalidade se notou na área outrora sujeita a alagamentos.

Até mesmo as lagoas que existiam ao lado do rio estão desaparecendo. E com elas vão-se acabando os focos de mosquitos e, inclusive, os afogamentos que constantemente se verificavam naquelas lagoas.

Dentro de um futuro bem próximo, o local deverá estar ainda em melhor situação. Os extensos aterros que ali estão sendo executados, para tornar possível a construção da avenida Marginal, deverão contribuir para que as pequenas lagoas, ainda existentes desapareçam rapidamente.

Já se colhem, portanto, os frutos de retificação do rio dos Meninos. Que outras obras dessa natureza, tão úteis à coletividade sejam executadas sem perda de tempo é o que se espera.

MARCO AURELIO

Nota publicada na edição de 13 de setembro de 1958 do Jornal de São Caetano a respeito dos benefícios advindos da retificação do Rio dos Meninos. Tal publicação constitui uma pequena amostra da repercussão na imprensa local da iniciativa encabeçada pelo vereador Urames Pires dos Santos
Crédito/ Jornal de São Caetano, São Caetano do Sul, ano XIII, nº 721, p. 2, 13 set. 1958
Acervo/ Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

zona oeste com essa realização, apresentamos a seguinte indicação: indicamos ao sr. Prefeito Municipal, ouvido o Plenário, sejam urgenciados, tanto quanto possível, os serviços de retificação do Ribeirão dos Meninos. Sala das sessões, 4 de setembro de 1953.”

Se conseguíssemos a tão importante retificação, sabíamos que iriam surgir diversos outros problemas, como o do acesso das indústrias ao novo leito e os direitos de propriedade das áreas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi). No início de 1954, ainda sob a administração de Campanella, fui, acompanhado dos demais vereadores do PTB, falar sobre o assunto com o presidente da República, Getúlio Vargas, para obter o aval para ocupação pela prefeitura de São Caetano de pequenas e esparsas faixas de terra então ocupadas pelo Iapi. Ainda guardando sua autoridade dos tempos da ditadura, Vargas atendeu nossa reivindicação, tomando providências quase que de imediato.

Demonstrando sua boa vontade e compreensão a respeito da necessidade da obra, o prefeito Anacleto Campanella chegou a dotar verba orçamentária para início dos serviços em dois anos consecutivos. No entanto, nada pôde ser realizado em vista de outras obras mais prementes para a comunidade.

No terceiro período administrativo (1957-1961), assumiu a prefeitura Oswaldo Samuel Massei. Concomitantemente, foi eleito para a prefeitura de São Paulo Adhemar Pereira de Barros, político que mantinha estreitas ligações com nossa comunidade. Massei dispôs-se a atacar o problema da retificação de imediato, mesmo que de modo parcial. Para São Caetano era importante que isso viesse a acontecer, pois ainda não se havia conseguido a demarcação das divisas naquela área.

Do projeto original, elaborado pelo engenheiro Queiroz, foi logo descartada a possibilidade do desvio ferroviário para São Bernardo do Campo, porque a Rede Fer-



Almoço oferecido pela Cerâmica São Caetano, em 10 de setembro de 1958, ao então prefeito de São Paulo, Adhemar de Barros (em primeiro plano, à direita), pelo apoio concedido às obras de retificação do Rio dos Meninos. Ao lado dele estão Leonor Mendes de Barros e Victor Simonsen. Ao fundo, Urames Pires dos Santos (à esquerda) e Geraldo Plates
Acervo/Urames Pires dos Santos

roviária Federal, que administrava a Estrada de Ferro Santos-Jundiá, não o considerava economicamente viável e as indústrias a serem servidas não queriam arcar com o ônus de sua construção.

Aproveitando as boas relações que mantínhamos com Adhemar de Barros, liderei uma comissão de vereadores incumbida de procurar o chefe do nosso partido. Levamos àquela autoridade uma série de reivindicações, ressaltando a importância da retificação do Ribeirão dos Meninos para ambos os municípios. Ainda me lembro das palavras do prefeito, na ocasião: “Cedo uma *dragline* (escavadeira) a vocês, com dois operadores e esqueço-os lá. Caberá a vocês a sua manutenção e a orientação técnica para o serviço”.

Sua palavra foi cumprida. No mês seguinte, o engenheiro Alberto de Zagotis, da prefeitura de São Paulo, enviou para a área o equipamento prometido. Em São Caetano, os serviços técnicos ficaram sob a responsabilidade da Diretoria de Obras e Serviços Municipais, cujo titular era o engenheiro Mário Dana Mendes, secundado pelo engenheiro Isaac Luiz Zveibel e pelo geógrafo Sabatini. Engenheiros, topógrafos e auxiliares muito se empenharam na execução daquele trabalho, tendo de improvisar e resolver, inúmeras vezes, problemas que surgiam na última hora. No trecho entre a Rua São Paulo e a Estrada das Lágrimas, consegui a colaboração da Cerâmica São Caetano, tanto nos serviços de aterro, quanto na manutenção do equipamento. Quando a primeira fase da retificação foi encerrada, engenheiros da prefeitura de São Paulo, chefiados por Zagotis, visitaram as obras e foram recebidos na Cerâmica em almoço oferecido pela empresa às autoridades de ambos os municípios no dia 10 de setembro de 1958.

A demarcação dos limites

No início de 1959, os serviços de retificação já estavam encerrados, mostrando claramente os benefícios previstos pelo saneamento conseguido.

Uma vez realizada a retificação do Ribeirão dos Meninos, o então prefeito Oswaldo Samuel Massei entrou em contato com o Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo, providenciando a retificação da divisa entre São Paulo e São Caetano do Sul.

Nas administrações que se seguiram, até os dias atuais, os serviços naquela marginal foram sendo complementados com a elevação do aterro, duplicação das pistas, pavimentação, iluminação e ajardinamento.

A Avenida Almirante Delamare

O problema da principal ligação rodoviária entre São Paulo e São Caetano do Sul deu menos trabalho. Foi fácil conseguirmos com Adhemar de Barros o alargamento e posterior duplicação e iluminação do prolongamento da Avenida Comandante Taylor, do Sacomã a São Caetano, o que aconteceu na mesma época de sua denominação como Avenida Almirante Delamare.

Rio dos Meninos, já retificado, no trecho da divisa entre o Bairro São José, em São Caetano, e São João Clímaco, em São Paulo
Acervo/Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



■ O problema do lixo

Voltei novamente a atenção para o problema do lixo, que se agravava e não havia perspectiva de que a municipalidade o resolvesse tão cedo. Encaminhei um dossiê ao prefeito Oswaldo Samuel Massei, que revelava que, para se atender aos preceitos de higiene, numa cidade civilizada, o recolhimento do lixo deveria ser feito a cada 24 horas em todas as ruas. São Caetano possuía 170 quilômetros de ruas. Uma amostragem média do lixo produzido na comunidade indicava ser de 0,60 kg/ habitante/dia, portanto deveriam ser recolhidas diariamente cerca de 70 toneladas, pois a nossa população era de quase 100 mil habitantes. O recolhimento se resolveria facilmente com a aquisição do número de caminhões necessários. O grande problema era o seu destino.

Como São Caetano não dispunha de área livre para aterros sanitários propus algumas soluções. Uma análise estatística do lixo residencial indicava que sua composição era de 50 por cento de matéria orgânica, portanto degradável, e 50 por cento (em peso) de vidros e metais. Na época as embalagens de plástico ainda não eram utilizadas. Tomando como exemplo cidades da Europa com situação demográfica semelhante a São Caetano, mostramos que os caminhos seriam dois: a incineração ou a industrialização. Em ambos os casos deveria haver uma triagem prévia, separando vidros e metais da parte combustível e fermentável. O estudo apresentado era tecnicamente completo, envolvendo fornos e bioestabilizadores, exemplos de outras cidades que já o faziam, inclusive a capital, bem como a sua viabilidade econômica.²⁹

Atualmente existem empresas que se responsabilizam pelo serviço, desde que fiquem com o resultado financeiro da operação. Mesmo depois que deixei a vereança, em 1962, fui con-

²⁹ Cf. Urames Pires dos Santos, *Alguns Aspectos do Serviço Municipal de Limpeza Pública*, São Caetano do Sul, novembro-1957.

vocado pela prefeitura de São Caetano a ser assessor da Comissão Intermunicipal que estudava o assunto para toda a região do ABC.

Outro trabalho que encampei, ao lado do *Jornal de São Caetano*, foi o da construção de uma ponte definitiva sobre o leito do Rio Tamanduateí, ligando a Rua Mariano Pamplona (São Caetano) à Rua Ibitirama (São Paulo), o que foi conseguido no segundo semestre de 1957.

Nessa época os municípios do ABC começaram a se preocupar com a poluição da água e do ar. Graças à compreensão e colaboração dos prefeitos de turno fundou-se a Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição da Água e do Ar (CICPAA), instituída por um convênio entre Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Seu incentivador e presidente foi o engenheiro Antonio Pezzolo, secundado por um jovem estudioso, Nelson Nefussi, que mais tarde chegou a ser presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb). A comissão mantinha um bem equipado laboratório em prédio cedido pela prefeitura de São Caetano (antigo Palácio dos Esportes). Fiquei como assessor da CICPAA até 1964, quando ela foi absorvida pelo governo do Estado através da criação da Cetesb.

Candidatura à Câmara Federal

Em 1958, os diretores da Cerâmica São Caetano achavam que a empresa precisava de um representante em Brasília e queriam que eu me candidatassem a deputado federal nas eleições que se aproximavam. Tentei de todas as maneiras demovê-los da ideia. Mostrei que, além do dinheiro que iriam gastar na minha campanha, eu teria muito pouca probabilidade de ser eleito, por dois motivos: primeiro, porque o grande eleitorado do ABC, inclusive os prefeitos da região, já estava comprometido com Lauro Gomes, Antonio Silvio da Cunha Bueno, Olavo Fontoura, Carmelo D'Agostino, Amaral Furlan e tantos outros; segundo,

porque dentro da coligação de partidos a qual eu pertencia a concorrência era grande e todos contavam com parceria de candidatos a deputado estadual, o que não era o meu caso. Além disso, eram políticos experientes.

Infelizmente fui obrigado a atender ao pedido dos Simonsens e fui à luta. Convoquei meus cabos eleitorais da Cerâmica São Caetano e expus a eles minha situação. Elaboramos um plano de trabalho que envolvia visita aos principais clubes da cidade, distribuição de camisetas de futebol, patrocínio de festas, impressão de cartazes, inclusive das cédulas que eram de papel, de acordo com normas estabelecidas pela Justiça Eleitoral, bem como a forma de sua distribuição pela cidade.

Nessa época recebia muitos pedidos de emprego. Consegui atender a dezenas deles graças à prioridade dada ao departamento pessoal da empresa por sua diretoria. Após diversas reuniões, preparamos um orçamento, cabendo a mim conseguir patrocinadores para cobertura do numérico. Além dos membros da família Simonsen, consegui apoio financeiro de João Saad (Rádio Bandeirantes), de Léo Cochrane (Banco Noroeste) e de Vicente De Benedictis (Cristaleria Americana), que me premiou com mil copos de vidro, tendo no fundo minha imagem e a inscrição “para Deputado Federal”.

Juntamente a um intenso trabalho corpo a corpo, contei com o auxílio de diversos companheiros de política como José Marum Saab, Orlando Souza, João Caparrós, Alfredo Rodrigues e Ângelo Cianfarani. Visitei algumas cidades como Mococa,

Campinas, Limeira, Santo André, Santos e Santa Cruz das Palmeiras, onde possuía parentes e amigos. Infelizmente sabia que não poderia contar com muitos dentro do Rotary e da sociedade sul-sancaetanense. Como eu previa, meus esforços e de meus correligionários não foram recompensados. Em outubro, com um total de 6.126 votos, sendo 3.104 em São Caetano, não cheguei nem à suplência. Talvez por esse motivo, ou pelo desejo de recuperar minha carreira profissional já tão defasada, desisti de me candidatar como vereador à quarta legislatura, cuja eleição seria em outubro de 1964.

■ Homenagens recebidas

No dia 9 de fevereiro de 1963, a Câmara Municipal de São Caetano concedeu-me o título de Cidadão Sul-sancaetanense pelos serviços prestados ao município. Os ex-vereadores Jordano P. S. Vincenzi e Alfredo Rodrigues também foram honrados com o título na mesma ocasião. Em 1968, o então prefeito municipal, Hermógenes Walter Braido, indicou-me como curador da Fundação das Artes de São Caetano do Sul, quando tive oportunidade de trabalhar com Milton Andrade. Cinco anos mais tarde, em 27 de julho de 1973, voltaria a São Caetano para receber a Medalha ao Mérito pelos trabalhos apresentados durante os períodos legislativos dos quais fiz parte. Em 28 de julho de 1977, recebi, das mãos de Raimundo da Cunha Leite, então prefeito municipal, a Medalha do Centenário de São Caetano do Sul.



Urames Pires dos Santos discursa, após ter recebido o título de Cidadão Sul-sancaetanense, no dia 9 de fevereiro de 1963

Acervo/Urames Pires dos Santos



Urames sendo cumprimentado pela primeira dama Maria Dulce Cerqueira Leite, durante o Baile do Centenário de São Caetano do Sul, realizado em 28 de julho de 1977. Ao lado da primeira dama, o então prefeito Raimundo da Cunha Leite. Na ocasião, Urames dos Santos foi homenageado com a Medalha do Centenário

Acervo/Urames Pires dos Santos

Rotariano por prazer

O Rotary Club se constituiu em um capítulo à parte de minha vida social. Como rotariano, abriam-se para mim as possibilidades de participar de inúmeras atividades em benefício da comunidade sul-sancaetanense, sem as interferências políticas e burocráticas tão presentes no meu desempenho como vereador. Tudo começou em maio de 1952 quando, a convite de Mário Porfírio Rodrigues, do *Jornal de São Caetano*, para o qual eu escrevia, fui jantar com diversos profissionais num restaurante da Rua Santa Catarina, em São Caetano do Sul. Era uma reunião de Rotary. Fiquei impressionado com o ritual e a ordem e a seriedade com que eram abordados os problemas da cidade e as propostas para resolvê-los, ou pelo menos atenuá-los. Em um segundo jantar convidaram-me para pertencer ao clube (lembrei-me de que na juventude meu pai falava sobre o Rotary, uma entidade que reunia a elite empresarial de São Paulo). Posteriormente soube que meu nome já havia sido cogitado e que consultas foram feitas à direção da fábrica na qual eu trabalhava sobre essa possibilidade. A Cerâmica São Caetano sempre manteve ligações com o Rotary. Seu vice-presidente, Armando de Arruda Pereira, do Rotary Club de São Paulo, havia sido, em 1940, presidente do Rotary Internacional, e Victor Geraldo Simonsen, meu diretor, era também rotariano.

As origens do Rotary em toda a região do ABC remon-

tam a setembro de 1936 quando Paul Harris, fundador do Rotary Internacional, veio de Chicago (USA) e hospedou-se na residência do engenheiro Armando de Arruda Pereira, então diretor da Cerâmica São Caetano. A casa ficava situada na confluência das ruas Eduardo Prado e Primeiro de Maio (hoje parte do Espaço Verde Chico Mendes, onde está a sede da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul). Ao plantar um cedro³⁰ no jardim da mansão, o ilustre visitante disse a Armando: “Dentro de poucos anos toda esta região terá um grande desenvolvimento e, então, será a hora de plantarmos muitos rotarys por aqui”.

Tomei posse no Rotary Club de São Caetano do Sul em 28 de julho de 1952, com a classificação: Cerâmica-Refratários-Fabricação (em Rotary cada associado representa uma categoria profissional). Era uma reunião comemorativa do aniversário de fundação da cidade. Desde então comecei a aprofundar-me no estudo da filosofia rotária. Analisei seus objetivos, suas normas de comportamento profissional, seus estatutos e regimento interno do clube.

Sabia da importância de uma célula rotária na cidade numa época em que sua independência política e administrativa era recente e onde se multiplicavam problemas de toda ordem: sociais, econômicos e psicossociais. Um campo fértil para atuação de um clube de serviço, principalmente na área de serviços profissionais, e para a comunidade.

Para mim o Rotary era um cadinho (vaso para se fundir metais) onde se fundiam as esperanças de uma comunidade melhor, pois amizade e prestação de serviços são postulados que se completam. Por meio de sua mensagem, o companheirismo se transformava em uma força capaz de uma grande reação em cadeia, que por certo nos levaria a um mundo mais nobre, mais digno e mais humano.

³⁰ Nas visitas que o presidente do Rotary Internacional faz aos diversos países ou localidades é norma deixar plantada uma árvore como símbolo da amizade. Na demolição da antiga casa de Armando de Arruda Pereira em São Caetano do Sul, em 1955, aquele cedro foi transplantado para o Jardim Primeiro de Maio (atual Praça Luiz Tortorello), no centro da cidade, graças a um trabalho do Rotary junto ao então prefeito municipal Anacleto Campanella.

A participação do Rotary na comunidade sul-sancaetanense seguiu sempre a trajetória evolutiva das condições econômicas e sociais do município, adaptando os seus planos de atividade às reais necessidades da época.

No ano seguinte fui escolhido para ser diretor do protocolo. A partir de então, junto aos meus companheiros de clube, segui uma epopeia de realizações.

Em seus primeiros anos de autonomia, São Caetano do Sul ainda guardava resquícios de um bairro de periferia. Parte de sua população era de baixa renda e os poderes constituídos voltavam suas vistas para os problemas básicos, que eram muitos. Como clube de serviço, nosso Rotary se empenhou junto ao prefeito Anacleto Campanella, conseguindo a criação, em 1953, do primeiro Posto de Puericultura do município, a que demos o nome de sua esposa, Aracy Torres Campanella. Para auxiliar em sua manutenção fundou-se a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (Apami), devendo ser presidida pela esposa do prefeito em exercício. Nessa primeira fase, realizávamos o Natal da Criança Pobre, com distribuição de alimentos e brinquedos aos necessitados. Durante a Semana da Criança, promovíamos concursos de robustez infantil, campanhas de vacinação, de tratamento dentário e da boa visão. Em se tratando de uma cidade operária, havia muita necessidade de creches. As Irmãs Clarissas Franciscanas, lideradas pela irmã Julieta de Lourdes, fundaram uma creche anexa ao Instituto Nossa Senhora da Glória, para a qual realizamos diversas campanhas beneficentes.

Suscitar o civismo na juventude sul-sancaetanense sempre foi uma preocupação do Rotary. Já em 1954 organizava-se o Clube Pan-Americano, com alguns alunos do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul, graças ao apoio de seu então diretor professor Vicente Bastos. O escotismo, o bandeirantismo e a Guarda Infanto-juvenil foram sempre incentivados e apoiados por nós.

Um dos grandes trabalhos em benefício da comunidade se deu no biênio 1953-1954. Na época, São Caetano contava ape-

nas com 400 telefones, o que impedia a expansão de sua indústria e de seu comércio. Todas as iniciativas da administração pública esbarravam na obstinada recusa da empresa concessionária (TBC), que não se dispunha a ampliar o serviço. Problemas semelhantes, embora menores, enfrentavam os municípios vizinhos. Foi então que os rotarysts da região, liderados pelo de Santo André, iniciaram um movimento para a regularização de nosso sistema de comunicação, fundando uma companhia telefônica própria, a Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC). Foi uma verdadeira epopeia o trabalho dos rotarianos para consegui-lo, sem dúvida, um grande passo para o desenvolvimento de todo o ABC. A companhia, administrada por rotarianos, foi absorvida em 1972 pela Telecomunicações do Estado de São Paulo (Telesp), do sistema Telebras, de acordo com a nova ordem vigente no país.

Na área da educação, nosso clube fundou a Biblioteca Pública Paul Harris (nome do fundador do Rotary International). Foi a primeira de São Caetano, atualmente mantida pela prefeitura municipal. E assim fui descobrindo como o Rotary desenvolvia a filosofia do “servir sem servir-se”. A frequência às suas reuniões semanais (jantares, em nosso caso) era imprescindível, pois por meio delas se desenvolvia o companheirismo e sem este sentimento não haveria oportunidades de servir. O Rotary não era uma entidade beneficente, mas fomentava e promovia ações que iriam fazer o benefício. Tão obcecado eu estava pela instituição que fui eleito presidente para o período 1956-1957, passando, nos anos seguintes, por diversos cargos no conselho diretor. Fui ainda encarregado do Boletim do Clube (naquele tempo era mensal) durante 15 anos.

A promoção da Feira das Nações, grandioso serviço prestado pelas esposas dos rotarianos, se constituiu, durante 13 anos, em exemplo da atividade rotária em benefício de entidades assistenciais.

Seguindo orientação internacional, o Rotary deveria sempre se expandir. Assim, o nosso clube fundou o Rotary Club



Posse de Urames Pires dos Santos na presidência do Rotary Clube local, em julho de 1956. Foto tirada no momento em que Oswaldo Falchero transferia-lhe o cargo

Acervo/Urames Pires dos Santos

de São Bernardo do Campo em novembro de 1952, e cedeu território para fundação dos demais clubes de São Caetano: Rotary Club de São Caetano do Sul-Oeste, em fevereiro de 1967, São Caetano do Sul-Leste, em setembro de 1972, e, mais tarde, em abril de 1987, Rotary Club de São Caetano do Sul-Olímpico.

O Rotary também é patriotismo. A fim de deixar marcada a atuação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, da qual participaram alguns filhos de São Caetano, construímos o Monumento aos Expedicionários, inaugurado em 8 de maio de 1955, na confluência da Avenida Goiás com a Rua Alegre. Tivemos a colaboração da prefeitura municipal e da Cerâmica São Caetano, que doou um painel elucidativo em grés cerâmico, esculpido pelo artista plástico espanhol Alberto Garcia Vidal.

Para lembrar a atuação do engenheiro Armando de Ardua Pereira no setor empresarial, político e social do município, inclusive como presidente do Rotary Internacional, o nosso clube conseguiu erguer um busto em sua homenagem, na confluência das ruas Baraldi e Manoel Coelho, graças ao consentimento da



Homenagem do Rotary Club de São Caetano do Sul a Anacleto Campanella (à esquerda), durante reunião festiva, no dia 6 de maio de 1957. Na ocasião, Urames presidia a instituição
Acervo/Urames Pires dos Santos



Urames Pires dos Santos durante o evento de inauguração da herma com o busto de Armando de Arruda Pereira, na confluência das ruas Baraldi e Manoel Coelho, em 12 de novembro de 1956
Acervo/Urames Pires dos Santos

municipalidade, inaugurado em 12 de novembro de 1956.

Procurando resolver problemas relativos à indústria local, conseguimos, por meio de um trabalho persistente do rotariano Christovam Miguel Sanches, a instalação em São Caetano do Sul de uma delegacia do Ciesp, o que realmente aconteceu em 29 de março de 1957. Em julho desse mesmo ano, o Rotary patrocinou a edição do livro *São Caetano do Sul em IV Séculos de História*, escrito pelo jovem José de Souza Martins (hoje professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). Exposições de artes plásticas e fotográficas, bem como a educação do trânsito nas escolas, também faziam parte das atividades rotárias.

Para os serviços assistenciais era imprescindível o trabalho das esposas dos rotarianos. Até 1962 sua coordenação era de responsabilidade da esposa do presidente do clube. Mais tarde, seguindo o exemplo de outros clubes, foi criada a Casa da Amizade, instalada em 21 de maio de 1962, com sede provisória em uma sala do Edifício Vitória. Sua fundadora e primeira presidente foi Irma Christiane Humbert Bottas, esposa de José Oscar Bottas, então presidente do clube.

Nos anos de 1971 a 1974, a Casa da Amizade e os rotarys de São Caetano se dedicaram à construção, na Rua Justino Paixão, da nova sede do Lar Menino Jesus, um abrigo para menores mantido pela Diocese de Santo André, à qual São Caetano do Sul pertence.

As atividades da Casa da Amizade eram tantas que a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul cedeu um terreno na Rua Cavalheiro Ernesto Giuliano, nº 1.253. Ali, os rotary clubs da cidade construíram, entre 1976 e 1977, uma sede própria para que a Casa da Amizade pudesse manter seus cursos profissionalizantes e uma creche.

A possibilidade de um trabalho em conjunto dos rotarys existentes no município e a necessidade de que fossem unificados os seus projetos maiores resultaram na Fundação dos Rotaria-

nos de São Caetano do Sul, o que aconteceu em maio de 1981. O primeiro grande trabalho da Fundação foi a criação do Colégio Eduardo Gomes, instalado no dia 15 de fevereiro de 1982 no edifício do Instituto Municipal de Ensino Superior, cedido pela prefeitura. Sua organização teve como base o Colégio Rio Branco, de São Paulo, que oferece elevado nível de ensino à juventude. Atualmente o Colégio Eduardo Gomes está em prédio próprio, na Rua Major Carlo Del Prete, nº 1.120. Os programas rotários de educação e saúde sempre contaram com minha admiração.

No âmbito internacional, a Fundação Rotária³¹ é a provedora das maiores obras à comunidade. A Campanha Pólio Plus, para erradicação da poliomielite, foi a que mais me comoveu.

Com a elevação do nível sociocultural do município, o Rotary Club de São Caetano do Sul voltou sua atenção para projetos de alta relevância, que acompanhassem essa transformação. Assim, passamos a nos dedicar aos programas de intercâmbio de jovens³², ao projeto RYLA (Rotary Youth Leadership Award), para formação de novas lideranças, ao projeto Rumo, destinado à orientação profissional, e ao Núcleo Rotary de Desenvolvimento Comunitário (NRDC).

Durante mais de 40 anos, Silvia e eu nos dedicamos inteiramente às atividades do Rotary. Em 22 de fevereiro de 1988 recebi o Título Paul Harris, como homenagem de meu clube. Impedido de continuar frequentando as reuniões, bem como de exercer por completo minha atividade rotária, deixei de ser sócio representativo em 12 de agosto de 2002, quando então recebi a outorga do título de Sócio Honorário pelos serviços prestados ao Rotary Club de São Caetano do Sul.

O Rotary foi, em minha vida, o apanágio de grandes realizações, uma escola de compreensão, de entusiasmo e, sobretudo, de fé na humanidade.

³¹ A Fundação Rotária, com sede nos Estados Unidos, é mantida mediante contribuição dos Rotary Clubs de todos os países: uma obrigatória “per capita” e outra voluntária.

³² Envio de jovens para hospedagem em casa de rotarianos de outros países, bem como receber estudantes estrangeiros para que conheçam o Brasil.

Na Associação Brasileira de Cerâmica

Em julho de 1953, diversos industriais da área de cerâmica participaram, no IPT, de uma série de palestras sobre argilas, proferidas por catedráticos norte-americanos. Nessa ocasião tiveram a ideia de formar uma associação cujo objetivo seria o de incrementar o desenvolvimento tecnológico de suas empresas. Ficou como coordenador da iniciativa o engenheiro Fernando Arcuri Junior, chefe da seção de cerâmica do IPT, com a anuência do professor doutor João Humberto Maffei, superintendente daquela instituição. Logo depois, a iniciativa contou com a colaboração da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por meio do professor doutor Francisco de Salles Vicente de Azevedo. A Associação Brasileira de Cerâmica (ABC) passou a existir oficialmente a partir de setembro daquele ano.

Meu chefe na Cerâmica São Caetano, Dr. Felipe José Vicente de Azevedo Franceschini, liderou uma campanha na fábrica para arremetimento de associados, sendo eu um dos primeiros a assinar a proposta.

A Associação Brasileira de Cerâmica é uma entidade sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública pelos governos do Estado de São Paulo e da União. Integra o setor cerâmico, promovendo-o e defendendo-o nos planos científico, tecnológico, artístico, didático, empresarial e cultural. Mantém permanente relacionamento com as universidades, escolas técnicas e institu-

tos de pesquisa relacionados aos setores de cerâmica vermelha (blocos de vedação), materiais de revestimento, louça branca, louça sanitária, refratários e cerâmica técnica. Edita duas revistas: uma técnica e outra científica, de abrangência internacional. Promove anualmente um congresso, e outros eventos como cursos, encontros e simpósios. Em sua sede, no prédio 36 do IPT, possui uma biblioteca com grande acervo de livros sobre cerâmica. Durante muitos anos, meu contato com a ABC foi apenas nos congressos realizados em diversos pontos do país. Em 1992, Ivo Pellegrino, proprietário da Lavras Santo Amaro, e meu amigo desde São Caetano, convidou-me para fazer parte da Comissão de Matérias-Primas (hoje de Minerais Industriais). Tínhamos uma reunião por mês. Os seus componentes eram entusiastas e diligentes, o que nos permitia realizar anualmente um Encontro de Mineradores e Consumidores, sempre com êxito. Gostei tanto dessa atividade que fui coordenador da referida comissão entre 1994 e 2000. Já em 1996, a convite do então presidente, Gladstone Motta Bustamante, fui eleito diretor administrativo-financeiro da ABC, acumulando as duas funções.

A partir da década de 1980, quando houve um extraordinário crescimento da indústria cerâmica no Brasil, tanto em quantidade como em qualidade, surgiram outras associações com finalidades específicas. A Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer), reunindo os fabricantes de pisos e revestimentos (1984); a Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer), os produtores da cerâmica vermelha (1992); a Associação Brasileira do Colorifícios (Abracolor), para os de esmaltes cerâmicos. Como o principal objetivo de todas elas era político e comercial, atraíram muitos associados da ABC.

A necessidade tecnológica para o bom funcionamento dessas empresas fez com que a nossa associação voltasse maior atenção às atividades da classe acadêmica. Tanto assim que seus congressos chegam a ter mais de 400 trabalhos dedicados aos di-

versos setores da cerâmica. A colaboração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de São Paulo tem sido de muito valor para essas realizações. Em junho do ano 2000, fui eleito presidente da ABC para o período de dois anos.

Não fugi a mais essa responsabilidade, pois a considerei como o coroamento de minha vida profissional, inteiramente voltada ao setor ceramista. Sabia da dificuldade para acompanhar o ritmo e a qualidade dos serviços prestados pelos meus antecessores, por seu elevado nível acadêmico, mas acreditava em minhas possibilidades.

A presidência é uma função de muita representatividade. Logo em setembro recebemos um convite da *Sociedad Española de Cerâmica y Vidrio* para seu XL Congresso, a ser realizado no mês de novembro daquele ano na cidade de Onda, em Castellon (Espanha). Deveria participar de uma mesa redonda sobre o tema *A Cerâmica em um Mundo Globalizado*. Cabia a mim o trabalho *A Indústria Cerâmica Brasileira*. Aceito o convite, comecei a prepará-lo, contando com o arquivo e a estrutura da associação, liderada pelo seu diretor administrativo, Marco Antonio Pacheco Jordão. Assim, no período de 8 a 11 de novembro de 2000, estive presente no referido congresso, onde me encontrei com acadêmicos brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. Aproveitei a oportunidade para conhecer universidades e instituições de pesquisa, produtores de revestimentos cerâmicos e esmaltes, tanto de Castellon como de Madri, sempre acompanhado de meu gentil anfitrião professor doutor Emilio Criado. Em junho de 2001, fomos convidados por Olívio Dutra, então governador do Estado do Rio Grande do Sul, a participar do Seminário Internacional para o Desenvolvimento do Polo Cerâmico da Região de Campanha, a ser realizado de 6 a 7 daquele mês, em Bagé (RS). Foi outra oportunidade interessante para o prestígio de nossa as-

sociação. O objetivo principal dos painéis era o de demonstrar as vantagens da instalação da indústria cerâmica na região, utilizando-se das argilas decorrentes da exploração do carvão mineral pela Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Foi analisada a estratégia de viabilização, bem como as suas possibilidades tecnológicas e econômicas. A tecnologia foi exposta por membros da Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Cientec), por pesquisadores da Universidade Regional de Campanha (Urcamp), pelos representantes do Centro Tecnológico e Industrial da Espanha e por membros da CRM. Foram também apresentados os resultados de estudos realizados no Japão pelo Instituto de Cerâmica Shigaraki. O evento contou com a participação de empresas interessadas, inclusive da Argentina.

Encerrado o meu mandato, como não caberia reeleição, escolheram-me para a vice-presidência, cargo que exerci por mais dois anos.

Voltei a presidir a Associação Brasileira de Cerâmica de 2004 a 2006. Minha plataforma foi sempre a mesma: manter o equilíbrio financeiro como elemento essencial ao desenvolvimento de suas atividades; oferecer aos associados melhores informações tecnológicas através de publicações em revistas; promoção de cursos, simpósios, encontros e congressos; e, finalmente, promover o congratamento de todas as entidades do setor, a fim de recuperar o prestígio da entidade junto à classe empresarial. No último ano de mandato dei por encerrada minha colaboração, deixando o trabalho para os mais novos. Permaneci como membro vitalício do conselho diretor, do qual fui presidente de 2006 a 2008. A presidência da Associação Brasileira de Cerâmica foi para mim uma grande satisfação de dever cumprido, quando pude atualizar meus conhecimentos no setor de cerâmica, manter bom e proveitoso convívio com acadêmicos e fazer novas amizades.

A Cerâmica Artística Di Thiene

Conheci Jayme da Costa Patrão em setembro de 1952, quando ele entrou para o Rotary Club de São Caetano do Sul. Nossa classificação geral era a mesma: cerâmica, eu de refratários e ele, artística. Talvez por essa afinidade profissional, além de companheiros, nos tornamos muito amigos. Patrão era um artista plástico de grande valor profissional. Quando jovem tinha sido um dos chefes de decoração da Fábrica de Louças Adelinas, uma antiga indústria de São Caetano. Ao lado de sua residência, na Rua Pernambuco, montou o seu ateliê, que logo se tornou a Cerâmica Artística Da Costa.

Nessa época, graças ao incentivo da Ferro Enamel (produtora de tintas e esmaltes cerâmicos), surgiram no ABC diversos produtores de faiança, mas nenhum produzia objetos de decoração tão bonitos e de qualidade como Patrão. Eu costumava visitá-lo com frequência em seu trabalho e ficava cada vez mais entusiasmado com sua arte. Nossas famílias se relacionavam bem.

Numa das ocasiões em que fomos visitar parentes de minha esposa em Santa Cruz das Palmeiras (SP) o convidei para conhecer aquela cidade do interior paulista. Nosso anfitrião era Mário Avesani, tio de Silvia, pessoa de muita influência política e social na região. Numa dessas ocasiões fiquei conhecendo outra qualidade de Patrão: era um autodidata, apaixonado pela história da arte e do mundo. Interessado nas condições sociais da comunidade observou que, durante a entressafra, muitas jovens ficavam ociosas. Por que não oferecer a elas uma oportunidade de aprender arte cerâmica? Foi então que surgiu a ideia de montarmos uma escola de arte para que mais tarde as aprendizes pudessem se tornar profissionais. Mário gostou da proposta e se prontificou a auxiliar em tudo que fosse necessário, cedendo um pavilhão anexo à sua cerâmica de telhas.

Foi então criada uma sociedade entre Jayme da Costa

Patrão e Silvia Avesani Arruda dos Santos, minha esposa. Assim surgiu a Cerâmica Artística Di Thiene, cujo nome foi dado em homenagem a São Caetano di Thiene, santo padroeiro da cidade onde morávamos. Adquirimos um tamborão (moinho para bolas) para preparo das massas, um forno elétrico, tornos manuais e todo equipamento necessário à produção das peças. Patrão mandou para lá os primeiros modelos em gesso e um empregado seu para ser professor. Da Ferro Enamel compramos esmaltes e tintas. As argilas inicialmente vieram de São Simão, que ficava próximo daquela cidade. A seleção das jovens vindas da lavoura foi um trabalho de muita sensibilidade de Patrão, que procurava enxergar nelas um veio artístico, por menor que fosse.



*Prédio da Cerâmica
Artística Di Thiene,
sediada em Santa Cruz das
Palmeiras, interior de São
Paulo. Foto de maio 1955
Acervo/Urames Pires dos Santos*

O começo foi muito difícil, pois muitas mal sabiam ler. Em poucos meses conseguimos formar uma equipe de dez pessoas aptas a reproduzir os desenhos que lhes eram fornecidos. Muita coisa foi perdida, mas valia a intenção. Contratamos como gerente Milton Ramos da Silva (Miltinho), um primo. A ideia de Patrão foi brilhante. As jovens, muito habilidosas, tornaram-se grandes artistas. Quando estava tudo caminhando bem, ele se desfez da sociedade passando sua parte a Mário Avesani, que, segundo ele, havia sido o grande mecenas. A empresa cresceu e construímos uma fábrica quase no centro da cidade. Miltinho saiu, passando a gerência a outro primo, José Eduardo Veiga, genro de Mário Avesani. E assim continuamos a produzir, durante 13 anos, até que o mercado, saturado desse tipo de louça, nos obrigou a encerrar as atividades. As antigas aprendizes, já agora profissionais, foram absorvidas pelo polo cerâmico de Porto Ferreira (SP), município próximo de Santa Cruz das Palmeiras, em franco desenvolvimento. Ainda hoje podemos encontrar, em antiquários, peças que tem estampadas no fundo a marca di Thiene.

Jayme da Costa Patrão, líder autonomista pela independência política e administrativa de São Caetano, conhecendo profundamente a história de toda a região, foi um grande colaborador da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e de sua revista *Raízes*. Faleceu no dia 29 de fevereiro de 2004. Foi um imenso prazer falar em nome do Rotary Club de São Caetano do Sul quando, no dia 7 de março de 2005, foi dado seu nome a uma rua no centro da cidade, como homenagem prestada pela municipalidade sul-sancaetanense.

Vida familiar

Quando morávamos em São Caetano do Sul, Silvia e eu tivemos três filhos. Todos nasceram na Maternidade Condessa Matarazzo, em São Paulo, pois era o hospital pago pela Cerâmica São Caetano para seus funcionários. Maria Silvia



Aniversário de 1 ano de Maria Sílvia, filha mais velha de Urames e Silvia. A partir da esquerda, Sílvio Dias de Arruda, Maria Tereza Avesani Arruda (pais de Silvia), Silvia, Maria Sílvia, Urames, Aracy e Hermínio Pires dos Santos (pais de Urames). Foto de 26 de julho de 1952

Acervo/Urames Pires dos Santos

nasceu em 26 de julho de 1951; Carlos Urames, em 29 de janeiro de 1954, e Elizabeth, a caçula, no dia 3 de janeiro de 1961. Eles fizeram o primário no Instituto Nossa Senhora da Glória, na Rua Amazonas, em São Caetano, então dirigido pela irmã Julieta de



O casal Urames e Silvia com os filhos (a partir da esquerda) Maria Silvia, Elizabeth e Carlos Urames, em foto de 8 de maio de 2007

Acervo/Urames Pires dos Santos

Lourdes. Maria Silvia fez o secundário no Colégio Regina Mundi, que fica situado no início da Rodovia Anchieta, já no município de São Paulo. Ali estudou muitos anos até terminar o seu curso de normalista. Carlos completou o colegial na Escola Cel. Bonifácio de Carvalho, e fez o curso superior na Escola de Comunicações e Artes da USP, na área de publicidade. Elizabeth iniciou o ginásio no Colégio Santo Antônio, de São Caetano do Sul, e, quando nos mudamos para São Paulo (1971), completou os estudos no Colégio Maria Imaculada, seguindo para a Osec (hoje Universidade de Santo Amaro), onde se formou biomédica. Carlos e Elizabeth fizeram o cursinho preparatório de três meses no Colégio Objetivo, antes do vestibular para as respectivas faculdades. Desde a infância sempre gostaram de passar férias em cidades do interior. Carlos chegava a passar o mês todo com os primos em Santa Cruz das Palmeiras. Já mais crescidos, iam com minha esposa para Santos, onde tínhamos um apartamento na Praia do Embaré. Na juventude preferiam ficar com amigos, em Campos do Jordão.

Eu e Silvia temos quatro netos. Gabriel, bacharel em matemática aplicada pela USP, e Maria Manuela, em administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, são filhos de Carlos, casado com Maria Helena Toledo Santos. Elizabeth casou-se com Alexandre Gobbi e teve dois filhos: Aline, psicóloga formada pelo Mackenzie, e Carlos Norberto, estudante de engenharia civil no Instituto Mauá de Tecnologia.

Uma vez por ano, em minhas férias profissionais, viajava somente com minha esposa. Sempre gostei de carro com duas portas. Cheguei a possuir modelos Karmann Ghia três vezes. Assim que comprava um novo carro fazíamos longas viagens para o norte ou para o sul do Brasil. Lembro-me ainda que uma noite estávamos no bar do Hotel Nacional, em Brasília, logo após o comício da Central do Brasil, liderado pelo então presidente João Belchior Marques Goulart, quando houve o golpe de 31 de março de 1964 e ficamos impressionados com a tranquilidade do ambiente diante do ocorrido. Pareceu-nos que a maioria aspirava a isso. Acontece que, principalmente na década de 1960, tanto a elite como a maior parte das classes produtoras, temiam que o país fosse dominado por ideias comunistas. Durante o primeiro ano, sob a presidência do general Humberto de Alencar Castelo Branco, houve até uma euforia pelo novo sistema de governo. Dos *Diários Associados*, Edmundo Monteiro e o repórter Tico-Tico chegaram a organizar a campanha *Ouro para o Bem do Brasil*, solicitando a contribuição popular através da doação de joias pessoais. Chegamos mesmo a participar, doando pelo Rotary Club de São Caetano do Sul, as nossas alianças de 15 anos de casamento. Ninguém imaginava que, mais tarde, iríamos passar pelos chamados “anos de chumbo”.

Sempre tive vontade de possuir uma chácara que não ficasse muito distante de centros urbanos e que tivesse abundância de água. Em 1957, surgiu essa oportunidade. Adquiri um terreno no km 88 da Rodovia Anhanguera, entre Valinhos e Campinas. Terrenos vizinhos foram comprados por dois cunhados e meu sogro, que morava em Campinas. Construí uma casa com piscina e todo o conforto. O Dr. Villela, meu colega da Cerâmica São Caetano, colaborou com o projeto e a construção. Em maio de 1977, com o falecimento de meu sogro, herdei o terreno vizinho, passando a propriedade a ter então 10 mil metros quadrados. Demos-lhe o nome de Chácara Refúgio. Durante mais de 40 anos foi ali o passatempo de fim de semana para mim e minha família.



O casal Urames e Silvia com os netos (a partir da esquerda) Aline, Maria Manuela, Gabriel e Carlos Norberto, em foto de 8 de maio de 2007

Acervo/Urames Pires dos Santos

O lazer

Desde a juventude sempre reservei um tempo para o lazer. Cinema, teatro, bailes, inclusive os de carnaval, fizeram parte da minha vida. Adoro até hoje a vida noturna. Todas as semanas



Urames entre a esposa Silvia e a filha Elizabeth, na Chácara Refúgio, em foto da década de 1980

Acervo/Urames Pires dos Santos

e, principalmente às sextas-feiras, eu e Silvia saíamos com amigos para alegres noitadas. As viagens, primeiro pelo Brasil, e mais tarde para o exterior, trouxeram-nos grande aquisição cultural, o que nunca esqueceremos. Na década de 1950, chegamos a fazer algumas loucuras. Recordo de uma viagem que fizemos com Ericilia e Geraldo Cambaúva, em um Studebaker conversível que ele tinha importado. Sem a documentação do carro, fomos ao Rio de Janeiro para uma festa do Rotary. Nessa época, para se passar pela

fronteira entre os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, era necessária uma licença válida por três dias para se permanecer na então capital federal. Vencida, era preciso pedir prorrogação, como se estivéssemos em outro país. Geraldo não ligou para isso, passou a fronteira na ida e na volta, após a meia-noite e com os faróis apagados. A sorte é que a fiscalização não possuía os recursos de hoje. A Rodovia Dutra ainda tinha pista única. Chegamos de manhã em São Caetano, ficando eu na fábrica, enquanto Silvia foi para casa.

Por falar em loucuras da mocidade, lembro-me de muitos fatos que aconteceram nos primeiros anos em que comecei a guiar meu próprio carro. Certa vez, voltava de Campinas com meu futuro cunhado Luiz, quando ainda não estava completa a Rodovia Anhanguera. O pneu do carro furou duas vezes, e Luiz teve de ir à pé até um posto de gasolina pedir socorro. Acabamos chegando em São Paulo às 6 horas da manhã. Deixei-o na casa de uma tia no Sumaré e, quando ia descer para o Bairro Perdizes, atropeli uma carrocinha de leite, vazando o líquido para todos os lados. Em 1948, o leite ainda era entregue de casa em casa em garrafas de vidro de boca larga. Fiz de conta que nada tinha acontecido e disparei para a pensão onde morava, na Rua Turiassu.

Outra vez deixei o carro mal estacionado na Rua Monte Alegre, ao lado de casa. Enquanto tomava café, o carro desceu ladeira abaixo sendo retido por um poste. Eu não tinha deixado engatada a marcha e o freio de mão não segurou. Alguns meses depois recebi



*Urames e Silvia,
em foto tirada
durante o Baile
Oba Oba, em 13
de setembro de
1979*

*Acervo/Urames Pires
dos Santos*

uma carta do departamento jurídico da Light & Power (empresa que na época tinha a concessão da distribuição da energia elétrica em São Paulo) pedindo o meu comparecimento. Cobravam-me a importância de Cr\$3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) pelo poste que tiveram de trocar. Acertei o parcelamento em dez vezes e ficou tudo resolvido. Outro acidente, mais ou menos na mesma época (final da década de 1940), se deu em minha chegada a Campinas por uma estrada de terra que ligava a cidade a Jundiá. Assim que entrei no perímetro urbano, o carro derrapou e atingiu um muro. Conclusão: paguei o muro e o conserto do carro. Durante minha viagem de lua de mel, deixei meu Ford-41 numa oficina e pedi a mudança de sua cor de vermelho para bege. Nunca mais tive acidente. Ou foi influência da cor, do meu casamento ou aprendi realmente a guiar.

■ O esporte

Nunca me dediquei assiduamente aos esportes. Lembro-me de que em Mococa ia ao campo de futebol assistir às pelepas do Radium Futebol Clube, que representava a cidade, até que um dia recebi uma bolada na cabeça e desmaiei (o campo não tinha alambrado e a gente assistia às partidas junto à cerca). Nunca mais voltei. No ginásio praticava bola ao cesto e futebol, obrigatoriamente, nas aulas de educação física. Com a fundação da Associação Atlética Mocoquense, me entusiasmei pela natação e pelo ténis, mas não cheguei nem mesmo a ser bom em nenhum dos dois. Somente muito mais tarde, quando eu já trabalhava para a Cerâmica São Caetano, fui com o Dr. Villela e outros colegas jogar ténis na Chácara Farol, em São Bernardo do Campo. Fazia treinamento em um paredão que existia em minha casa. Dr. Victor, na década de 1960, mandou construir uma quadra oficial de ténis junto ao novo campo de Futebol do Cerâmica F.C. Ambos ficavam no terreno antigamente ocupado pelas cocheiras da fábrica, em território de São Paulo. No Centro Social Roberto Simonsen também foi construída uma de cimento, como parte de sua quadra poliesportiva. Pouco joguei nelas. No futebol, os funcio-

nários da Cerâmica periodicamente faziam disputas entre solteiros e casados. Certa vez, Nelson Sotto Maior e eu fizemos parte de uma equipe, mas desmaiamos ainda no primeiro tempo. A partir daí, o Dr. Antonio Ferracci, responsável por nossa saúde, proibiu a atuação dos “esportistas de fim de semana”. Em 1966, a convite de Artur Reis, então contador geral da CSC, Dr. Villela e eu entramos como sócios do Tênis Clube Paulista. Dr. Villela era um grande nadador. Quando jovem foi campeão da Travessia de São Paulo a Nado (na época em que se podia nadar no Rio Tietê). Atualmente frequento o mesmo clube como sócio remido.

■ A música

Como herança paterna, a música faz parte de minha sensibilidade. Sempre apreciei tanto música popular como clássica. Conheço os instrumentos de uma orquestra e a função de cada um no conjunto, principalmente os de corda, aos quais sempre dediquei mais atenção. Gostaria de ter aprendido, como meu pai, orquestração e regência. Sempre que possível assistia a belíssimos concertos no Teatro de Cultura Artística de São Paulo. No período da juventude, que precedeu à minha formação profissional, um de meus hábitos era compor canções, músicas e letras. Quanto ao ritmo, preferia o samba-canção, lento e romântico, embora não me esquecesse do jazz e das valsas. Quanto ao estilo, me entusiasmavam as composições de Ary Barroso que idolatravam o nosso país. Talvez por isso minha primeira canção, em 1940, foi *Primavera do meu Brasil*, na qual eu proclamava a beleza das matas, o perfume das flores e as riquezas de nosso solo. A segunda, *Às margens do Itajaí*, surgiu quando, em 1943, fui a Blumenau (SC) a serviço da Copami e me encantei com o luar sobre o Rio Itajaí-Açú. Mais tarde surgiram outras, como a valsinha *Helena* e o samba *Pensando em ti*. Com o fox *Minha namorada favorita*, composto em 1948, resolvi dar uma folga à minha inspiração musical. Além de compor, eu cantava essas músicas ao violão.

Atualmente não canto, mas o culto pelo instrumento permanece. Acostumado com o ritmo padrão das melodias, me surpreendeu a chamada bossa nova criada por João Gilberto e praticada por muitos outros. Ela tem uma batida interessante, difícil para que eu a aprenda agora.

■ A religião

Descendente de família católica apostólica romana, fui batizado em dezembro de 1925, com pouco mais de sete meses de idade, na velha Igreja de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida do Norte (SP). Foram meus padrinhos Carlos Ferraz Buhler e Olívia Tripeno Ferraz Buhler, amigos de meus pais, residentes em São Paulo. Alguns anos mais tarde, em 1928, fui crismado na Catedral de Campinas, tendo como padrinho meu tio Renesse Santos, irmão mais novo de minha mãe.

Minha vida religiosa praticamente foi iniciada em 1933, em Mococa. Nessa cidade, minha avó paterna Lucidória, minha tia Tarsila, meus tios e primos ali residentes, eram muito ligados à Igreja de São Sebastião, matriz da cidade. Tio Hermógenes era o organista e responsável pelo coro da igreja. Minhas primas Neide e Nair tocavam órgão e faziam parte do grupo. Desde logo comecei a frequentar o catecismo com meu irmão, Udmyr. Fiz a primeira comunhão com oito anos e entrei para a Cruzada Eucarística. Ia à missa aos domingos e dias santos. Participava de outras atividades religiosas como as da Semana Santa. A partir de 1935, com a vinda dos frades capuchinhos para Mococa, passei a frequentar o Convento dos Franciscanos da Ordem Terceira. Aprendi com eles o ritual das missas preparando-me para ser coroinha. Naquela época, a missa era rezada em latim e os padres ficavam no altar de costas para o público. Às mulheres era proibido subir ao altar, bem como tocar nos objetos sagrados da igreja. Também havia rigor nas vestimentas permitidas. Para a comunhão era preciso estar em jejum e era obrigatória a confissão prévia. As

mulheres solteiras deviam ter a cabeça coberta com véu branco e as casadas com preto. Os padres e capuchinhos não podiam usar trajes civis, somente batinas. Fui acólito (membro da Igreja Católica instituído para auxiliar o diácono e o sacerdote) dos freis Plácido Maria do Descalvado, Alexandre e Thiago. Acompanhava as missas em latim. Nessas cerimônias eu também usava batina.

Nos três anos finais do ginásial deixei essa atividade para me concentrar nos estudos e aprender jornalismo no jornal e rádio locais. A partir daí, minha atividade religiosa se resumiu à frequência às missas aos domingos e dias santos de guarda e à comunhão na época da Páscoa. Em São Paulo, em 1942, residindo na Avenida Angélica, esquina com a Praça Marechal Deodoro, minha missa aos domingos passou a ser na Igreja de Santa Cecília. Quando na Pompeia e em Perdizes, passei a frequentar a Igreja de São Geraldo, no Largo Padre Péricles. Em 1946, logo que entrei para a Cerâmica São Caetano, frequentava as missas do Colégio São Luiz. Quando passava os fins de semana em Campinas, ia à Igreja Nossa Senhora das Dores, no Cambuí, ou na Capela do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, no Taquaral, já na companhia de minha namorada Silvia.

Em setembro de 1950, nos casamos na Igreja Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, vindo morar em São Caetano do Sul. Foi quando começamos a frequentar sua Matriz, a Igreja Sagrada Família e a de São José, do Ipiranga. Em viagem a Santos frequentávamos a Igreja Santo Antônio, do Embaré. Em Santa Cruz das Palmeiras nossa missa era na Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Meus filhos Maria Silvia, Carlos Urames e Elizabeth foram batizados, crismados e fizeram a primeira comunhão. Atualmente frequento com minha esposa a Igreja Imaculada Conceição, em São Paulo, e a Igreja do Bom Pastor, em Alphaville (Santana de Parnaíba).

Minha infância

Nasci na manhã do dia 8 de maio do ano de 1925 numa pequena e bonita cidade do sul do Estado de Minas Gerais chamada Guaranésia. Meus pais eram Hermínio e Aracy Pires dos Santos. Ele era guarda-livros e ela, do lar. Pertencíamos à classe média, com todo o conforto que a época permitia. No ano seguinte nos mudamos para Tapiratiba, já no Estado de São Paulo, tendo meu pai aceito um serviço na Usina de Itaiquara, produtora de açúcar e álcool pertencente a João Baptista Lima Figueiredo. Nessa cidade nasceu meu irmão, Udmyr, no dia 1º de janeiro de 1927. Não se adaptando às condições locais, meu pai solicitou ajuda de sua mãe, que o recomendou a um banco da cidade de Tambaú, no Estado de São Paulo, para o qual passou a trabalhar (minha avó paterna, Lucidória Pires, era viúva, pertencia à antiga família mocoquense e dispunha de influência política na região).

De temperamento difícil, acostumado que fora desde a juventude a não ter patrão, ele não se habituava a receber ordens e seguir regulamentos. Quando jovem fora um músico competente, atuando em orquestras da família, tendo herdado o espírito boêmio de meu avô. Tanto assim que, no início da década de 1930, já nos mudamos para Ribeirão Preto (SP), pois ele havia sido convidado a trabalhar na Companhia Paulista de Força e Luz, com sede naquela cidade, terra de meus avós maternos.

Terminada a Revolução de 1930, meu pai resolveu que deveríamos morar na capital paulista. Alugou uma casa no Bairro do Cambuci e foi trabalhar nos Laboratórios Zapparoli-Serena, indicado pelo seu compadre e meu padrinho de batismo, Carlos Ferraz Buhler, então gerente da loja da China. Como se pode perceber, meu pai, além de competente na profissão, dispunha de um bom relacionamento.

Certo dia, ele foi apresentado a Anália Franco, senhora rica e benfeitora que mantinha orfanatos e um asilo para mães solteiras. Na conversa, soube que ela pretendia organizar uma orquestra feminina para apresentação em diversas cidades, a fim de angariar fundos para aquela entidade. Como aquilo veio despertar o antigo sonho de meu pai, resolveu aceitar o desafio. Mudamo-nos então para São Manuel (SP), sede do seu principal abrigo.

Minha mãe me contou que ele conseguira montar um conjunto de cordas com 12 moças, com as quais começou a viajar por várias cidades. Os instrumentos eram violinos, violas, violoncelo e contrabaixo. Quase um ano depois, meu pai contraiu malária na cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), interrompendo a excursão e o serviço de que tanto gostava. A família mudou-se novamente. A convite de um cunhado, Joaquim de Carvalho, que gerenciava diversas fazendas de café na noroeste, fomos todos para Buenópolis, terras da família Cunha Bueno. Ficava próxima de Diabase, última estação do ramal da Estrada de Ferro Noroeste, que saía de Araçatuba.

Estávamos no limiar de 1932. Foi meu primeiro contato com a vida rural, quando conheci plantações de café, algodão, arroz e feijão. Vi cavalos, porcos e cabras. Eu e meu irmão fomos frequentar uma escolinha rural, cuja professora chamava-se Dalva e era nossa prima. Poucos meses depois chegou também para a fazenda outro primo, Dr. Licínio Pires dos Santos, recém-formado pela Faculdade de Medicina de São Paulo.

Nossa casa era de madeira, mas tinha todo o conforto

permitido pela época. A água quente provinha de uma serpentina aquecida pelo fogão a lenha e a iluminação, de lampiões a querosene, do tipo Petromax. Meu pai tinha um bom ordenado e todas as despesas familiares pagas. As economias iam todas para uma casa bancária mantida pelo armazém de secos e molhados da família Scatena, em Diabase. Terminada a Revolução de 1932, da qual tivemos poucas notícias, já com uma boa poupança, meu pai resolveu continuar o seu roteiro de moradias. Fomos para Campinas (SP), onde residiam os pais e irmãos de minha mãe, todos funcionários da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Ele alugou uma casa e entrou como sócio do Café Acadêmico, situado no Largo do Rosário. Era o início do ano de 1933. Quando minha mãe foi matricular os seus filhos numa escola primária, veio a surpresa: meu irmão, paulista, foi prontamente aceito, mas eu não, porque minha certidão de nascimento trazia minha naturalidade como mineiro. Campinas, na época, era uma cidade elitista e discriminatória, ainda mais logo após a revolução.

A notícia alegrou meu pai, pois tinha de mudar novamente de cidade. Então escolheu Uberaba (MG). Para lá fomos. Meu pai montou uma pastelaria e minha mãe, um ateliê de costura, lançando no local as máquinas Pfaff, concorrentes da Singer. Provisoriamente, fomos morar em uma pensão na Rua Arthur Machado ao lado do Córrego Uberaba, próximo dos empreendimentos. As escolas aceitaram ambos os irmãos, o paulista e o mineiro.

Certo dia meu pai saiu de viagem a negócios. Passaram-se dois meses e ele não deu notícias. Preocupada, minha mãe resolveu procurá-lo. Ficou conhecendo uma senhora de descendência indígena que se dizia vidente e que se propôs a descobrir alguma pista de seu paradeiro. Ela possuía um cristal de rocha que mergulhado em água mostrava algumas fissuras formando desenhos, os quais interpretava. Segundo ela, meu pai estava doente e precisava de ajuda. Lembrou ainda que muitas pessoas tinham passado pelo local onde ele estava, em direção a um ga-

rimpo conhecido como Água Suja, situado no Rio das Velhas, em Minas Gerais. Minha mãe não perdeu tempo, alugou um carro e fomos os três (eu, ela e meu irmão) procurar o mencionado garimpo.

Depois de cinco horas viajando por estrada de terra e em campo aberto, chegamos ao tal acampamento de garimpeiros. Mostramos a foto a diversas pessoas até que o localizamos em uma barraca, deitado e com febre já alta, pois a malária tinha voltado. Foi então colocado no carro, mas antes recolheu, debaixo do colchão, três vidros contendo algumas pedras mergulhadas em mel. Eram topázios e águas marinhas de valor muito menor do que ele supunha. Contaram alguns garimpeiros que ele havia jogado fora pedras melhores por desconhecimento total do metiê.

De volta a Uberaba, minha mãe achou que já era hora de pôr juízo em seu marido. Escreveu uma longa carta a sua sogra, Lucidória, residente em Mococa, relatando todos os fatos e pedindo sua ajuda. Como resultado, seguimos para aquela cidade do Estado de São Paulo, berço de toda a família de meus avós paternos.

No início fomos morar com minha avó em seu casarão, cercado por um pomar de magueiras centenárias, localizado na Rua Gabriel Pinheiro, no centro da cidade. Com sua influência política, ela arranhou para o filho serviços de contabilidade em duas fazendas: uma de Oscar Villares e outra do Dr. Francisco Lima Figueiredo. Estávamos em fevereiro de 1934. Eu e meu irmão, Udmyr, fomos matriculados no Grupo Escolar Barão de Monte Santo, no segundo e no primeiro ano respectivamente. Sempre fui bom aluno, mas também me divertia bastante.

No quintal de casa havia uma quadra de frescobol, onde jogava com colegas. Montei uma peque-

na mesa de sinuca que também servia para o futebol de botão. Nesse período de escola primária não deixava de acompanhar a montagem dos circos que chegavam à cidade. Meu pai me contava que, na sua mocidade, ele e seus irmãos sempre eram convidados a tocar nas bandinhas que acompanhavam os espetáculos. Com 8 anos, eu já conhecia tudo de circo, até as tristezas e as alegrias de seus personagens.

Nunca descuidava dos estudos. No final do curso primário fui o primeiro da turma e escolhido como orador. Mococa ainda não possuía escola pública para o curso secundário. Eu deveria cursar uma escola particular, o Ginásio Municipal de Mococa, do professor José Barreto Coelho. Prestei um concurso e consegui da prefeitura municipal uma bolsa de estudo para o referido colégio, onde fiquei até o segundo ano, pois, em 1939, Adhemar de Barros, então interventor federal no Estado de São Paulo, criara a Escola Normal Oficial de Mococa, onde passei a estudar. Professores de primeira qualidade foram nomeados pelo Estado. Como a cidade era pequena, havia muito tempo para permanente contato entre alunos e professores.

Nesse período meu pai conseguiu se afirmar financeiramente, tendo dois empregos: um como escrivão da Delegacia de Polícia, no período da manhã, e outro como secretário do ginásio municipal, à tarde. Isso lhe permitiu comprar uma casa na Rua Eusébio Ribeiro, no centro da cidade. Somente deixou aqueles serviços quando foi nomeado escriturário do centro de saúde, então criado pelo governo do Estado.

Em fevereiro de 1937, já com a vida normalizada, meu pai nos levou para assistir a um carnaval no Rio de Janeiro. Ele tinha um irmão, farmacêutico em São Gonçalo, próximo a Niterói (RJ), e minha família resolveu visitá-

-lo. Foi uma viagem pitoresca: de trem de Mococa a Casa Branca e, de lá, a Campinas, pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. De Campinas a São Paulo, pela Companhia Paulista. Da Estação da Luz, fomos até o Bairro do Brás e tomamos o trem da Central do Brasil para o Rio de Janeiro na Estação do Norte (Estação Roosevelt nos dias de hoje). Lá chegando fizemos a travessia nas velhas barcas da Leopoldina até Niterói, onde tomamos um bonde que nos levou a São Gonçalo. Meus primos Francisco e Pirajá ficaram satisfeitos com nossa chegada. No dia seguinte começamos a preparar nossas fantasias para o carnaval. Duas noites fizemos a travessia pela Balsa Rio-Niterói e fomos para a Praça Mauá e Avenida Rio Branco, onde, naquela época, acontecia o desfile das escolas de samba. Assisti então, pela primeira vez, àquele espetáculo maravilhoso.

Em paralelo à minha vida escolar, quando já estava no curso ginásial, arranjei emprego em um serviço de alto-falantes (Audição Pública Mocoquense) como locutor, aos sábados e domingos, das 19 às 21 horas. Ouvinte de rádio apaixonado, admirava grandes locutores, como César Ladeira (da Mayrink Veiga) e Carlos Frias (da Tupi do Rio de Janeiro), aos quais procurava imitar.

Foi ali que conheci um redator do semanário *A Gazeta de Mococa*, que me convidou para trabalhar aos sábados naquele jornal. Foi para mim uma nova e interessante experiência em exercer a atividade em uma tipografia. Aprendi a manusear os tipos (a composição era feita letra por letra, com peças de chumbo e a escrita, de trás para frente), a fazer correção dos textos e, finalmente, a impressão. Aos poucos fui começando a escrever notícias, até que assinei meu primeiro artigo *O tênis em nossa cidade*, publicado em 27 de outubro de 1940. Foi escrito a pedido de alguns colegas que reclamavam não poderem jogar na quadra oficial da Associação Atlética Mocoquense (AAM), porque os mais idosos achavam que eles estragavam o piso. Sem malícia, usei o pseudônimo Semaru Serip (meu nome de trás para a fren-

te), mas fui facilmente identificado pelo meu professor de química, principal reclamante. Conclusão: tive de me dedicar mais à química. Depois disso, criei uma coluna chamada *Bom dia para você...*, na qual elogiava um fato marcante da semana.

Em virtude da vida de boemia de meu pai quando músico, minha mãe não permitia que eu e meu irmão estudássemos qualquer instrumento musical. Assim tive de aprender alguma coisa à sua revelia.

Sempre fui muito curioso. Lia tudo que surgia em minhas mãos. Tinha vontade de aprender, escrever, fazer discursos (o primeiro foi em minha formatura do curso primário, que guardo até hoje).

Meus pais achavam que eu havia herdado essa qualidade de meu avô paterno, Francisco Pires Barbosa, que não cheguei a conhecer. Era um homem culto, maestro de muita sensibilidade, compositor de músicas sacras, grão-mestre da maçonaria e coronel da Guarda Nacional. Um apaixonado pela história do mundo e estudioso da mitologia grega.

Durante toda a fase de minha infância e juventude, minha mãe nunca deixou de trabalhar em sua velha máquina de costura Singer. O resultado de seu trabalho fazia parte do orçamento familiar, tanto que garantiu, durante cinco anos, o sustento de seus dois filhos, eu em São Paulo e meu irmão em Campinas. Desejava ver os filhos formados e ter sua casa própria. Ela realizou os dois sonhos.

PROJETO EDITORIAL DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL

Série Cadernos de História, Documenta e Ensaios

Direção: Sonia Maria Franco Xavier

VOLUMES PUBLICADOS:

1. José de Souza Martins, Diário de Fim de Século. Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
2. 8.º Grupamento de Incêndio 32 anos de História. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
3. Yolanda Ascencio, Meio século de Legislativo em São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998. 2.ª edição revista e ampliada, 1999.
4. Sonia Maria Franco Xavier (org.), Jayme da Costa Patrão... um traço marcante na autonomia. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
5. Rui Ribeiro, Notas de Realejo. Estudos sobre Literatura e MPB. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
6. Guido Carli, Stîânigera...cussi (Antigamente era assim). São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
7. Agvan de Andrade Matos, Rosemeire Bento Simões (org.), Cotidiano Redescoberto, alunos desvendam a História no Bairro Prosperidade. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul: Escola Estadual Laura Lopes, 1999.
8. Anais do III Congresso de História do ABC. À Sombra das Chaminés. A Produção da Cultura no ABC. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
9. Deliso Villa, História Esquecida. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2000.
10. Eliane Mimesse, A Educação e os Imigrantes Italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2001.
11. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Um olhar poético sobre São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2002.
12. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Vozes da Vizinhança – Os bairros de São Caetano por seus moradores. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003.
13. José de Souza Martins, O Imaginário na Imigração Italiana. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003.
14. Mario Del Rey, História da Maçonaria em São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2004.
15. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Jardins de Infância: registros das escolas infantis de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2004.
16. Alexandre Toler Russo, Caminhos da Fé. Itinerário dos templos religiosos de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2004.
17. Mário Porfírio Rodrigues, Um Jornal, Uma Vida – A saga do Jornal de São Caetano e outros mais. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2005.
18. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Cantos e Recantos. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2006.
19. André Luis Balsante Caram e Neusa Schilaro Scaléa, Pegoraro. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2006.
20. Priscila Gorzoni. Abre as portas para os Santos Reis. A história da Folia de Reis em São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2006.
21. Aleksandar Jovanovic (org.), Das chaminés à Robótica. Cinquenta anos do Ciesp - São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2007.

Este livro integra o projeto editorial da Fundação Pró-Memória, do período administrativo 2013 – 2016 (prefeito Paulo Pinheiro), cujo objetivo é resgatar a história do município e da região através da publicação de pesquisas e documentos inéditos.



FUNDAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SÃO CAETANO DO SUL

Cidade de
todos nós

Secretaria Municipal
de **Cultura**



SÃO CAETANO DO SUL
PREFEITURA DA CIDADE